

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX

Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Governo força greve nas escolas Instabilidade social afecta classe médica Salários em atraso voltam a subir

Págs. 6 e 7/Semana

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

PCP defende aumentos de pensões e reformas

Pág. 12/Semana

Por Lisboa em comício com dinâmica de vitória



Foi assim no passado domingo, no Campo Pequeno. Uma multidão no comício Por Lisboa. Apesar da chuva, ninguém arredou pé. Destaque para a presença e o entusiasmo da juventude. Falaram no comício o mandatário da lista, Gomes Mota, e os candidatos Jorge Sampaio, Rui Godinho, André Martins e Alfreda Cruz.

Págs. 1, 2 e 3/Semana

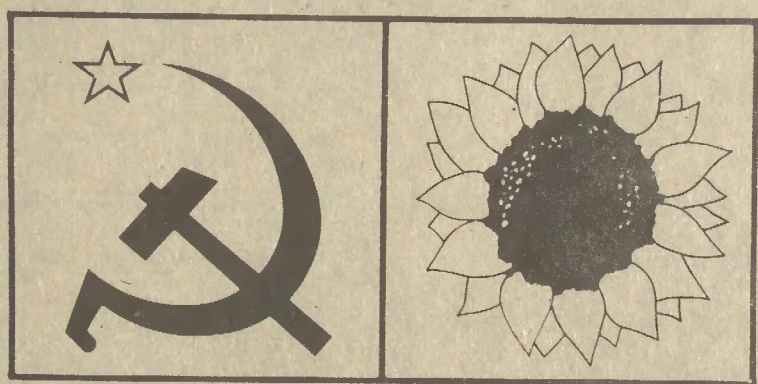
Comunistas e seus aliados preparam listas a apresentar

• Grande número de independentes participam

Págs. 4 e 5/Semana

CDU agora é assim!

CDU - Coligação Democrática Unitária



PCP-PEV

Em Foco

GONDOMAR COM O RIO ALI TÃO PERTO

Conferência internacional: Marinha Grande e Coia em foco O vidro tem história

São os factos que o comprovam:

REFORMA AGRÁRIA É INDISPENSÁVEL AO PAÍS



Parlamento Europeu Deputados do PCP criticam o Governo

Pág. 13/Semana

Fundadas razões de confiança

A menos de dois meses de um acto eleitoral que toca de modo muito directo e sensível a existência diária das populações, a vida política portuguesa entrou numa fase de grande fluidez e complexidade que exige do movimento popular e democrático uma acrescida atenção e capacidade de resposta.

Actos e acontecimentos políticos de notável impacto sucedem-se numa cadência anormal e por vezes surpreendente, bulindo com a vida corrente dos cidadãos, criando problemas e situações novas, impondo uma dinâmica de luta e correspondentes formas de acção às forças democráticas.

Torna-se evidente que Cavaco Silva, o seu Governo e o seu partido receiam com notória apreensão o teste político das eleições autárquicas de 17 de Dezembro.

Simultaneamente, ao arrepio da vontade popular, o Governo tem pressa em ultimar as condições políticas, económicas e financeiras para tentar conduzir a um ponto irreversível a ofensiva de restauração dos monopólios e do capitalismo monopolista de Estado, seu objectivo estratégico fundamental.

Se, por um lado, a vasta operação demagógica e eleitoralista actualmente em curso com a participação directa do Primeiro-Ministro e de todo o Governo, responsáveis pela obra de desestabilização da vida económica e social do País, denota esse receio e apreensão, por outro lado, os últimos actos do Poder denotam o frenesim governamental da consecução dos seus objectivos restauracionistas fundamentais ao mesmo tempo que acontecimentos de certo vulto acentuam o debilitamento e a falência política do cavaquismo governante e a instabilidade de vida dos portugueses de que é inteiramente responsável.

Esta perda de influência e de coesão da direita governante contrasta com o aumento de força do movimento democrático na disputa das eleições autárquicas de Dezembro. Principalmente a tese cavaquista e da direita no seu conjunto de isolamento político dos comunistas vai caindo pela base.

O PCP, principal partido da CDU — Coligação Democrática Unitária, afirma-se cada vez mais como a única força empenhada, dinâmica e capaz de dar expressão concreta ao diálogo, à convergência e à unidade de todas as forças democráticas à esquerda do PSD, num xadrez de alianças políticas notavelmente diversificado à escala nacional.

A CDU como grande força democrática unitária agrupando o PCP, o Partido «Os Verdes», a Inter-

venção Democrática e um vasto leque de democratas independentes apresentar-se-á às eleições autárquicas de Dezembro na totalidade dos Concelhos e na quase totalidade das Freguesias.

Em Lisboa as forças da CDU concorrem com o PS e o MDP na coligação «Por Lisboa». Em Setúbal e na Covilhã, com o PRD nas coligações «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra pela Covilhã». Noutros casos, com acordos partidários diversificados com o PRD, a UDP, o PSR e o MDP/CDE e integração de membros destes partidos nas listas da CDU.

Este vasto leque de alianças põe fora de si a direita cavaquista, enerva visivelmente os chefes e «barões» mais destacados do cavaquismo que insistem no estafado bordão anticomunista nas formas mais primárias mesmo quando revestidas de roupagens «universitárias»...

Em contraste saltam no campo da direita governante e dos seus aliados ocasionais factos e acontecimentos políticos altamente significativos e perturbadores.

Anteontem o País foi surpreendido com o anúncio da proposta de uma nova lei-quadro de reprivatizações a 100% das Empresas Públicas, englobando mesmo as que já tinham entrado no domínio privado, e designadamente do capital estrangeiro, sob a eufemística cortina dos 49%. Uma nova onda de alienações do património do Estado está na calha.

Na aplicação das novas disposições constitucionais, decorrentes da revisão da Lei Fundamental do País operada com a cumplicidade do PS, o que está agora na perspectiva imediata com a proposta da nova lei-quadro é a completa destruição do Sector Público e Empresarial do Estado e a entrega ao grande capital, principalmente ao grande capital estrangeiro, dos sectores básicos da nossa economia.

Sob a velha figura dos «administradores por parte do Estado» nas mais importantes sociedades anónimas a reconstituir a nova lei proposta pelo Conselho de Ministros na última terça-feira deixa abertas as portas para a atribuição dos habituais e chorudos «tachos» à clientela da direita.

Na semana transacta o Governo tinha já exposto oralmente na Assembleia da República, numa exposição claramente eleitoralista, as linhas gerais da sua política financeira para 1990 e na segunda-feira última fez entrega aos partidos representados na AR da proposta do Orçamento de Estado para o próximo ano.

É um orçamento de que o ministro das Finanças veio anteontem à TV, com a sua habitual pes-

porrência, exaltar disposições intencionalmente eleitoralistas que as realidades da política financeira do Governo de Cavaco virão seguramente a desmentir.

Também na mesma semana a maioria domesticada do PSD na Assembleia da República, em sede da Comissão Parlamentar de Inquérito ao «caso» Cadilhe/Amoreiras, «lavou» o ministro das Finanças de graves acusações de falta de lisura num alto dignitário do Estado.

Na declaração de voto do PCP é denunciada a omissão de matéria de facto (e de direito) decisiva para a apreciação do processo. São omissões deturpadoras da verdade dos factos num «relatório» que integra múltiplas falsidades.

Na declaração de voto do PCP o ministro é acusado de ocultar datas e de viciar o quadro fáctico indispensável para um parecer jurídico objectivo da Administração Fiscal sobre a legalidade dos actos cometidos.

Pelo mesmo caminho do inquérito aos actos e ilegalidades do MAPA no esbulhamento de terras e bens da Reforma Agrária, prepara-se agora a «lavagem» da ministra Beleza no escândalo das negociatas do antigo secretário de Estado da Saúde, Costa Freire.

Um dos acontecimentos mais esclarecedores da errada política económica e financeira do governo cavaquista foi o que se produziu na última sexta-feira nas Bolsas de Lisboa e Porto, como reflexo do novo «crash» das principais Bolsas do Mundo capitalista.

A queda brusca das cotações bolsistas, devorando milhões de conto do aforro nacional, que continua, foi não só mais uma vez o fruto de uma nova fase da crise geral do sistema capitalista, como das actividades especulativas, fundamentalmente de grupos estrangeiros especializados, nas Bolsas de Lisboa e Porto, e do comportamento aventureiro do governo cavaquista no mercado de capitais.

Ainda recentemente, tempos antes do «crash» de sexta-feira, o PCP denunciava a especulação bolsista que se processava em simultâneo com a ofensiva das reprivatizações do governo cavaquista.

Concretamente o PCP denunciava a alta artificial do mercado de capitais com fins essencialmente especulativos, sem nenhuma relação com os nossos índices de produção e de produtividade.

Na cópia das grandes operações de especulação das principais Bolsas do mundo capitalista, em que por cada dólar das trocas comerciais se vendem 43 no mercado de câmbios (por cada 11,5

Resumo

11

Quarta-feira

Termina a greve de dois dias que volta a registar uma grande adesão provocando a paralisação a cem por cento da Carris e Metropolitano e cerca de 95 por cento da Rodoviária Nacional ■ Os deputados do PCP, PS, PRD e Verdes apresentam duas propostas no Parlamento Europeu, no sentido de ser reforçada a candidatura de Lisboa a capital cultural da Europa em 1994 e a sede da Agência Europeia para o Ambiente ■ Um estudo da CEE revela que a Espanha tem, pelo menos, dois milhões de pobres declarados ■ O responsável pela ideologia no Partido Socialista da Alemanha para a introdução de reformas da RDA ■ É nomeado para primeiro-ministro da Grécia Yannis Grivas, até aqui presidente do Supremo Tribunal daquele país ■ Uma cena de pancadaria entre deputados da extrema-direita e funcionários da Assembleia obriga a uma interrupção durante duas horas da sessão do Parlamento Europeu.

12

Quinta-feira

Os cabeças de lista da coligação «Por Lisboa» efectuem uma visita ao Bairro Alto e Madragoa ■ A comissão parlamentar de inquérito ao caso Cadilhe-Amoreiras termina os seus trabalhos, sendo o ministro ilibado apenas com os votos do PSD ■ O PS entrega no gabinete do presidente da AR o texto da moção de censura ao Governo ■ A Comissão Europeia anuncia que vai condicionar eventuais novos apoios à indústria têxtil ■ O primeiro-ministro cabo-verdiano, Pedro Pires, admite em Washington que o seu país poderia servir de exílio para o chefe da UNITA ■ O presidente da África do Sul mantém um encontro com três destacados dignitários religiosos, entre os quais o arcebispo Desmond Tutu, que apresentaram um programa de seis pontos a cumprir antes do arranque das negociações com a oposição.

13

Sexta-feira



Os Eurodeputados do PCP, Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura, criticam em conferência de imprensa o Governo pela «falta de informação e sigilo» face aos processos em curso e pelas posições «retrógradas» relativamente à Carta

Social Europeia ■ A coligação «Por Lisboa» apresenta o primeiro número do semanário «O Corvo» destinado a contribuir para a divulgação das propostas da candidatura ■ Cerca de 70 professores concentram-se junto ao Ministério da Educação para entregarem um abaixo-assinado onde rejeitam o estatuto de carreira docente proposto pelo Governo ■ O gabinete de imprensa do PCP declara que as notícias veiculadas sobre uma alegada substituição do secretário-geral não passam de pura invenção ■ Queda recorde nas cotações assusta os meios bolsistas internacionais e causa um prejuízo de 200 mil milhões de dólares ■ Cerca de 2500 estudantes envolvem-se em confrontos com a polícia de choque ■ A RDA anuncia a libertação dos manifestantes detidos durante as comemorações do 40.º aniversário da fundação daquele país ■ Savimbi declara em Londres que visitará Portugal no início do próximo ano com o consentimento do Governo ■ Termina em Blackpool o congresso do Partido Conservador Britânico, onde Margaret Thatcher procura reafirmar a sua posição na chefia do governo.

14

Sábado



O mau tempo não impede o êxito do comício da coligação «Por Lisboa», que junta no Campo Pequeno milhares de pessoas ■ Marcelo Rebelo de Sousa apresenta um programa denominado «300 acções para Mudar Lisboa» ■ São assinados três acordos de cooperação no domínio de pescas entre Portugal e Angola, no termo da visita do secretário de Estado Jorge Godinho ■ Mais de mil alemães da RFA foram autorizados a emigrar para a Alemanha Federal ■ Isabel II da Grã-Bretanha chega à Malásia numa visita oficial de quatro dias em que manterá contactos com os participantes na cimeira da Commonwealth ■ O Papa João Paulo II homenageia, nas ilhas Maurícias, as grandes religiões do mundo ■ Milhares de negros sul-fricanos participam em «marchas de vitória» para celebrar a libertação dos oito presos políticos e reivindicar mais reformas.

15

Domingo

Realiza-se um almoço no Palácio de Cristal, que reúne 350 pessoas para assinalar uma homenagem nacional ao professor Armando de Castro ■ Freitas do Amaral, afirma que o CDS poderá votar a favor da moção de

censura ao Governo ■ As autoridades sul-africanas devolvem à liberdade 8 destacados dirigentes da oposição presos há 26 anos ■ Realizam-se conversações na residência do presidente zaireense, Mobutu Seko, que se encontrou com o líder da UNITA, o secretário de Estado-adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos e o ministro dos negócios Estrangeiros sul-africano ■ O deputado soviético Boris Ieltsin pede o afastamento de três membros do Bureau Político do PCUS entre os quais se encontra Igor Ligatchov ■ A Direcção Unificada do Levantamento Palestino em Gaza e na Cisjordânia rejeitou a proposta em cinco pontos enviada ao Egipto e a Israel pelo secretário de Estado norte-americano James Baker.

16

Segunda-feira

Os vereadores da CDU apresentam em sessão da Câmara de Lisboa uma proposta no sentido de retirar plenos poderes a Krus Abecasis nas decisões sobre o município ■ O partido «Os Verdes» anunciam que vão apresentar queixa-crime contra o governo português que tem por objectivo o alargamento do campo de tiro de Alcochete ■ O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, apresenta a proposta de orçamento de Estado, que afirma trazer uma diminuição substancial dos impostos sobre as famílias ■ O Presidente da República Mário Soares, inicia uma visita de Estado à França ■ O primeiro-ministro malaio, Mahathir Mohamed, declara no âmbito da cimeira da Commonwealth que as sanções contra a África do Sul têm de prosseguir ■ O presidente egípcio, Hosni Mubarak, e o dirigente líbio, Muammar Gaddafi, mantêm no Egipto um encontro de cinco horas, depois de 12 anos de corte de relações diplomáticas ■ Começa a desvanecer-se o espectro de um novo «crash» nas bolsas de todo o mundo.

17

Terça-feira

O PSD e o CDS decidem romper a coligação para as eleições autárquicas no Concelho da Amadora. ■ A Comissão Nacional de Eleições (CNE) envia à RTP uma mensagem solicitando o cancelamento da transmissão de anúncios de um livro de Marcelo Rebelo de Sousa (editado há já três anos), por considerar que tal violaria a lei eleitoral; a decisão ocorreu na sequência de um protesto apresentado pela Coligação «Por Lisboa». ■ O Conselho de Ministros aprova uma nova proposta de lei-quadro das privatizações, de acordo com a qual passará a empresas públicas em vias de privatização, ao invés dos 49% que até aqui funcionavam como limite legal. ■ Os 16 países da NATO e os sete do Pacto de Varsóvia estabelecem provisoriamente em Viena o seu primeiro acordo técnico nas negociações sobre forças convencionais.

mil milhões de dólares das transacções comerciais são transaccionadas por dia mais de 500 000 milhões de dólares nos mercados cambiais!) desenvolveram-se no mercado de capitais operações especulativas geradoras de graves consequências financeiras para o nosso Banco Central e factores extremamente preocupantes de desestabilização económica e social.

Os resultados não se farão esperar nas actividades económicas e financeiras do País, com as suas graves incidências sociais.

Quando sectores tão vastos do nosso mundo do trabalho são forçados a recorrer a formas de luta extremas como a greve em defesa dos seus postos de trabalho, do poder de compra dos salários, dos seus direitos sociais gravemente atingidos, é a política do Governo PSD/Cavaco Silva e o seu enfeudamento aos interesses dos grandes exploradores e dos especuladores da alta finança o que está na causa directa da necessária luta social de massas e da insegurança social do povo português.

Na próxima segunda-feira terminam as operações de constituição e entrega de listas para as eleições autárquicas. Um amplo trabalho de propaganda, esclarecimento e mobilização para o voto, vai reclamar e pôr à prova a militância dos comunistas e dos aliados nas diversas autarquias.

É uma luta desigual contra a direita governante, que violando todas as leis da ética, usa e abusa dos meios políticos, técnicos e financeiros do Estado de que dispõe na sua demagogia eleitoralista.

O Primeiro-Ministro, acompanhado de largas comitivas de ministros e secretários de Estado nas operações de corta-a-fita, percorrem o país de léis-a-lés, manipulando com o maior despudor o principal órgão de comunicação social estatizado — a TV — configurando o principal órgão de propaganda eleitoral do PSD.

O comício de sábado da coligação «Por Lisboa», mesmo sob a chuva torrencial, constituiu uma importante jornada unitária no quadro das eleições de Dezembro. Várias outras iniciativas se realizaram ou estão programadas.

Uma criteriosa destrinça de quem são os aliados e quem são os adversários em cada local, deve ser feita e nortear a actuação política de cada comunista e de cada organização do Partido.

Factores excepcionalmente favoráveis se abrem para um largo apelo à CDU — Coligação Democrática Unitária em todo o País. Concretizemo-lo na prática do nosso trabalho.

Os comunistas e os seus aliados têm fundadas razões de esperança e confiança em resultados vitoriosos nas eleições de 17 de Dezembro.

Avante!
Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heskia Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Setembro: 22 225 exemplares

Semana

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 825

19 de Outubro de 1989

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Grande comício «Por Lisboa» na Praça do Campo Pequeno

«A vitória é nossa, 17 de Dezembro o provará!»



«A vitória é nossa e 17 de Dezembro prova-lo-á!» garantiu **Gomes Mota**, mandatário da Coligação «Por Lisboa», a dado passo da sua intervenção que abriu o comício realizado pela Coligação na tarde do passado sábado, arrancando fortes aplausos da multidão que ocupou, com a chuva, a praça do Campo Pequeno.

A iniciativa destinou-se à apresentação dos candidatos municipais da Coligação (ver caixa) e teve sucessivamente como oradores o já referido Gomes Mota, mandatário da Coligação, **Maria Alfreda Cruz** (MDP), **André Martins** («Os Verdes»), **Rui Godinho** (PCP) e **Jorge Sampaio** (PS).

Houve duas que, manifestamente, se impuseram neste comício, pela insistência buliçosa da sua intervenção: a juventude e a chuva. A primeira tocando bombos, improvisando coros, liderando aplausos e assobios; a segunda desabando com igual pertinácia, sobre a multidão, caldeiradas de água que deixaram a arena num lamaçal e transformaram as bancadas em cascata. Abrindo e fechando chapéus de chuva, ora pondo-se de pé para não ser levada na «enxurrada» ou escapulindo-se para os corredores em recuos «estratégicos», a multidão não desarmou e o comício, que começara com o recinto todo habitado, terminou numa agitação encharcada que, se transformou a moldura humana muito compostinha da arena e bancada, em compensação deu lugar a uma exuberância suplementar, com um corropio de gente e risos por tudo o que era sítio. Um «arraial de chuva», como muito adequadamente gritava um grupo de jovens que passou o tempo a entrar e a sair do recinto, mais atento à festa que preocupado com a «molha».

A juventude, aliás, já se evidenciara antes da hora marcada para a iniciativa, desfilando exuberantemente pela Avenida da República, entre o Saldanha e o Campo Pequeno, o seu empenho na vitória da Coligação «Por Lisboa». Foi um desfile organizado pela Coordenadora Juvenil da Coligação, constituída pela Juventude Socialista, Juventude Comunista Portuguesa, a Ecolo-Jovem de «Os Verdes» e os jovens do MDP/CDE e cuja entrada no recinto da Praça impôs de imediato um ritmo e uma alegria que nunca esmoreceriam durante todos o comício.

Assinale-se, entretanto, a numerosa e prestigiada mesa que presidiu ao comício, evidenciando os diversificados apoios com que conta a Coligação «Por Lisboa». Enumerando-os pela ordem apresentada pelos serviços de Imprensa da Coligação, eis os seus nomes: **Jorge Sampaio**, candidato à presidência da Câmara, **Gomes Mota**, mandatário da Coligação, **Lopes Cardoso**, membro do Secretariado do PS, **José Casanova**, membro da Comissão Política do PCP, a arquitecta **Helena Roseta**, o tenente-coronel **Vasco Lourenço**, o empresário **Dias Cunha**, o engenheiro **Rui Godinho**, segundo nome da lista à Câmara, **Vasco Franco**, funcionário público, a geógrafa **Maria Alfreda Cruz**, o sociólogo **André Martins**, o professor universitário **Anselmo Aníbal**, **Machado Rodrigues**, gestor, **Isabel Castro**, bancária, o matemático **Orlando Almeida**, o jurista **João Amaral**, o advogado **António Costa**, o economista **Luís Simões**, o advogado **Victor Costa**, o engenheiro técnico **Rego Mendes**, **Jorge Alves**, funcionário público, a terapeuta **Rita Folha**, a engenheira **Maria Emília Campos e Matos** e o arquitecto **Keil do Amaral**.

Todor Jivkov

A BULGÁRIA HOJE

Colecção «Paz e Socialismo»

edições
Avante!



Comício no Campo Pequeno

«Por Lisboa» é a gestão claramente alternativa da Cidade!

O representante

Um horror. Um escândalo. Uma heresia.
Um comunista presidente da Câmara de Lisboa?
Credo.
Cruzes.
Abrenúncio.

Te arrenego, Satanás!

Foi na televisão, há uns dias atrás.

Um anticomunista primário, que a si próprio se designa anticomunista universitário como se do canudo tirasse algum proveito mental, tem agora avença na RTP para insultar a democracia.

Teoricamente, aparece nos ecrãs para defender a candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa à presidência da CML.

Na prática, é novel representante da direita reaccionária que já se sente com direito de exigir a cabeça dos comunistas.

Dá pelo nome de Graça Moura, diz que tem um canudo e tornou-se figura pública em crónicas avulso de independentíssimos órgãos de informação.

Sobretudo veio à ribalta com as tricas, trocas e baldrocas — para lhes não chamar outro nome — da dita comissão para os Descobrimientos, onde, em abono da verdade se diga, muito se tem descoberto em matéria de oportunismos miúdos e graúdos.

Mas voltando à vaca fria, relembremo-nos de Graça Moura a clamar no audio-visual contra a hipótese de um comunista vir a ser presidente da CML, impensável aberração que os socialistas tornariam possível com a coligação «Por Lisboa». Muito objectivo, Graça Moura ignorou ser a CDU, coligação que os comunistas integram, a segunda força na cidade.

Muito pluralista, mandou às urtigas a legitimidade dos comunistas se apresentarem em pé de igualdade com as restantes forças aos actos eleitorais.

Muito democrático, rejeitou a liberdade de voto e recusou ao eleitorado o direito de escolher como bem lhe aprouver os representantes nos órgãos de poder local.

Muito universitário, não caiu na tentação primária de exorcizar os lisboetas da tentação do voto nos comunistas.

Muito reaccionário, pregou a democracia como a direita gosta de conceber: os democratas somos nós! Versão adaptada da célebre frase «o Estado sou eu!»

Sinais dos tempos.

É claro que Graça Moura não passa de um ainda titubeante plagiador de Cavaco Silva, o primeiro a dar o sinal verde para a «caça às bruxas» no seu já famoso discurso algarvio.

Mas estamos em crer que o homem faz-se, a julgar pela amostra.

Como não temos vocação para isso não lhe investigámos o passado, não lhe andámos à procura dos podres.

Dele conhecemos a imagem que de si próprio dá, as profundezas do pensamento no discurso, as subtilezas da prosa.

Em cerimónias oficiais e oficiosas no rasto do Presidente da República — eleito, lembre-se, com os votos dos comunistas —, em inaugurações desinteressantes e vazias de conteúdo pretensamente intelectuais, em artigos de amigos e autopromoção.

Faltava-lhe, é claro, a candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa e a televisão.

O perfil está definido.

Graça Moura está pronto a assumir novas responsabilidades.

Tem um canudo de anticomunista e ideias a cheirar a bafio.

O representante ideal do candidato da direita à Câmara de Lisboa.

O comício de sábado passado foi fértil em acontecimentos: muito concorrido, até a chuva fez questão de aparecer em força; animadíssimo, até teve um helicóptero a lançar cravos sobre a assistência, episódio que pôs toda a gente de nariz no ar a aplaudir os esforços e, finalmente, a perícia do piloto que conseguiu vencer os ventos atravessados e colocar as flores no interior da praça; e até um ilustre grupo de cidadãos fez questão de aparecer, em inesperado apoio à coligação: eram eles, nem mais nem menos, que D. Afonso Henriques, Luís de Camões, Fernando Pessoa e, é claro, o Zé Povinho. Muitas bandeiras da coligação com os símbolos dos partidos que a integram e algumas da JCP e da JS, painéis humanos nas bancadas incitando ao voto na coligação, panos e dísticos por toda a praça, pendões engalanando a preceito, a presença animada da multidão e, até, uma reacção geralmente divertida à chuva (que chegou a desabar torrencialmente), fizeram do comício uma festa com alguns toques de originalidade. A primeira grande prova de massas «Por Lisboa» mostrou que temos Coligação. Um excelente ponto de partida para a prova que se segue: a confirmação, em 17 de Dezembro, que temos vitória.

Nos intervalos das primeiras intervenções (que, como dissemos, foram proferidas pelo mandatário da candidatura, Gomes Mota, e pelos representantes do MDP, Maria Alfredo Cruz, e de «Os Verdes», André Martins), foram apresentadas três mensagens de apoio, uma de João Soares e lida por Gomes Mota, outra de José Sarago, ausente no estrangeiro e portanto impossibilitado de estar presente, e a terceira de José Augusto França, estas duas em gravação emitida pela aparelhagem sonora do comício.

Seguiram-se as intervenções de Rui Godinho, número dois na lista «Por Lisboa» candidata à Câmara Municipal, e de Jorge Sampaio, que encabeça a mesma lista, ambas produzidas de baixo de intensa chuva. Con-

densaremos a seguir essas intervenções.

Uma nota final para o clima de confiança que se respirou no comício. A chuva, se desorganizou a arrumação da multidão no recinto, não conseguiu arrefecer o entusiasmo dos presentes. Entusiasmo que é necessário multiplicar, como os vários oradores incitaram nas suas intervenções.

Rui Godinho

«As próximas eleições para os órgãos autárquicos da cidade de Lisboa são marcadas por uma diferença de fundo em relação a todas as que as antecederam: a Coligação «Por Lisboa», integrada pelo PCP, o PS, o MDP e o PEV, tem reais hipóteses de ganhar a Câmara Muni-

pal, e deste modo pôr termo a dez anos de uma ruínoza gestão da direita (PSD e CDS), cujos resultados nefastos estão à vista.

«A importância política deste facto é indiscutível.

«O PCP está na Coligação «Por Lisboa» como sempre esteve na CDU. Está na coligação com o seu contributo empenhado caracterizado pelo trabalho, honestidade, competência e experiência. Está na coligação de uma forma que corresponde à sua implantação na cidade de Lisboa.

«É com uma profunda satisfação que anunciamos que o PCP recandidata toda a equipa que constituiu nos últimos anos o grupo de vereaa-

menos nos próximos quatro anos».

A direita em pânico

Mais adiante Rui Godinho afirmou:

«Não perfilho na conclusão simplista de que o estado a que a cidade chegou representa unicamente o fracasso de um homem que episodicamente desempenha o cargo de presidente da Câmara.

«O que está em causa é um problema de fundo, é uma ideia e um projecto de cidade. E a cidade que temos hoje constitui a demonstração clara do malogro da direita — PSD/CDS — na gestão de Lisboa.

«Não basta mudar as ca-



Pormenor do local onde se encontravam diversos eleitos e candidatos às Freguesias da cidade

dores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa. Não se toca numa equipa que está a ganhar.

«Este facto é a confirmação da qualidade do trabalho desenvolvido. E é igualmente a garantia de que tal qualidade continuará na coligação «Por Lisboa» e, seguramente, na gestão da cidade, pelo

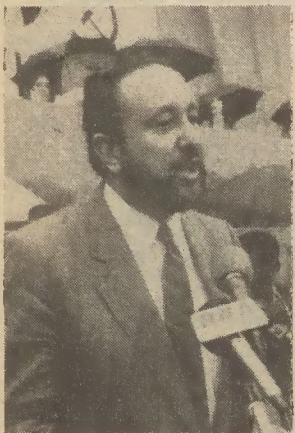
ras em operação de cosmética, nem tentar maquilhar a política de gestão do PSD e do CDS com umas bornifadelas e alguns parágrafos urbanístico-ecologistas pedidos emprestados a qualquer parceiro ocasional.

«Não colhe, por maioria de razões, vir apressadamente, em jogada da mais refinada



A juventude animou incansavelmente o comício

Poder Local



Rui Godinho e Jorge Sampaio, durante as suas intervenções



hipocrisia e mistificação, afirmar que se defende hoje o que violentamente se combateu sempre. A própria direita reconhece claramente o fracasso, e por isso aparece travestida com um programa tático que não lhe pertence, para esconder o verdadeiro projecto estratégico — de continuidade do passado com acertos de caras, em forma e em estilo. E vê-se forçada a mudar os actores — o CDS não reconduz nenhum vereador e vamos ver o que vai fazer o PSD...

«Apesar de ser um acordo limitado a Lisboa e de não ser tão amplo como desejáramos — dada a não inclusão do PRD pelas razões conhecidas — a verdade é que o acordo das forças democráticas lançou o pânico na direita que, de imediato, se lançou numa histórica campanha de mistificação. O anti-comunismo primário não podia deixar de fazer a sua aparição neste quadro de envenenamento da opinião pública».

Novo rumo para a Cidade

«Chegou a nossa vez de receber o mandato, depois de dez anos de fracassos da direita», afirmou de seguida Rui Godinho. «Temos um projecto de gestão da cidade claramente alternativo, um projecto que vimos construindo há anos em diálogo permanente com as populações e os diversos parceiros económicos, sociais e culturais da cidade» (...)

«Nos termos do acordo da Coligação "Por Lisboa", estão expressamente consagradas as linhas programáticas não só para um novo estilo de gestão mas principalmente para uma nova vida em Lisboa» (...)

Tal projecto assenta numa nova prática e num novo pensamento para imprimir diferentes rumos ao governo da Cidade. Quanto à prática, ela será caracterizada pela transparência e pela abertu-

ra, o combate à corrupção e à burocracia, a descentralização e a articulação com as freguesias, a modernização dos serviços e o aproveitamento dos recursos.

Ao contrário do que hoje acontece, a nova gestão empenhará as contribuições de representantes de todas as forças políticas representadas na vereação, como aliás de há muito defendemos».

Jorge Sampaio

No seu extenso discurso de 21 páginas, Jorge Sampaio aproveitou para lançar



Muitas bandeiras, com os símbolos da Coligação e dos quatro partidos que a integram

da pode tirar Lisboa do buraco onde o PSD e o CDS a meteram e ao mesmo tempo

cidadãos e a transparência de processos.

«Porque é necessária uma administração que esteja mais perto dos lisboetas, que dê resposta imediata ao pequeno problema que está sempre a surgir: o buraco que a chuva abriu no pavimento, a reparação da telha que se quebrou, a autorização expedita para a pequena obra que se solicita, etc. Há em Lisboa uma imensidade de pequenos problemas que se transformam num imenso problema porque a administração municipal é uma máquina pesada que vive afastada do quotidiano dos lisboetas».

Os compromissos

Desenvolvendo mais adiante a necessidade de compromissos entre a gestão da cidade e o Governo central, o candidato da Coligação «Por Lisboa» à presidência da Câmara Municipal afirmou:

«(...) Os compromissos fazem-se quando existem duas forças em presença.

«O compromisso só é necessário para qualquer governo desde que a Câmara seja a emanção da vontade da cidade e não um prolongamento do governo na cidade.

«Só a coligação «Por Lisboa» tem condições de independência para garantir este compromisso. E a prova temo-la uma vez mais no passado, quando o eng.º Abecasis uma ou outra vez

levantava a sua voz contra decisões governamentais. Ele falava, falava mas nada podia fazer. Porque não tinha consigo a cidade. Porque pensou que a cidade era ele e as suas ideias. O eng.º Abecasis nunca percebeu que se tornou prisioneiro do Governo no dia em que se isolou dos lisboetas. E quando finalmente se dispôs a travar o seu último combate, faltaram-lhe as pessoas. Só então se viu como os seus laivos de independência tinham afinal pés de barro.

«A grande lição que os lisboetas devem tirar dos acontecimentos que se têm passado na coligação pró-governamental, assim como de dez anos de gestão de direita no município é esta: deve dirigir a câmara quem esteja em condições de protagonizar os compromissos necessários à cidade porque nesta e não no governo assenta a sua verdadeira força».

Para salvar Lisboa

Após desenvolver a questão dos compromissos necessários com as diversas forças sociais, políticas e económicas que actuam na cidade, no sentido de uma ampla cooperação para resolver os problemas e, ainda, ter por menorizado alguns projectos para a capital, Jorge Sampaio comentou também a Coligação «Por Lisboa», afirmando a dado passo:

«À volta desta candidatura

tem-se reunido muita gente sem partido e mesmo muitos que já descreiam da possibilidade de mudar Lisboa. À volta desta candidatura têm-se reunido excelentes equipas técnicas e o mundo da cultura. E com esta candidatura está naturalmente o mundo do trabalho, como estão os empresários preocupados com a modernização.

«Esta candidatura interessa ainda de sobremaneira aos jovens e às mulheres e às diversas minorias que reivindicam o seu direito à diferença. Esta é uma coligação tranquila mas não é uma coligação conservadora. Esta é uma coligação de tradição igualitária mas que reconhece e estimula as pluralidades e as diferenças como essenciais à realização humana. Esta coligação dará espaço à livre iniciativa e à espontaneidade juvenil do mesmo modo que se baterá pela plena cidadania das mulheres.

«Pelo projecto que corporiza, pelo compromisso que propõe como caminho, não para a eliminação das contradições na cidade, mas para encontrar as soluções que combinem os interesses particulares em benefício do interesse de Lisboa, esta coligação tem vocação ganhadora.

«É uma coligação que se fez não para salvar a esquerda, mas para salvar Lisboa. Por isso apenas um resultado interessa: a vitória eleitoral» (...)

Os candidatos

São os seguintes, os candidatos efectivos da Coligação «Por Lisboa» à Câmara e à Assembleia Municipais de Lisboa, anunciados durante o comício:

CÂMARA MUNICIPAL: — Jorge Sampaio (PS); Rui Godinho (PCP); João Soares (PS); Anselmo Aníbal (independente); Vasco Franco (PS); Victor Costa (PCP); Machado Rodrigues (PS); Rego Mendes (PCP); Luís Simões (PS); Maria Emília Campos e Matos (MDP); Kell do Amaral («Os Verdes»); Crisóstomo Teixeira (PS); Caleia Rodrigues (PCP); Ana Benavente (PS); Jorge Cordeiro (PCP); Portirio Alves Pires («Os Verdes»); Matos Gomes (MDP).

ASSEMBLEIA MUNICIPAL: — José Saramago (PCP); José Augusto França (PS); André Martins (PEV); Maria Alfreda Cruz (MDP); António Costa (PS); João Amaral (PCP); Mário Valadas (PS); Manuel Lopes (independente indicado pelo PCP); Sousa Nascimento (PS); Helena Bastos (PCP); Rui Cunha (PS); António Andrez (PCP); Duarte Nuno Simões (PS); Pedro Mala (PCP); Matos Gomes (MDP); Vicente Mendes (PS); Isabel Castro (PEV); Luís Vaz (PS); Blasco Hugo Fernandes (ID, indicado pelo PCP); Coelho Antunes (PS); Luís Fazenda UDP, indicado pelo PCP); Rita Folha (PS); José Tavares (PCP); Palma Inácio (PS); Graça Mexia (PCP); Maria João Faria (PS); Maria Emília Campos e Matos (MDP); Sérgio Pinheiro (PEV).

algumas ideias programáticas da coligação, tecendo igualmente algumas considerações sobre os seus objectivos essenciais:

(...) «A verdade, por dura que ela seja, tem de ser dita: Lisboa tem o seu futuro comprometido e só um enorme esforço colectivo, só uma cidadania efectivamente exerci-

lançar os fundamentos da esperança numa vida melhor», afirmou, acrescentando:

«É por isso que a mensagem desta coligação pode resumir-se numa frase: É necessário um grande compromisso por Lisboa.

«Desde logo um compromisso do município com os



Os jovens organizaram um desfile pela Avenida da República, entre o Saldanha e o local do comício, começando a festa ainda antes do início da sessão



Aqui ainda a chuva não tinha começado a cair, mas de qualquer modo nunca conseguiria «arrefecer» o entusiasmo dos jovens

Poder Local

Candidaturas CDU:

Grande número de independentes

A CDU-Coligação Democrática Unitária vai apresentar listas em todo o país, concorrendo a inúmeras Câmaras, Assembleias Municipais e de Freguesia, apresentando candidatos que se apresentarão no próximo dia 17 de Dezembro como os mais capazes de resolver os problemas concretos das populações, já que se mostram como os mais conhecedores da realidade autárquica. É elevado o número de candidaturas, tão elevado que precisaremos certamente de vários números do «Avante!» para transmitir tão só uma pequena ideia da dimensão desse movimento nacional que une democratas de Norte a Sul do país em torno desta «ideia» de Poder Local a que a CDU-Coligação Democrática Unitária dá forma: «Trabalho, Honestidade e Competência», afirmações que ultrapassaram o *slogan* eleitoral para passarem a espelho da forma de estar dos homens e das mulheres da CDU que trabalham em benefício das populações, como estes que hoje se divulgam. Muitos, por manifesta falta de espaço, não se encontram hoje nestas páginas, apesar de já terem sido formalizadas as suas candidaturas. Para a semana aqui as divulgaremos.

Nos Açores a lista à Câmara Municipal do Faial apresentada pela CDU inclui como primeiro candidato o Dr. Luís Bruno, médico de 36 anos de idade, enquanto o cabeça de lista à Assembleia Municipal é o Dr. Luís Carlos Decq Mota, médico de 72 anos, actual vogal eleito pela CDU a este órgão.

Coimbra

No distrito de Coimbra, para além dos candidatos já anteriormente divulgados, importa referir que o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Miranda do Corvo é Carlos Alberto Marta Ferreira, 29 anos, licenciado em História e História de Arte, enquanto para a Assembleia Municipal se apresenta José Henrique Nunes Mendes, 31 anos, dirigente do Clube Atlético Mirandense.

Em Tábua, José Manuel Oliveira apresenta-se como candidato CDU à presidência da Câmara, enquanto Isabel Nobre, 20 anos, concorre pela CDU-Coligação Democrática Unitária, à Assembleia Municipal.

Para a presidência da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, a CDU apresenta António Teixeira Silvestre, 37 anos, actual membro da Assembleia de Freguesia; enquanto na freguesia de São Bartolomeu, Carlos Rosa, técnico de higiene, é o cabeça de lista da Coligação Democrática Unitária.

Santarém

No distrito de Santarém os candidatos a presidentes da Câmara apresentados pela CDU são os seguintes: Luís Peixoto, médico, 34 anos (Abrantes), Gabriel Duarte, técnico tributário, 37 anos, vereador da Câmara de Almeirim (Almeirim), Armindo Pinhão, licenciado em gestão de empresas, 36 anos, actual presidente da Câmara de Alpiarça (Alpiarça), António José Ganhão, professor, 44 anos, presidente da Câmara de Benavente (Benavente), Sérgio Carrinho, empregado de escritório, 40 anos, presidente da Câmara da Chamusca (Chamusca), António Mendes, electricista, 39 anos, presidente da Câmara de Constância (Constância),

anos (Vila Nova da Barquinha). Em Coruche a CDU-Coligação Democrática Unitária apresenta uma lista aos diversos órgãos autárquicos que concorre às eleições de Dezembro sob o lema: «Uma equipa renovada para ganhar o futuro!».

O independente de 39 anos, médico, Dr. Valério Neto Capaz é o candidato à presidência da Assembleia Municipal, enquanto Manuel Azevedo Brandão, do PCP, técnico de Animação Cultural, 39 anos, se apresenta como candidato a presidente da Câmara de Coruche. Para vereadores a CDU apresenta o Dr. Dionísio Simão Mendes (independente, 32 anos), António Joaquim Soares (PCP, 37 anos), Florentino Silva Afeiteira (PCP, 45 anos) e António Augusto da Luz («Verdes», 50 anos).

Para presidentes de Juntas de Freguesia, a CDU apresenta: Eng.º Fernando Aníbal Serafim (Coruche); Joaquim António Galvão (Couço); António Custódio Evangelista (Lamarosa); José Francisco Carço (Biscainho); Tomaz Pedro Valentim (Branca); Isidro Mendes Brotas (Erra); Francisco Daniel Machado Júnior (Fajarda) e Amável Carinhas de Oliveira (Santana do Mato). De notar

que fora os casos do Couço, Lamarosa e Branca, todos os candidatos da CDU a presidentes de Junta de Freguesia não têm qualquer filiação partidária.

Setúbal

No distrito de Setúbal a CDU concorre a todos os órgãos autárquicos. Em Alcácer do Sal apresenta a CDU como candidata a presidente da Câmara a enfermeira de 42 anos, Gracieta Baião, actual presidente da edilidade. Em primeiro lugar para a Assembleia Municipal apresenta-se Rui Oliveira, médico de 32 anos, dirigente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

Em Alcochete, Miguel Boeiro, presidente da Câmara desde 1983, é o cabeça de lista da CDU à Câmara, enquanto António Rodrigues, capitão do Exército, reformado, independente, se apresenta em primeiro lugar na lista CDU para a Assembleia Municipal de Alcochete.

Maria Emília Neto de Sousa, actual presidente da Câmara Municipal de Almada, é a cabeça de lista da CDU para esta Câmara, enquanto José Manuel Maia Almeida se apresenta como candidato a renovar a presidência da Assembleia Municipal, cargo que exerce desde 1976.

Hélder Madeira, presidente da Câmara Municipal de Barreiro desde 1976, apresenta-se desta vez como candidato à Assembleia Municipal, enquanto para a Câmara a CDU apresenta agora Pedro Canário, director comercial de 38 anos.

Grândola terá como candidato CDU à presidência da Câmara Municipal o professor do Ensino Secundário, ex-deputado à Assembleia Constituinte, membro da Junta de Freguesia de Carnaxide e da Comissão Administrativa de Municípios do Litoral Alentejano, Cândido Matos Gago. Para a Assembleia Municipal apresenta-se o actual presidente da Câmara, Figueira Mendes.

Na Moita recandidata-se à presidência da Câmara José Luís Lopes Pereira, enquanto para a Assembleia Municipal a CDU apresenta a actual vereadora, advogada de 32 anos, Fernanda Gaspar.

Montijo terá como candidato à presidência da edilidade o antigo vereador José Caria. Para a Assembleia Municipal o primeiro lugar da lista CDU é ocupado pelo ex-presidente da Câmara, Sérgio Pinto.

O vereador Carlos Pezinho é o candidato CDU à presidência da Câmara Municipal de Palmela, enquanto para a

Assembleia Municipal a Coligação Democrática Unitária apresenta como cabeça de lista o desenhador projectista, Vítor Borrego.

Ramiro Beja, vereador da Câmara Municipal de Santiago do Cacém desde 1985 apresenta-se agora como candidato CDU à presidência da Câmara, enquanto Sérgio Bento se candidata à renovação do cargo de presidente da Assembleia Municipal.

Eufrázio Filipe, presidente da Câmara do Seixal desde 1976, será candidato ao cargo pela CDU, enquanto Joaquim Oliveira também se recandidata ao cargo de presidente da Assembleia Municipal.

Também em Sesimbra os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal são os actuais autarcas daqueles órgãos, respectivamente Ezequiel Lino e Conceição Morais.

Setúbal é cidade onde a CDU-Coligação Democrática Unitária apresenta a deputada à Assembleia da República, Odete Santos, como candidata à presidência da Câmara, enquanto o major Marques Júnior, do PRD, se apresenta como cabeça de lista para a Assembleia Municipal.

Finalmente, em Sines, Francisco Pacheco e José Vilhena candidatam-se pela CDU à renovação dos cargos de, respectivamente, presidente da Câmara e Assembleia Municipal.

Guarda

O candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Gouveia é o professor do ensino preparatório, Dr. Luís Nogueira.

Aveiro

No distrito de Aveiro, os cabeças de lista para os órgãos municipais são os seguintes:

Câmara Municipal de Estarreja, Duarte Drummond Esmeraldo, engenheiro químico, vereador desta Câmara com pelouro do ambiente entre 1979 e 1985. Para a Assembleia Municipal o cabeça de lista da CDU é o Dr. António da Silva Esteves.

Para a Câmara de Murtoza, a CDU apresenta Manuel Andrade, advogado de 71 anos, que foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara local. Para a Assembleia Municipal o cabeça de lista é João Carlos Paiva da Silva.

Em Vale de Cambra, Maria Elizabete Teixeira de Almeida é a cabeça de lista para a Câmara, enquanto António Vargas Mercúrio se apresenta para a Assembleia Municipal.

Santa Maria da Feira tem como cabeça de lista da CDU para a Assembleia Municipal o comerciante de 39 anos, Celestino da Mota Marques.

Em Castelo de Paiva os cabeças de lista são: para a Câmara, Paulino Alves Gomes, técnico de desenho, 40 anos; para a Assembleia Municipal, António Martins Aires, engenheiro, 68 anos.

ERMESINDE • PENAFIEL • LOUSADA

Candidatos CDU

conhecem realidade local

«Não pode aceitar-se que a Junta seja considerada uma Junta igual às restantes Juntas do concelho. Respeitando o funcionamento democrático do Poder Local, a competência, a coordenação e a colaboração do Poder Local, a competência, a coordenação e a colaboração dos diversos órgãos autárquicos, Ermesinde exige, pela grandeza dos seus problemas, que a sua Junta de Freguesia tenha a importância e a dimensão a que tem direito», afirma o Dr. Faria Sampaio, candidato à presidência da Junta da populosa freguesia de Ermesinde, no concelho de Valongo.

Prestigiado médico, assistente hospitalar de obstetrícia e ginecologia, o dr. Faria Sampaio, em carta dirigida à população, equacionando o conjunto de problemas da freguesia, considera-a «um «concelho» dentro do concelho», pois nela habita metade da população do concelho de Valongo e «tem todos os problemas de uma grande zona urbana em acelerado crescimento». Segundo aquele candidato, em Ermesinde «constrói-se desenfreada e desordenadamente sem qualquer plano urbanístico, desaparecem os espaços verdes e as áreas de lazer e passeio, degrada-se o estado das ruas, estrangula-se o trânsito e os acessos, não existem estruturas de apoio social que correspondam às necessidades, não existe uma política de desenvolvimento cultural e desportivo, em suma verifica-se a rápida degradação da qualidade de vida da população». Face a

esta situação, Faria Sampaio considera a necessidade de realizar uma política autárquica, maior capacidade de decisão da sua Junta e ser parte activa em todas as decisões que lhe digam respeito, não podendo continuar a ser uma Junta dependente da Câmara ou do seu presidente. A defesa deste projecto «só é possível com uma forte movimentação que englobe todas as forças vivas».

Ao justificar perante a população as razões da sua candidatura, Faria Sampaio aponta três razões fundamentais: a sua identificação com os ideais de trabalho, honestidade e competência, consubstanciados na Coligação; o entendimento de que, tendo em conta as necessidades de Ermesinde, deve «reverter a favor da freguesia a sua experiência de autarca — sete anos de vereador e quatro como membro da Assembleia Municipal de Valongo» — e fi-

nalmente, «porque vivo há cinquenta anos em Ermesinde, gosto da minha terra e sempre participei na sua vida colectiva».

Penafiel

O dr. Alberto Simões aceitou o convite formulado pela Coligação Democrática Unitária para se candidatar por esta coligação à presidência da Câmara Municipal de Penafiel, como independente.

Alberto Simões é natural de Penafiel, onde reside e trabalha como professor de Filosofia na Escola Secundária. Foi membro do Conselho Municipal de Penafiel, em representação do desporto amador. Há seis anos consecutivos, exerce cargos de grande responsabilidade na Direcção do Futebol Clube de Penafiel. Dinamizador de actividades culturais na Assembleia Penafielense, onde é Presidente da Assembleia Geral, integra igualmente os corpos sociais dos Bombeiros Voluntários de Penafiel. O dr. Alberto Simões foi candidato à Assembleia da República pela UEDS, em 1979.

Lousada

Como refere um comunicado da CDU sobre a sua candidatura, o dr. José Calçada «conhece bem os problemas do concelho de Lousada, possui sem dúvida características

de trabalho, cultura e dinamismo e, antes de tudo, uma grande capacidade de diálogo e tolerância bem visíveis na sua convivência do dia-a-dia, no plano pessoal e profissional», tem «as características fundamentais para dar um contributo determinante na gestão da Câmara Municipal, ao serviço do bem-estar dos lousadenses, para dar ao concelho o impulso que lhe tem faltado no caminho pela sua afirmação regional e mesmo nacional».

José Calçada, candidato à Presidência da Câmara de Lousada, é Inspector do Sector Pedagógico da Inspeção Geral do Ensino desde 1982. Licenciado em Ciências Históricas, José Calçada, lembra a CDU «foi desde jovem cidadão empenhado e activo, tendo participado em 1969 na movimentação desencadeada na Academia de Coimbra». Integrou a direcção de Associações e colectividades de recreio e cultura, foi deputado municipal e dirigente do Sindicato dos Professores, sendo actualmente dirigente do Sindicato dos Inspectores de Ensino, em cuja fundação participou. Orienta uma exploração agro-pecuária na Quinta onde vive, na freguesia de Avelada, em Lousada, pelo que é sócio da COPAGRI, Cooperativa dos Produtores Agrícolas do concelho de Lousada.

Poder Local

SETÚBAL

Candidatos «mostram» poder local democrático

Em Almada começou uma visita ao distrito de Setúbal que os cabeças de lista e mandatários da CDU proporcionaram no passado dia 10 de Outubro aos órgãos de comunicação social, visita a terminar em Palmela, pano de fundo para os candidatos da CDU à presidência das várias Câmaras setubalenses darem a conhecer algumas das linhas de força dos seus programas autárquicos e realizarem um balanço do trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU no distrito.

A visita começou com uma ida ao Parque de Ciência e Tecnologia em Almada. De caminho, Maria Emília Sousa, presidente da edilidade, aproveitou para focar alguns aspectos da realidade local. Salientou, em primeiro lugar, o facto de Almada já ter praticamente os problemas de Saneamento Básico resolvidos, facto que lhe permite a entrada numa nova era — a era do desenvolvimento integrado. «Passou-se para a construção de equipamentos como o Parque da Paz, que, futuramente, se poderá considerar o "pulmão verde" de Almada».

Fez-se uma avaliação no sentido de avançar com objectivos estratégicos para o desenvolvimento do concelho. Dentro destes, situa-se o Parque de Ciência e Tecnologia.

Maria Emília deixou ainda a nota da necessidade de ser criada uma outra zona industrial que procurasse activar as pequenas e médias empresas. Para este efeito já foi adquirida uma área com cerca de 20 ha.

A presidente da Câmara Municipal de Almada, terminou a sua intervenção focando a criação de um pólo turístico de Almada.

De turismo falou também o presidente da edilidade que se seguia na visita — Ezequiel Lino — presidente da Câmara Municipal de Sesimbra.

De facto, o Turismo e as Pescas são as duas principais vertentes económicas da região.

Como exemplo, Ezequiel Lino diria que, capitais árabes estão, neste momento, interessados em investimentos turísticos em Sesimbra.

Investimento em Setúbal aumenta

Focou ainda o importante esforço que a Câmara Municipal está a realizar para reconversão da Lagoa de Albufeira, que, «poderá tornar-se num grande pólo de desenvolvimento turístico» — disse Ezequiel Lino.

No aspecto das pescas, referiu ainda as acções de remodelação do porto de Sesimbra, que o tornará um dos mais importantes do País.

Ainda dentro desta actividade, está a funcionar uma escola de formação profissional de pescas.

Todas estas acções integram-se numa perspectiva de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Setúbal.

Logo de seguida, a visita passou para o concelho de Palmela, onde, o actual vereador e candidato à presidência da Câmara Municipal — Carlos Pezinho — referiu a preocupação do município com o desenvolvimento harmonioso do concelho. Dentro deste é de salientar a criação do Parque Industrial de Palmela, onde já estão várias empresas a laborar e outras em fase de acabamento.

Palmela é um bom exem-

plo de desenvolvimento. De facto, neste concelho de 5 freguesias, todas elas estão contempladas com a construção industrial. O último exemplo disto é a implantação da Ford no concelho.

Após esta visita ao Parque Industrial de Palmela o encontro com os candidatos e mandatários CDU, terminou com uma sessão formal na estalagem de Palmela. Nesta, usaram da palavra, entre outros, Manuel Sobral, responsável pela DORS do PCP, o Odete Santos, deputada, e cabeça de lista CDU à Câmara de Setúbal.

Manuel Sobral destacou a competência e honestidade dos eleitos CDU, e apresentou os objectivos eleitorais para as próximas eleições autárquicas, nomeadamente:

— Voltar a obter a vitória eleitoral nos municípios e freguesias em que a CDU é maioria.

— Ganhar os concelhos de Setúbal e do Montijo.

— Aumentar o número de freguesias de maioria CDU.

Destacou ainda a proposta fundamental da CDU para o próximo mandato: melhorar o quadro de vida das populações, promovendo o desenvolvimento integrado.

Manuel Sobral disse ainda, que, ao contrário do que afirma o Primeiro-Ministro, com largo eco na comunicação social, no distrito de Setúbal há um acentuado investimento económico.

Usaria de seguida a palavra, Odete Santos, que avaliou, como francamente positivo, o trabalho dos autarcas CDU.

Odete Santos afirmou que a coligação entre o PCP, o PRD e o PEV, no Concelho de Setúbal — «Desenvolver Setúbal» — conhece bem as realidades do concelho, e, só ela é capaz de criar um quadro de bem-estar para toda a população.

Após estas intervenções, estabeleceu-se um diálogo aberto entre os representantes da comunicação social e os candidatos, sendo um final de tarde bem passado em agradável conversa no castelo de Palmela.

CDU — projecto de futuro

Uma conferência de imprensa de apresentação da candidatura autárquica da CDU no distrito de Beja decorreu na passada segunda-feira com a presença de António Murteira do Comité Central do PCP e membro da DORA, que na sua intervenção destacou a obra realizada no distrito pelos autarcas da CDU, bem como os projectos que apresentam, com base num comprometimento «com base em princípios e num programa eleitoral que potenciará o estilo de gestão democrática e participada, aprofundando o trabalho já realizado, corrigindo deficiências e alargando a obra já realizada», num projecto de futuro que prosseguirá obras, «designadamente em áreas como a gestão democrática e participada, organização dos serviços autárquicos, informação às populações, formas de comunicação e participação, infra-estruturas básicas, equipa-

mentos colectivos, gestão urbanística, cultura, desporto e tempos livres, inseridos numa política municipal de desenvolvimento sócio-cultural das populações».

A CDU-Coligação Democrática Unitária concorre em todos os concelhos e freguesias do distrito de Beja, constituindo as listas a apresentar «um importante passo em frente na unidade de democratas e forças democratas» já que integram essas listas «homens, mulheres e jovens, das forças que constituem a base da CDU», e também, «um leque muito alargado de democratas independentes» bem como elementos do MDP, UDP e «mesmo democratas vindos das áreas do PS e do PSD».

Foi entretanto assinado um protocolo com o PRD, com incidência em todo o distrito, que permitirá a integração de membros daquele partido nas listas da CDU.

ALDAS DA RAINHA

«Reforçar posições da CDU, mesmo em minoria»

«Constitui importante objectivo da CDU nas próximas eleições autárquicas, a par do aumento das maiorias CDU em câmaras e freguesias, o reforço das suas posições mesmo em minoria, em especial que consiga, como acontece nas Caldas da Rainha, alcançar a eleição do seu primeiro vereador» — afirmou Luís Sá ao intervir na sessão de encerramento da apresentação pública dos candidatos da CDU no município das Caldas da Rainha (Artur Lopes Henriques, de 52 anos, industrial, para a Câmara Municipal e Jorge Sobral, de 42 anos, empregado de escritório e dirigente sindical para a Assembleia Municipal).

Aquele membro da Comissão Política do PCP, referindo-se ao que tem sido a prática dos eleitos do seu partido e dos restantes eleitos pela CDU e sublinhando que a presença da CDU nos órgãos autárquicos «é necessária para tornar acessível à população o que se passa nas autarquias, garantir uma outra dinâmica na resolução dos problemas das populações e lutar por uma gestão honesta, eficaz e competente», recordou a especificidade do sistema de Administração Local português, nomeadamente por permitir a presença de forças minoritárias nos órgãos executivos graças à representação proporcional.

Salientando as virtualidades deste sistema, Luís Sá afirmou que aproveitando tais virtualidades «a nossa política para as situações em que ficamos em minoria é clara»: «aceitaremos os pelouros e as responsabilidades que nos atribuírem, seja qual for a força política a que pertencer a presidência da Câmara, sem nos preocuparmos basearmos em mesquinhos cálculos eleitoralistas sobre quem beneficiará do nosso trabalho e antes colocando sempre em primeiro lugar os interesses das populações»: «apoiaremos to-

das as iniciativas e propostas justas venham de que partido vierem ou de que eleitos vierem»; «combateremos a má gestão. O clientelismo e a corrupção onde quer que se situem».

Referindo-se ao trabalho feito em situações de minoria, Luís Sá evocou que «no presente mandato realizámos, nos pelouros e em geral, um importante trabalho, entre outros, em municípios como o Porto, Sintra, Gaia, Matosinhos e tantos outros».

Luís Sá destacaria ainda na sua intervenção que «é patente que é o Governo Cavaco Silva, e não o PSD, que está a fazer campanha eleitoral baseada «em medidas demagógicas de última hora que todos sabem não corresponderem às orientações profundas do Governo e da sua política».

O dirigente comunista considerou que há evidentes «sinais de nervosismo» na actual gestão governamental resultantes da perspectiva real de o PSD e o Governo serem «seguramente derrotados» nas próximas eleições, «quer no plano da percentagem global de votos, quer no plano do número de Câmaras e Juntas de Freguesia em que terão a presidência».



«Desenvolver Setúbal» apresenta-se

A coligação «Desenvolver Setúbal» (PCP/PEV/PRD) realizou na passada segunda-feira uma cerimónia de apresentação desta coligação autárquica (na foto), que se realizou na Sociedade Capricho Setubalense, onde foram apresentados os candidatos à Câmara e à Assembleia Municipais. Entretanto a candidata à presidência da Câmara, a deputada **Odete Santos**, do PCP, reuniu no mesmo dia com a direcção da Associação Aquícola Nacional,

tendo sido debatidos os problemas dos piscicultores do rio Sado. Na reunião ficaram expressas «quer por parte da Associação quer por parte da candidata, as preocupações quanto à protecção da reserva do estuário do Sado e as suas espécies protegidas», colocando-se a direcção da Associação à disposição de Odete Santos para uma visita aos locais de exploração dos viveiros, que se realizará brevemente.

MADEIRA

CDU concorre em todos os concelhos

Analisar a preparação das próximas eleições autárquicas foi objectivo de um plenário da CDU, realizado no sábado passado no Funchal, onde a Coligação Democrática Unitária, em comunicado final, responsabilizou o Partido Socialista pela inviabilização de um acordo que permitisse derrotar o PSD em alguns concelhos, tendo assim a CDU decidido concorrer a todos os órgãos municipais e a 38 Assembleias de Freguesia.

O Plenário da CDU-Coligação Democrática Unitária denunciou «a demagogia lançada» pela coligação PS/CDS quanto a hipotéticos resultados, pois ela não é alternativa vitoriosa ao PSD. A esse propósito a CDU lembra que nas eleições autárquicas de 1985 «enquanto o PSD teve no Funchal 24 mil 116 votos, os

votos do PSD e CDS somados apenas chegam a 10 mil 577». O PS, «depois de ter apregoado uma política de recusa de qualquer contacto com outros partidos», acaba «por aliar-se com um partido que representa as forças mais à direita» da Madeira, «recusando qualquer entendimento com as forças democráticas» que nas últi-

mas autárquicas obtiveram seis mil 273 votos.

Denunciando as tentativas frustradas de aliciamento de activistas e simpatizantes da CDU por parte das «mesmas forças políticas que recusaram qualquer entendimento com a CDU», o plenário alertou ainda para as manobras que se irão desenvolver em torno da questão do chamado «voto útil».

No Concelho do Funchal, o Plenário da CDU anunciou que a lista para a Câmara Municipal é encabeçada por **Leonel Nunes**, dirigente da CGTP-IN, enquanto para a Assembleia Municipal o primeiro candidato é **José Luís Gonçalves**,

actualmente eleito naquele órgão.

Para as Assembleias de Freguesia do Funchal, os cabeças de lista foram também já anunciados, enquanto a composição das restantes listas da CDU da Madeira será divulgada a partir da próxima semana.

«A CDU é a única força que conta com candidatos capazes de levarem os problemas das populações às Câmaras e Juntas de Freguesia, capazes de combater a actual gestão anti-democrática lesiva dos interesses das populações imposta pelo PSD», lê-se no comunicado emitido no final do Plenário.

Trabalhadores

Médicos

Acção reivindicativa pode endurecer

Actualização de letra e retroactivos no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, negociação dos níveis de salários dos corpos especiais, tabela salarial e imposição de horários de trabalho excessivos, principalmente no Algarve, são de um modo geral os motivos que levam a Federação dos médicos (FNAM) e o Sindicato da Zona Sul, com sede em Lisboa, a prever a necessidade de dar novo impulso às suas reivindicações.

A dívida aos médicos no Santa Maria

Ao tornarem público o seu protesto por a legislação apli-

cável (DL 150/89 de 8 de Maio) não estar a ser cumprida no HSM, os médicos deste Hospital afirmavam em 10 do corrente que «a dívida acumu-

- **Dívidas no Santa Maria**
- **Escândalo no Algarve**

lada pelo HSM ultrapassa já os 400 mil contos».

Numa proposta aprovada na reunião da semana passada, aqueles médicos deram um **prazo até amanhã, dia 20**, para que o conselho de administração do HSM regulatize essa dívida.

A resposta dos administradores, «insuficiente» como repete o SMZS, promete «proceder à actualização de letra», mas remete «o problema dos retroactivos para prazo indefinido».

Além disso, a resposta da administração nada refere sobre a **dedicação exclusiva**.

Se até amanhã, sexta-feira, nada for resolvido quanto a esses aspectos do conjunto de reivindicações, com o apoio expresso do SMZS e da FNAM, os médicos do HSM «decidirão sobre eventuais formas de luta», afirma o Sindicato num apelo à manutenção das deliberações aprovadas na reunião do dia 10.

No quarto ponto das decisões tornadas públicas pela direcção do SMZS nesse dia, no que respeita ao HSM, é referida a possibilidade de «**acionar processo judicial à administração do Hospital de Santa Maria por crime de peculato**».

Já em 26 de Setembro findo a direcção do SMZS fazia saber que «o não cumprimento dos aumentos de letra com os

correspondentes retroactivos, decorrentes do Decreto-Lei 150/89, por parte dos conselhos de administração hospitalares e das ARS (Administrações Regionais de Saúde), está a criar situações inaceitáveis, que levarão a curto prazo à adopção de medidas de luta tendentes a impor o cumprimento da Lei».

Referia ainda nessa data a direcção do SMZS que «apesar de o Ministério de Saúde ter mandado, por *telex*, processar os respectivos pagamentos, por exigência directa da FNAM (federação sindical), na reunião de 18 de Julho findo, os hospitais e as ARS não têm pago, alegando falta de verbas».

Olhão: um exemplo escandaloso

Os dirigentes da associação sindical da Zona Sul (SMZS, com sede em Lisboa) consideram que a situação no distrito de Faro «tem no Centro de Saúde de Olhão o seu exemplo mais recente e mais escandaloso», chegando-se ao

extremo de obrigar uma médica a trabalhar 72 horas seguidas.

A direcção sindical acrescenta que a ARS daquela região algarvia, «através do seu presidente, Jorge Albuquerque, tem desenvolvido um largo conjunto de medidas que se revestem de claros atropelos às normas legais regulamentadoras da prestação de trabalho pelos médicos».

Por ordem da ARS, ou sob a sua responsabilidade, os médicos têm turnos de 24 horas ininterruptas «em que são observados e tratados mais de 100 doentes».

Além disso, a ARS de Faro «tem imposto a interrupção de férias», por ela própria autorizadas, obrigando os médicos a retomar o serviço de atendimento permanente. E trata-se de um «exemplo» que alastrou pela região algarvia.

Refere a direcção do SMZS que a ARS farense sustenta as ilegalidades que comete, marcando faltas injustificadas «a vários médicos do Centro de Saúde de Olhão» e instaurando-lhes processos disciplinares.

Várias iniciativas dos médicos apontam para formas de luta no sentido de pôr cobro a essa situação que alastra a Vila Real de Santo António, Tavira e Castro Marim.

Salários em atraso

Um flagelo que regressa

Organizações sindicais do Porto, Braga e Coimbra revelaram a semana passada a existência de milhares de casos de salários em atraso, flagelo que ressurgiu numa altura em que o Governo propagandeia a sua quase completa extinção. O fenómeno, nunca debelado totalmente, veio a público através de iniciativas organizadas pelas Uniãos Sindicais daquelas regiões, avultando o caso do distrito de Braga onde 80 por cento dos trabalhadores do sector têxtil não recebem a tempo e por inteiro os seus salários.

A afirmação foi feita por Adão Mendes, da União dos Sindicatos de Braga, que referiu desde Agosto o crescimento do número de trabalhadores nessas condições. Numa conferência de imprensa em Braga o mesmo dirigente sindical disse que se registaram nesse período mais de 2300 casos de salários em atraso na região.

Numa lista distribuída aos jornalistas, a União dos Sindicatos de Braga e o sindicato têxtil do distrito mencionam 17 empresas (a enumeração não é exaustiva) que vieram aumentar nos últimos meses a já muito grave situação de grande parte dos assalariados do têxtil minhoto.

A cabeça da lista encontram-se a Têxtil Lopes Correia, de Pevidém, com 600 trabalhadores, e a Fiação e Tecidos de Fafe, com setecentos.

Tratam-se de fábricas paradas e com dívidas de centenas de milhares de contos.

Casos ainda verificados no distrito, mais exactamente em Fafe, são os das Malhas Co-

ral, a J. C. Mendes Andrade, a J. Pena Monteiro, a AJF, a GPL Malhas, a Rucas e a Castrex. Todas devem remunerações aos seus trabalhadores, variando o número entre 30 a 230 os seus efectivos de pessoal.

Contestados números do ministro

Declarações recentes do ministro de Trabalho e Segurança Social, Silva Peneda, eram entretanto contestadas no Porto pela União dos Sindicatos do distrito. Ao contrário do que afirmou o ministro, os salários em atraso não diminuíram no Porto. Não são 914, como afirma a Inspeção-Geral do Trabalho, mas sim 7078. O total da dívida é de 801 313 contos.

Também aqui o têxtil não é poupado. A USP cita a Sociedade Industrial do Mindeiro e a Wandschneider, respectivamente com 1300 e 1000 trabalhadores nessas condições.

Ao comentar a situação que naturalmente condena, a USP acrescenta que, «se alguma diminuição houve, não foi pela intervenção da IGT (Inspeção-Geral do Trabalho) e do Governo, mas pela luta dos trabalhadores e porque trabalhadores houve que passaram da situação de salários em atraso para o desemprego, pelo encerramento de empresas ou por despedimento».

A USP cita ainda como devedoras as empresas Abreu & Companhia, Alves & Barbosa, EFI e Feruno, entre outras, com quadros de pessoal que variam entre 80 a 400

trabalhadores.

«**Por paradoxal que pareça**» os salários em atraso ressurgem também no distrito de Coimbra. A União dos Sindicatos, que prepara o seu segundo Congresso para Novembro, refere-se nesses termos ao mesmo flagelo, acompanhado por «despedimentos colectivos em preparação nalgumas empresas», que não cita na sua nota à Imprensa de 13 de corrente, porque o seu conteúdo se refere principalmente às iniciativas programadas para a preparação do Congresso.

Sumário sindical

CDS. Uma delegação do CDS de que fazia parte Freitas do Amaral foi recebida a seu pedido pela direcção da CGTP-IN. O encontro efectuou-se terça-feira, 17, na sede da Central em Lisboa, com a presença de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP.

Gás. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Lhas, que convocou uma greve do gás em Lisboa no passado dia 11, anuncia para breve um plenário na GDP (Centro Gás), que poderá aprovar «novas formas de luta». O Sindicato, com sede em Lisboa, entre outras acusações à administração da empresa, «repudia o comportamento irresponsável» da mesma perante a greve, «ao propalar que garantiria o fornecimento normal» daquele produto durante a paralisação: tentativa, segundo o Sindicato, de «forçar o piquete de greve a actuações a que não está obrigado».

CMOPE. Esta Confederação Mundial das Organizações Profissionais de Ensino promoveu, durante cinco dias desde sexta-feira da semana passada, a sua Conferência Europeia, no Funchal. Segundo a Fenprof, que participa na iniciativa por ela promovida pela primeira vez na Madeira, será analisado e debatido «o ensino das ciências», «a mobilidade dos professores na Europa» e «a justiça social e liberdades democráticas». A Fenprof — Federação Nacional dos Professores — é filiada naquela organização mundial.

Ambiente. Integrado num ciclo de iniciativas previstas para este ano, o grupo sindical para o ambiente e a defesa do consumidor (CGTP) anunciou para ontem, 18, um «curso de formação básica em ambiente» destinado a sindicalista de todo o País, que se reúne para o efeito na Faculdade de Ciências de Lisboa, sob a orientação de especialistas credenciados.

De início as inscrições estavam limitadas a trinta participantes, mas «o número de interessados ultrapassou as expectativas, o que obrigou os promotores deste primeiro curso a pensar num segundo para breve», refere a CGTP.

Bruxelas. Anunciada para ontem, 18 de Outubro, a manifestação de trabalhadores europeus, promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES) conta com a participação da CGTP-IN.

A Central portuguesa adiantava sexta-feira passada que a sua delegação inclui Ruben Rolo, da comissão executiva, Carlos Carvalho, do conselho nacional, Fer-

nando Maurício e Joaquim Fernandes do departamento internacional, e ainda Augusto Silva e Vasco Cal, representantes da CGTP-IN no comité económico e social da CEE.

Universidade. A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro (STFPZC) manifesta «agrado e profunda satisfação» pelo facto de os trabalhadores das cantinas dos serviços sociais da Universidade de Coimbra terem conseguido, finalmente, que o descanso semanal abrangesse o sábado e o domingo — reivindicação há muito apresentada, pois aqueles trabalhadores só descansavam ao domingo.

Hipermercado. Constante do programa de comemorações do 19.º aniversário da CGTP-IN, a visita de dirigentes sindicais do CESL e da CGTP ao hipermercado «Jumbo» em Alfragide proporcionou em 11 do corrente a apresentação ao director daquele estabelecimento, Jorge Leitão, de alguns aspectos mais graves nas relações de trabalho nesses grandes espaços comerciais.

Além de José Luís Judas, da comissão executiva da CGTP-IN, participaram da delegação que se deslocou ao «Jumbo», Joaquim Labaredas, presidente do CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa — e Maria Emília Marques, dirigente da mesma organização sindical. Segundo nota do CESL, «os dirigentes do «Jumbo», afirmaram a sua abertura ao diálogo com os sindicatos, sublinharam que os vínculos laborais precários são assumidos como situação transitória, tendo na altura informado os dirigentes do CESL que acabava de ser revista uma rescisão, ilegalmente efectuada fora de prazo, de uma trabalhadora contratada» para serviço temporário e que tinha provocado a oposição do CESL, afirmando este último que a trabalhadora irá, assim, continuar na empresa por mais seis meses.

Brasil. Entre 13 e 16 do corrente esteve em Lisboa, a convite da FEPES (Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços), uma delegação da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio do Estado de Santa Catarina (Brasil) que, através de visitas, contactos e reuniões de trabalho, pôde verificar «a realidade do comércio em Portugal e das organizações representativas dos trabalhadores», refere a FEPES.



vsevolod knijajinski

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

63.10/300 pp./750\$00

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL



Trabalhadores



De novo a greve, hoje e amanhã

Greve no Ensino

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof), depois de se reunir na sua sede em Lisboa com as outras organizações sindicais do sector do Ensino, marcou para 26 e 27 do corrente um período de greve, que pode prosseguir depois de uma nova cimeira dessas organizações representativas, se entretanto o Governo não respeitar compromissos assumidos com os sindicatos.

Segunda-feira passada, a Fenprof, depois da cimeira com a Federação Nacional dos Sindicatos de Educação (FNSE) e com o Sindicato Democrático dos Professores (SDP) e após reunião inconclusiva na Secretaria de Estado da Modernização Administrativa (SEMA) continuava a reclamar:

- A paridade com as carreiras técnica e técnica superior, no que respeita ao sistema retributivo, a partir de 1 de Outubro de 1989, cumprindo o assumido na acta da reunião da madrugada de 17 de Junho;

- A contagem de todo o tempo de serviço para integração e progressão na carreira a todos os professores;
- Um regime de faseamento que não discrimine negativamente os professores em relação aos técnicos e técnicos superiores da Função Pública.

- O reconhecimento da especificidade da carreira docente, retirando-se conceitos e mecanismos que lhe são estranhos, como o de promoção, *numerus clausus* e prova de candidatura;

- Redução do tempo de serviço proposto para duração da carreira, de acordo com a proposta da Fenprof.

A greve não abrange o ensino superior

A greve anunciada para 26 e 27 do corrente abrange todos os graus do ensino menos o superior.

Registe-se, entretanto, que a marcação da greve ocorre depois de uma concentração

em frente ao Ministério da Educação na passada sexta-feira e da entrega ao ministro de um abaixo-assinado com 8 mil assinaturas, recolhidas apenas numa semana, mostrando «o descontentamento várias vezes expresso pelos professores», como oportunamente referiu o Sindicato SPGL da Grande Lisboa.

Por outro lado, a Fenprof recorda que a greve e o seu prosseguimento, se tal se mostrar necessário, constituem a forma de luta deliberada em 2 do corrente, mediante protocolo assinado entre as três organizações sindicais de professores.

O mesmo protocolo de 2 do corrente «compromete as organizações sindicais a recusar a celebração de qualquer acordo que não garanta, no mínimo e para o início do período de transição, o posicionamento salarial dos docentes», sublinha, entre outras condições, a Federação Nacional dos Professores, Fenprof.

Privatizações/SEE

Organizar e agir melhor em defesa de quem trabalha

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, ao intervir quinta-feira passada no plenário das organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores do SEE (Sector Empresarial do Estado) salientou a necessidade de uma maior e melhor intervenção dessas organizações contra a «estratégia dos su-

cessivos governos e das forças conservadoras», que têm desbaratado as empresas nacionalizadas, «impedido a sua reestruturação e modernização». No plenário, efectuado em Lisboa com a presença dos representantes dos trabalhadores de algumas das maiores empresas nacionais, foram aprovados

gados e activistas sindicais ou de comissões de trabalhadores, contavam-se a Cimpor, Setenave, Unicer, Quimigal e Feis.

O plenário, cujos trabalhos foram abertos com uma intervenção de José Ernesto Cartaxo, na sua qualidade de membro da comissão executiva do conselho nacional da CGTP-IN, defendeu em toda a linha a unidade dos trabalhadores e das suas organizações representativas nas empresas do SEE para «travar o avanço das privatizações».

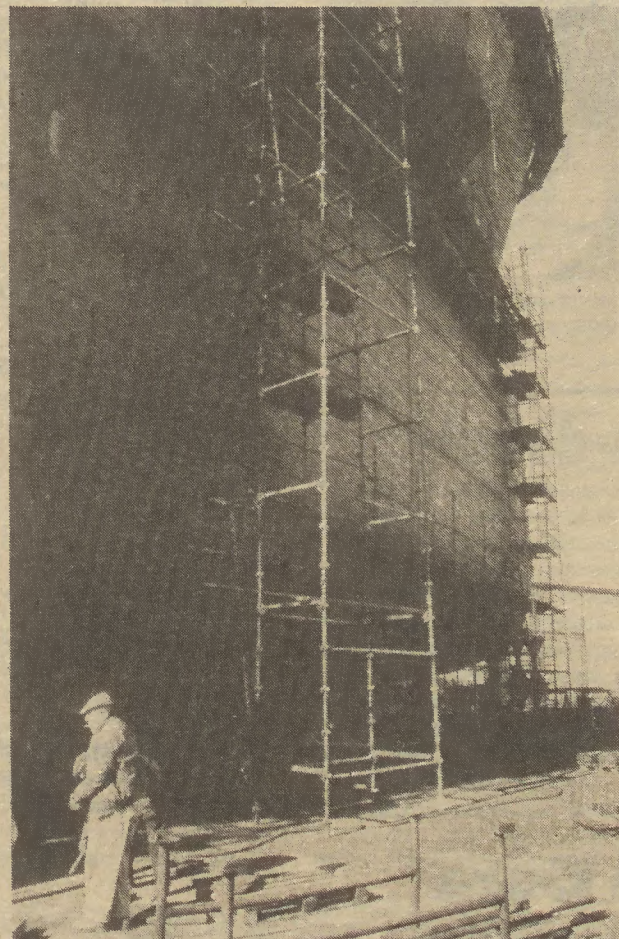
Carvalho da Silva que, em nome da CGTP-IN, lançou um repto ao Governo para um debate frente-a-frente na televisão, moderado pelo «DN» e o «JN», diários de Lisboa e do Porto, disse que «o SEE deve ser forte, moderno, com um papel positivo face à integração de Portugal na CEE», onde o nosso país tenha defesas, dado que somos pobres relativamente à Comunidade.

Iniciativas

Além do debate televisivo proposto no plenário, a CGTP tenciona levar a cabo várias iniciativas neste campo, como seja um plenário nacional previsto para amanhã, dia 20, e uma semana de informação e esclarecimento junto da opinião pública a partir de 24 do corrente.

Essas iniciativas e outras que porventura venham a decorrer no âmbito das empresas directamente afectadas pela onda de privatizações, que o Governo pretende acelerar, visam defender os direitos individuais e colectivos de milhares de trabalhadores.

O caso da Quimigal é paradigmático. O seu representante no plenário de quinta-feira passada disse que foram «destruídos mais de 4000 postos de trabalho», ao mesmo tempo que se verificava o encerramento de instalações fabris e «a destruição do equipamento social».



Na Setenave, uma das empresas mais atingidas pela ofensiva contra o SEE

documentos condenando a lei dos despedimentos, exigindo a redução do horário de trabalho e acusando, numa resolução, os «gestores do PSD», que «estão conscientemente a realizar uma acção destruidora», como «comissários políticos do Governo, na ânsia de amanhã serem fiéis servidores do grande capital».

Entre as empresas representadas por dirigentes, dele-

«O aumento de rendas será pois de 15 por cento para a maioria dos arrendamentos».

Na sua nota de 12 do corrente, a direcção da AIL conclui que «a falência da lei das rendas e o círculo vicioso em que o Governo mantém o mercado de habitação, pressão especulativa sobre os terrenos, elevada carga fiscal sobre a habitação, elevadas taxas de juro praticadas, limitados incentivos à construção e ausência de promoção directa de habitação por parte do Estado são condições de agravamento da situação habitacional de milhares e milhares de famílias portuguesas, cujo acesso à casa se manifesta cada vez mais difícil.

«A AIL reafirma mais uma vez a necessidade de uma política nacional de habitação que responda às carências do País e dos portugueses, em contraposição às medidas avulsas e pontuais, que têm caracterizado a actuação do Governo actual».

para os inquilinos, e sem qualquer efeito positivo no mercado da habitação e na recuperação das casas degradadas.

O coeficiente de 10 por cento agora fixado para o aumento das rendas de casa em 1990 corresponde de facto ao limite mínimo fixado na Lei, mas significa um aumento de 2,7 relativamente ao coeficiente fixado para 1989 (7,3), ou seja um acréscimo de 36 por cento relativamente ao ano em curso».

Os 10 são 15

A dado passo da sua nota explicativa, a direcção da AIL acrescenta que «os arrendamentos sujeitos à correcção extraordinária de renda, que são a esmagadora maioria, vão ser sujeitos ao aumento de 15 por cento, que resulta da multiplicação do coeficiente de 10 por cento por 1,5, como estipula a Lei.

pensões que, como se sabe, são na maioria dos casos «de apenas 14 600 escudos no regime geral».

Por seu turno, a Associação (AIL), sublinhando que **se paga cada vez mais e se habita cada vez mais em piores condições**, veio a público afirmar o seguinte:

«Os factos comprovam, e até a nível oficial já é reconhecido, que a Lei 46/85 não produziu qualquer dos demagógicos objectivos com que a Lei foi aprovada. Assim, não se assistiu à dinamização da construção de habitação e do mercado de arrendamento, não se concretizam as obras de conservação, de que grande parte do parque arrendado necessita, e não foram colocados no mercado muitos milhares de fogos devolutos.

«Os aumentos de renda da correcção extraordinária apenas significam um acréscimo dos rendimentos dos senhorios (mais de oito milhões nos últimos três anos), traduzindo-se em sacrifício

Rendas de casa

Sem peso nem medida

Ao discordar, como fez também a Associação dos Inquilinos de Lisboa, do aumento de 10 por cento que o Governo acaba de decidir para as rendas de casa, a CGTP realça o facto de terem sido usados «dois pesos e duas medidas», para a avaliação desse coeficiente a aplicar no próximo ano.

Afirma a CGTP que o Conselho de Ministros, utilizando para o efeito o Conselho Permanente de Concertação Social, adoptou como ponto de partida para aquele aumento o «referencial de inflação de 13,3 por cento em 1989, ao passo que na negociação dos salários insistiu num referencial de 6 a 8 por cento, recusando-se a repor os aumentos intercalares nas pensões de reforma e nos salários».

Depois de sublinhar que as rendas de casa são já incomportáveis para «uma parte considerável da população portuguesa», a Central refere especialmente os reformados e os baixos valores das suas



PCP

Homenagem nacional a Armando de Castro

A obra de Armando de Castro, a exemplaridade intelectual e cívica da sua vida constituem um inestimável património do Povo Português. Em Armando de Castro, trabalho científico e filosófico, intervenção cultural, corajoso empenhamento político e partidário, pensamento e acção, constituem a um tempo expressões de uma actividade multifacetada, que constantemente nos surpreende pela sua abertura e criatividade face aos desafios dos novos tempos, e de grande unidade e coerência, de solidez, de um percurso intelectual, que marca já a vida portuguesa deste século.



Mais de três centenas de pessoas estiveram no passado domingo no Palácio de Cristal para uma justa homenagem a Armando de Castro

Conferência-debate

Após interrupção de alguns meses, o Centro de Estudos da DORP do PCP, no Porto, retomou a sua actividade de formação com a realização de uma conferência-debate, na passada sexta-feira, subordinada ao tema «A Revolução Francesa».

Orientada pelo camarada Arsénio Nunes, docente universitário, a conferência, para além de uma síntese histórica dos acontecimentos, abordou particularmente o jacobinismo e a sua influência na formação e na história do movimento operário e socialista e alguns temas mais candentes do debate ideológico sobre a Revolução, na actualidade.

Lordelo do Ouro

Mais um Centro de Trabalho na cidade do Porto

Bem no centro da freguesia de Lordelo do Ouro, na Rua da Mouteira, foi inaugurada oficialmente no passado sábado mais uma casa do Partido na cidade do Porto.

Descerrada uma lápide comemorativa, pela camarada Sofia Moreira, da CF de Lordelo e do Comité Central, eleita na Assembleia de Freguesia, e hasteadas as bandeiras, seguiu-se a visita demorada de muitas dezenas de camaradas e amigos às novas instalações — uma casa antiga, aquida e totalmente recuperada pelo trabalho militante da organização — que não quiseram deixar de participar neste acto tão importante para a vida do Partido na freguesia e na cidade.

Seguiu-se um animado convívio, no qual não faltou a música — cantaram três fa-

distas da freguesia — e a sardinha assada. Na ocasião intervieram os candidatos da Coligação Democrática Unitária à Presidência da Junta de Freguesia, Nuno Teixeira, e à Presidência da Câmara do Porto, Luís Oliveira Dias.

Nuno Teixeira lembrou, a dado passo, «as vantagens do novo Centro de Trabalho, que vai permitir um trabalho mais profundo e um conhecimento mais alargado dos problemas da freguesia, uma vez que se destina a todos os lordelenses, pois nele podem ir discutir, com os eleitos da CDU, as necessidades das suas zonas».

Palavras de Oliveira Dias e Edgar Correia

Oliveira Dias começou por salientar a larga representação de mulheres candidatas à Assembleia de freguesia de Lordelo do Ouro, considerando ser justa tal presença uma vez que as mulheres são mais de metade da população do Porto e têm direito a ser intervenientes.

Referindo-se às várias candidaturas que se perfilam na cidade, o candidato à Presidência da Câmara considerou que estas eleições autárquicas podem significar um ponto de viragem na cidade do Porto. São os vereadores da CDU e os seus candidatos que realmente se interessam pela cidade e provaram

história coube-me, intelectual de extracção social pequeno-burguesa», diz Armando de Castro, «o combate no campo das ideias, desde as ideologias à produção científica, procurando sempre joear uma da outra».

«Coloquei a minha ideologia ao serviço do combate pela desalienação e pela busca de uma base, ela própria teórica para a ideologia que adoptei, visando como fim supremo a libertação do homem concreto».

«Um ser concreto que se materializa de forma mais acabada no trabalhador e antes de mais nada no trabalhador assalariado, o agente estruturalmente possível da auto-realização histórica de todos os homens, mesmo daqueles que não pertencem à sua classe».

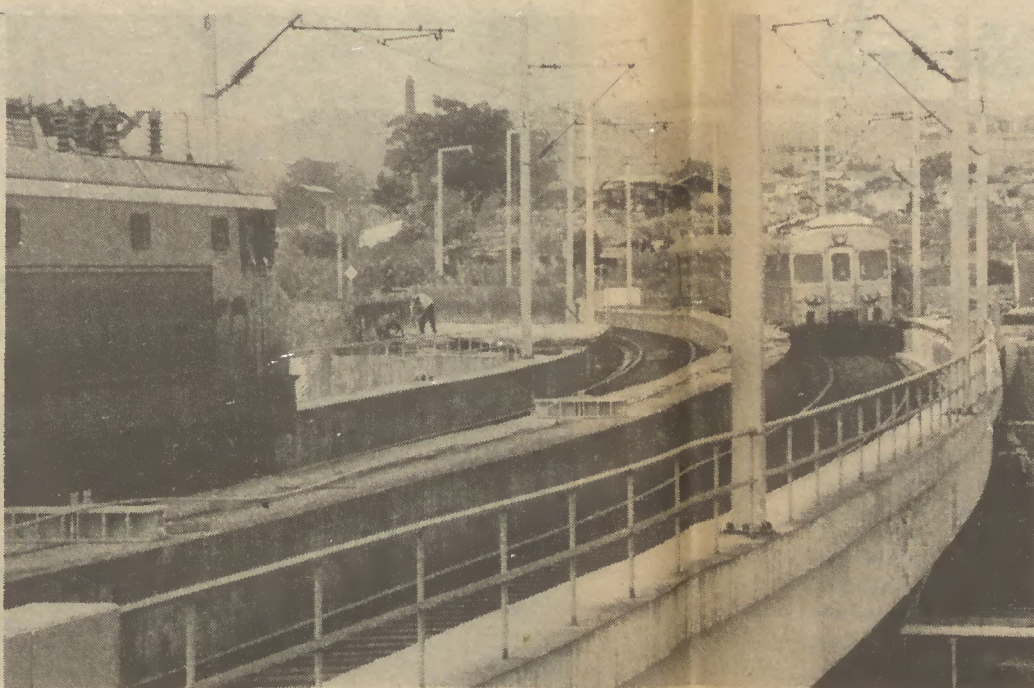
«Sei perfeitamente que o trabalho intelectual é tão somente uma das componentes do labor social pela existência, melhoria e reprodução ampliada dessa melhoria. Mas este foi o lugar que me coube. Procurei preenchê-lo o melhor que me tem sido possível. E deixou aliás não poucas recompensas. Basta dizer que na investigação consegui ser um ser empenhado e não um ser engerado nos quadros dominantes. Que maior satisfação me seria dado obter?». «Porque» termina Armando de Castro, «disfruto da situação agradável de não surgir como o escaleiro de um passado vergonhoso de que hoje me envergonharia, mesmo matizando do maior ou menor habilidade a actualização do discurso ideológico».

O trabalho intelectual
«Nesta caminhada pessoal de mais de meio século de

ser capazes de resolver os seus problemas. Desta vez a CDU tem todas as probabilidades de ganhar a Câmara.

Num jantar-convívio que encerrou o programa, interveio o camarada Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC do PCP, que, felicitando todos os camaradas que tornaram possível mais uma casa, pertença do Partido. Quando os jornais da direita dizem que «o PCP está em crise», abriu um novo Centro de Trabalho é uma boa resposta, salientou o dirigente comunista.

Edgar Correia analisou a situação política actual e, a dado passo, sublinhou o significado político das eleições autárquicas, até porque se realizam a meio do mandato do Governo.



Célula do PCP/Entroncamento alerta a opinião pública

Ilegalidades a torto e a direito na CP

• Quem consegue chegar aos diversos cursos na empresa...

«A constituição ilegal de empresas no interior da CP tem ocorrido a um ritmo cada vez maior». O alerta é dado pela célula do Partido Comunista Português, no Entroncamento.

Compadrio em «festival laranja»...

A propósito de competência e «cunhas» dentro da empresa, os trabalhadores comunistas da CP/Entroncamento explicam como está montado o «festival laranja» na transportadora ferroviária nacional e garantem que o compadrio, a corrupção e a cunha têm a cor do partido de Cavaco Silva e dos seus homens de mão no Conselho de Gerência.

Vejamos alguns exemplos: «Na nova macro-estrutura aprovada pelo CG e já posta em vigor, o compadrio deixa cair a máscara e as situações agravam-se, como é o caso da nomeação do irmão do sr. Arménio Matias para chefe da área de Transportes da Guarda, sem que tenha qualquer experiência e passando por cima de técnicos da empresa com experiência e conhecimentos.

«Mas o compadrio não fica por aqui... «Basta ver quem são os «escolhidos» para frequentarem os mais diversos cursos, nomeadamente os de técnicos e inspectores, onde ou se tem cartão do partido do Governo ou muito dificilmente se lá chega.

«A competência, o brio profissional e a experiência, são palavras abolidas do dicionário do Governo e dos seus homens no CG.

«Com estas "laranjas amargas" os serviços prestados pela CP são a imagem azeda do Governo e da gerência da CP.»

Não ficar de braços cruzados

A propósito de questões como inflação, poder de compra e salários, os comunistas da CP deixam um breve comentário:

«Este ano, a inflação vai, com forte probabilidade, ron-

dar os 13% e a produtividade deverá registar uma subida de cerca de 3 pontos percentuais.

«Atentemos a estes factos. «Os ferroviários, como consequência da luta, tiveram um aumento de 8,7%, o que quer dizer que ficaram, de momento, a 4% do valor da inflação.

«Mas passemos aos números. «Um operário que tenha de salário 60 contos mensais, está a perder 4% por mês. Face aos valores da inflação, está a perder 2400\$00/mês, o que perfaz 33 600\$00 no ano.

«Mas, pasme-se, o Sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva propôs que o seu vencimento suba de 640 para 720 contos, dos ministros de 500 para 600 e dos secretários de Estado de 400 para 500.

«Que moralidade é esta? «Os membros do Governo querem equiparar os seus vencimentos aos da CEE, mas os nossos, dos trabalhadores ferroviários, daqueles que produzem, é de terceiro mundistas.

«Não há que ficar de braços cruzados.»

Apelo

A concluir os comunistas da transportadora ferroviária nacional fazem um apelo:

«Independentemente da categoria profissional, do sindicato ou da opção ideológica, todos os trabalhadores ferroviários devem convergir nas lutas que se avizinham, como forma de defender a empresa (CP pública), de recuperar o poder de compra, de conseguir a redução do horário de trabalho e a mais que justa redução da idade da reforma.

«A célula do PCP considera que só convergindo na luta, de uma forma séria e na defesa dos direitos dos trabalhadores ferroviários, se conseguirá fazer frente ao CG que, a mando do Governo Cavaco Silva, nos quer fazer passar por portugueses de segunda.

Na luta, os ferroviários conseguirão os seus justos objectivos.»

1.ª edição do Guia de Portugal (1924) destaca o «belo sabor campestre» dos casais da Atalaia

• Grande magusto no dia 11 de Novembro

O «belo sabor campestre», em «todá esta região central da Outra Banda, nesga de terra mimosa e fértil», em que se incluem os «casais da Atalaia», é destacado no Guia de Portugal, 1.ª edição, de 1924, então publicada pela Biblioteca Nacional. Em Outubro de 1988, surge uma segunda reimpressão daquele importante trabalho de Raul Proença, numa iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, que apresenta a reprodução fiel do texto integral daquela histórica 1.ª edição

Percorrendo o vol. I do Guia, dedicado a Lisboa e arredores, e depois duma interessante informação relativa ao percurso pelos «Estorils e Cascais», acabamos por descobrir — neste texto dos anos vinte — a «Outra Banda», com referências a Cacilhas, Almada, Alfeite, Monte da Caparica, Sesimbra, Trafaria, Costa de Caparica, Seixal, Barreiro e Azéitão, Lavradio, Alhos Vedros e Moita, Aldeia Galega e Alcochete.

No parágrafo dedicado à Amora, uma primeira informação sobre uma importante fábrica de garrafas, que «tem nome em todo o País».

«Há além disso» — prossegue o texto de Raul Proença — fábricas de pólvora em Vale de Milhaços e Cabo da Marinha. Perto do desembocadouro a Quinta de Santo António, com o registo de santo, datado de 1773.

Nas imediações as importantes quintas do Palácio e da Infanta. Para as visitar podem

dos arredores de Lisboa e adquirem um belo sabor campestre e uma fisionomia mais nobre.»

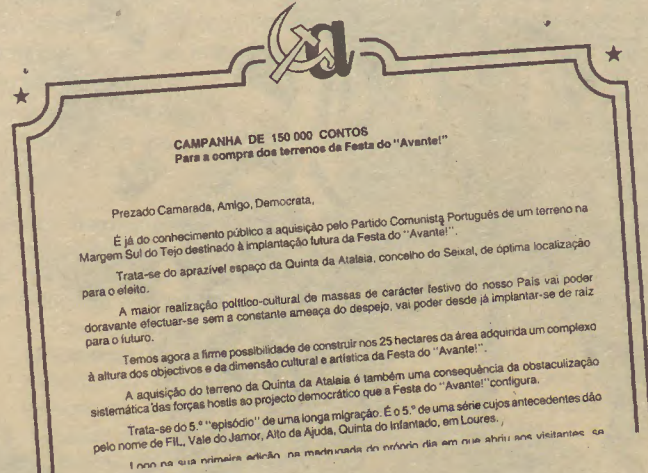
E agora mais uma referência aos terrenos da Festa do Avante!

«Junto aos casais da Atalaia um magnífico pinheiro manso, que se bipartiu e inclina até ao chão a copa enorme, mereceria ser classificado como monumento nacional; e mais adiante, um lindo laranjal de folhas luzentes semelha um parque à beira-rio. Chegados à Barroca (estaleiros), levamos agora à esquerda terrenos altos e vermelhos onde pinheiros estáticos se perfilam, à direita o panorama esbatido de Lisboa, e em frente a grande massa verde-escura dos pinheiros do Alfeite (...).

Vamos conhecer os terrenos

Agora, que já decorreram cerca de 65 anos sobre a 1.ª edição do Guia de Portugal, a curiosidade em conhecer os terrenos descritos pela pena de Raul Proença sobe de tom. Os anos passaram e a paisagem, no geral, sofreu alterações. Mas lá para a Quinta da Atalaia muita da beleza natural ficou, num cenário marcado pelo rio.

No próximo 11 de Novembro muitos camaradas e amigos da Festa do Avante! vão estar na Atalaia, num dia de



convívio e amizade e também de magusto a sério, promovido pela organização concelhia do Seixal do PCP. Uma excelente oportunidade para conhecer os terrenos e prosseguir a campanha dos 150 mil contos, que, como temos sublinhado, tem como base fundamental os títulos de participação, de 1000, 5000, 10 000, 50 000 e 100 000 escudos.

Estes títulos podem ser adquiridos através das organizações do PCP em todo o País. Mas, se o desejar, como lembra a coordenadora da campanha, poderá enviar as suas contribuições para a Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 — 1699, Lisboa Codex, em troca dos quais serão enviados aos correspondentes títulos. Também poderá utili-

zar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino, na Av. de Berna, em Lisboa. Mais: se entender colaborar de outra forma que não em dinheiro, designadamente em artigos ou objectos de variado tipo e valor, estará igualmente a contribuir para a campanha.

Recorde-se ainda que, para a compra dos títulos de participação, é possível o pagamento faseado, ou seja em prestações. A entrega do título é feita, nestes casos, com o pagamento da última prestação. As prestações anteriores devem implicar a passagem de recibos.

Está prevista para Janeiro de 1990 a primeira reunião da Comissão Coordenadora Nacional da Campanha.



Camaradas Falecidos

António Antunes Leitão

Residente em Linda-a-Velha, nos arredores da capital, faleceu recentemente o nosso camarada António Antunes Leitão, ajudante de despachante, com 52 anos, membro da célula de despachantes do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa. O camarada colaborou em várias realizações centrais do Partido, como Congressos, edições da Festa do «Avante!» e outras iniciativas.

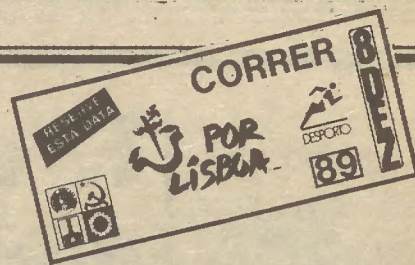
José do Carmo

Natural de Fetais, freguesia de S. Quintino, Sobral de Monte Agraço, faleceu com 73 anos o nosso camarada José do Carmo, militante do Partido desde 1974, sapateiro.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Poder Local

Correr por Lisboa – uma festa movimentada em 8 de Dezembro



Uma ponte a pé...

No passado dia 12 escrevia António Simões em «A Bola»:

«Lisboa precisa de uma corrida que atravessasse a Ponte 25 de Abril. Por isso, a Comissão de Desporto da Coligação Por Lisboa vai utilizar um *slogan* (na corrida de 8 de Dezembro): **O que falta a Lisboa? Uma ponte a pé...**»

«Esta atitude visa sensibilizar os lisboetas para a impertinência da proibição — de carácter eminentemente político... — de corridas atravessando a ponte.

«Recorde-se que o Ginásio Clube Português organizou, por duas vezes, em 1982 e 1983, a sua Corrida «A Ponte a Pé», mas quando em 1984, no quadro das comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril, se tentou organizar uma meia-maratona com passagem pela ponte a edibilidade indeferiu o pedido e inviabilizou a passagem da ponte a correr, prática comum em quase todas as grandes cidades do mundo, com excepção de Lisboa, no reinado de... Abecasis».

Correr por Lisboa é uma prova aberta a todos os interessados. As inscrições são gratuitas e o regulamento está à disposição na sede da Coligação Por Lisboa, na Av. António Augusto de Aguiar, 134 — 1000 Lisboa. É aí que devem ser entregues as inscrições até 4 de Dezembro. Pelo ritmo e pelo interesse já manifestados, a organização prevê, para já, a presença de mais de mil atletas. O «Avante!» vai acompanhar até 8 de Dezembro a preparação desta iniciativa, levando aos seus leitores as indicações e curiosidades desta prova, que vai dar cor e animação ao segundo feriado nacional de Dezembro na capital.

Com partida do Estádio Pina Manique às 10 horas e chegada junto ao edifício da Câmara Municipal, vai realizar-se no próximo dia **8 de Dezembro** (sexta-feira, feriado nacional) uma prova de atletismo que está já a suscitar vivo interesse nas colectividades populares, clubes e praticantes da Grande Lisboa. Trata-se da iniciativa «**Correr por Lisboa**», uma prova de 13 quilómetros que vai dar animação e colorido à capital, inserindo-se no vasto conjunto de actividades que a Coligação Por Lisboa está a promover no concelho. Nas próximas edições do «Avante!» contamos dar aos nossos leitores, e especialmente aos que costumam participar nas provas de estrada e nas manifestações populares do atletismo, todas as informações e indicações úteis sobre esta corrida.

«Correr por Lisboa» tem uma **comissão de organização** de que fazem parte os seguintes elementos:

- Prof. Mário Machado, da revista «Spiridon»;
- Prof. Arons de Carvalho, da revista «Atletismo»;
- Eugénio Costa Lourenço, ex-atleta do SLB;
- Prof. António Campos, da organização da Maratona de Lisboa (Novembro próximo);
- José Araújo, ex-maratonista do SLB;
- Dr. Mário Paiva, dirigente da Associação de Atletismo de Lisboa;
- Manuel Verdugo, dirigente do CAC;
- Prof. António Vilela, dirigente da Federação Portuguesa de Atletismo;
- António Borges, técnico de informática;
- Prof. Fonseca e Costa, treinador de Aurora Cunha e da equipa de «Os Bele-nenses»;
- Vladimiro Simões, ex-atleta do SLB (triplo salto);
- Salvador, dirigente sindical dos Seguros (área dos tempos livres);
- Orlando Silva, ex-presidente da Comissão Distrital de Juizes;
- Prof.ª Paula Brito, do Instituto Superior de Educação Física (ISEF);
- Ferreira Gonçalves, dirigente da AAL;
- Francisco Marques, vice-presidente da AAL;
- Prof. Jaime Vicente, diri-

gente dos «Desportos e Juventude Mira Sintra»;

- Manuel Faria, ex-olímpico do SCP.

Percurso

Tal como já foi divulgado na Imprensa, incluindo os jornais desportivos, a corrida terá este percurso:

Estádio Pina Manique (a Monsanto) — **Calçada da Ajuda** — **Calçada da Boa Hora** — **Calçada da Tapada** — **Largo do Calvário** — **Largo de Alcântara** — **Praça da Armada** — **Avenida Infante Santo** — **Estrela** — **Avenida Álvares Cabral** — **Largo do Rato** — **Rua Alexandre Her-culano** — **Avenida da Liberdade** — **Praça dos Restauradores** — **Rossio** — **Rua do Ouro** — **Rua do Comércio** — **Município de Lisboa**.

Escalões

Os escalões etários definidos pela organização da prova são os que se seguem:

Juvenis (masculinos e femininos, nascidos em 1973 e 74); **juniores** (masc./fem., nascidos em 1971 e 72); **seniores**; **senhoras**; **veteranos** (a partir dos 40 anos); **veteranas**, com mais de 35.

As inscrições (gratuitas) decorrem até ao dia **4 de Dezembro**, na Av. António Augusto de Aguiar, n.º 134, 1000 Lisboa.

Os dorsais serão entregues no dia 7 de Dezembro, das 10 às 13.30 horas e das 14 às 21 horas naquele local, onde, como tem sido divulgado, funciona a sede da candidatura «Por Lisboa». Na zona de partida, até às 9 horas, também poderão ser entregues os dorsais dos atletas.

Comissão de honra

«Correr por Lisboa» tem também uma **comissão de honra** de que fazem parte nomes consagrados do atletismo português, nomes bem conhecidos por cá e no estrangeiro, onde têm prestigiado o nosso país e o desporto nacional:

- Carlos Lopes
- Luís Horta (SLB)
- Armando Aldegalega (SCP)
- Rita Borralho (SLB)
- António Leitão (SLB)
- Cidália Caetano (SLB)
- Tavares da Silva (SLB)
- Aniceto Simões, ex-olímpico, do SCP
- José Pinto (Belenenses)
- Domingos Castro (SCP)
- Dionísio Castro (SCP)
- Ezequiel Canário (Imortal de Albufeira)
- Aurora Cunha (FCP)
- José Araújo, ex-maratonista, do SLB
- Joaquim Ferreira, ex-olímpico, do SCP
- Vladimiro Raposo, ex-olímpico do SCP
- Anacleto Pinto, ex-olímpico, do SLB
- João Campos, (SLB)
- Manuel Faria, ex-olímpico, do SCP

As entidades que queiram oferecer prémios para a corrida de 8 de Dezembro (empresas, autarquias, clubes e colectividades, organizações e estruturas populares, etc.) podem contactar a sede de candidatura da coligação «Por Lisboa»/Desporto, directamente ou através dos telefones 532145, 532299, 532372, 532511.



Convívio de desportistas

Desportistas de várias modalidades estiveram na passada segunda-feira na sede da coligação «Por Lisboa» para um convívio em que estiveram presentes Jorge Sampalo e Rego Mendes. Este último, no caso de ser eleito, terá à sua responsabilidade no Município o pelouro do Desporto. Ao animado convívio, onde a Corrida de 8 de Dezembro foi tema de muitas conversas, compareceram nomes ligados à esfera desportiva, entre atletas, técnicos, especialistas, dirigentes, jornalistas e professores.

Nacional

Corrupção no MAP

Cooperativas reclamam acção dos órgãos de soberania

O secretariado das UCPs/Cooperativas de Évora reclama «a intervenção dos órgãos de soberania que têm por missão velar pelo funcionamento e prestígio das instituições e do regime democrático». Esta posição foi tornada pública no domingo, e baseia-se na confirmação das suspeitas de corrupção no Ministério da Agricultura e no facto de altos funcionários implicados continuarem a tratar de processos de reservas.

Um comunicado daquele organismo recorda alguns novos factos vindos a lume na imprensa do fim-de-semana confirmando as suspeitas de corrupção do Ministério de Álvaro Barreto, nomeadamente em relação às acções desencadeadas contra a Reforma Agrária.

É o caso do processo entregue pelo secretariado das UCPs/Cooperativas do distrito de Évora na Alta Autoridade Contra a Corrupção, em Dezembro de 1985, «recheado de documentos que comprovam a larga corrupção que tem rodeado a actuação do Ministério da Agricultura e do ministro».

«Altos funcionários do MAP, assessores de Álvaro Barreto que despachavam di-

rectamente com o ministro, como o dr. Simão da Cruz, e juristas responsáveis pelos processos de reservas, como o dr. Barbosa Carreira», — afirma ainda os secretariado — «vêm confirmadas as acusações de corrupções, favores e fraudes, seja com o objectivo de entregar reservas a agrários, sendo simultaneamente seus advogados particulares, seja para ficarem, eles próprios, com heranças que retiraram aos trabalhadores e às UCPs/Cooperativas».

Mas, se «aparentemente» estes e outros funcionários foram suspensos, «a verdade é que continuam a circular livremente nos corredores do MAP e a tratar de processos de reservas» — denuncia-se no comunicado,

exemplificando com os nomes de Barbosa Correia e Manuel Oliveira Portas (ex-coordenador do gabinete jurídico da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo).

Um rol de ilegalidades

Além do mais, as confirmações agora vindas a público — recorda o organismo dirigente da Reforma Agrária no distrito de Évora — seguem-se aos processos que, em sede da Procuradoria Geral da República e do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa correm contra a própria pessoa do ministro Álvaro Barreto e à denúncia de novos actos de corrupção na 12.ª Conferência da Reforma Agrária.

Centenas de actos irregulares e ilegais do MAP em matéria de Reforma Agrária são confirmados por mais de 570 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, por investigação da Alta Autoridade Contra a Corrupção e da Polícia Judiciária, pelos processos abertos pelo Ministério Público e a correr no Tribunal de Instrução Criminal, pelas conclusões parcelares da comissão de inquérito da Assembleia da República — recorda o secretariado.

As UCPs/Cooperativas apontam «este já vasto rol de processos» com uma confirmação da «prepotência, o abuso de poder, o atropelo das leis e a desconsideração e o afrontamento com os tribunais que o ministro Álvaro Barreto prossegue impune», considerando que tal procedimento do MAP torna «ilegítima e nula toda a política dirigida contra a Reforma Agrária».

A concluir, o secretariado das UCPs/Cooperativas de Évora reclama «que seja posto termo, com urgência, a este comportamento de forada-lei do Governo e do MAP, com a intervenção dos órgãos de soberania que têm por missão velar pelo funcionamento e prestígio das instituições e do regime democrático-constitucional», reafirmando que os trabalhadores e as suas organizações «não se demitirão da sua luta, do protesto e da denúncia, em todas as instâncias, desta política e deste comportamento inaceitável».

Assembleia da República

Novo ano parlamentar inicia-se com fortes críticas ao Governo e ao PSD

Foram sobretudo as declarações políticas pronunciadas pelos vários líderes parlamentares que verdadeiramente marcaram a sessão plenária de terça-feira o início do novo ano parlamentar.

No seu conjunto, foram intervenções que para lá das palavras formais que sempre assinalam estas ocasiões permitiram descortinar algumas das linhas de força que dominarão o debate político no futuro próximo, horizonte de onde releva, como pano de fundo, a discussão do Orçamento do Estado e as eleições autárquicas de Dezembro.

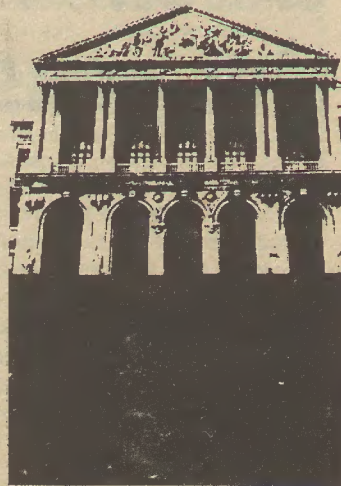
Estas, cuja importância é por todos reconhecida, acabariam mesmo por polarizar grande parte das atenções, sobretudo a partir da intervenção do líder da bancada do PSD, onde o tom descalabeladamente anticomunista por si utilizado e a insistência na reprodução de algumas inverdades a propósito da Coligação «Por Lisboa» viariam a suscitar vivos protestos e reparos por parte das bancadas do PCP e do PS.

Mas as intervenções políticas proferidas neste primeiro dia de trabalhos do novo ano parlamentar foram ainda a oportunidade para que cada grupo parlamentar, expressando naturalmente diferentes pontos de vista, adiantasse algumas considerações quanto ao momento político e expusesse algumas das direcções que nortearão a sua actividade.

dos aspectos mais nefastos da actuação do Governo e da maioria que o apoia na Assembleia da República.

Uma actuação que, no entendimento do PCP, tem no entanto vindo a conhecer crescentes dificuldades, dificuldades essas que o Governo e maioria PSD tentam ultrapassar lançando mão daquilo que Carlos Brito apelidou de «duas frenéticas campanhas», qual delas, disse, «a mais inadequada, ridícula, irresponsável e indecorosa para quem tem as responsabilidades da governação».

A primeira, sublinhou o dirigente do PCP, é a campanha propagandística da obra do Governo, caracterizada fundamentalmente pela demagogia e pela sua distanciação da realidade. A este propósito, alertou, não faltarão nos debates que se avizinhavam os «pregões da propaganda governamental» procurando convencer o País de que vivemos em situação de «pleno emprego», que os «rendimentos reais dos trabalhadores não desceram tanto como se diz ou que o rotundo falhanço de Cavaco Silva e Miguel Cadilhe no controlo da inflação é



negativo, mas não tanto como dizem as oposições».

«O que a propaganda governamental não é capaz de explicar — observou ainda a este respeito Carlos Brito — é a degradação crescente das condições de vida da população laboriosa, a agudização da instabilidade e conflitualidade social, as poderosas movimentações laborais que no último período envolveram com particular destaque os trabalhadores dos transportes, função pública e professores».

O recurso à calúnia

Detendo-se depois na segunda campanha que em sua opinião tem vindo a ser conduzida pelo Governo e pelo PSD, o líder da bancada (o discurso proferido momentos antes por Montalvão Machado constituiu disso mesmo o mais eloquente exemplo), campanha essa onde têm prevalecido a calúnia e o recurso ao mais primário anti-comunismo.

Fundamentando a sua afirmação, Carlos Brito lembrou a propósito as mentiras sobre alegados acordos secretos entre socialistas e comunistas ou as leituras e interpretações deliberadamente falsas de textos públicos que manifestamente não as consentem.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, as circunstâncias em que se inicia a nova sessão legislativa revelam simultaneamente «uma maioria governamental ainda mais surda e muda para o diálogo e o debate parlamentar, e ainda mais inclinada a usar a sua força numérica conjuntural para cilindrar os projectos e propostas da oposição, ignorar os interesses do País e o prestígio da Assembleia».

Seria ainda em torno destas linhas de actuação que o dirigente comunista desenvolveria grande parte do seu discurso trazendo à colação numerosos exemplos e chamando a atenção, nomeadamente, para o que considerou a «perversão do Instituto dos inquéritos parlamentares», «a obstrução das iniciativas parlamentares que não provenham do Governo» e a «paralisação ou entorpecimento das comissões parlamentares».

Uma actuação, em síntese, segundo Carlos Brito, pautada por quatro mandamentos: «Plenário amordaçado; iniciativa obstruída; comissão paralisada; deputado manietado».

Pregões da propaganda

Foi o caso do líder parlamentar do PCP, Carlos Brito, cujo discurso foi ainda oportunamente enriquecido por uma exaustiva caracterização



«O Corvo», semanário da coligação «Por Lisboa» de que é director Artur Portela, foi apresentado à comunicação social na passada sexta-feira, na sede da candidatura PS-PCP-MDP-PEV. O primeiro número de «O Corvo» incluiu um artigo sobre as propostas da coligação para o problema do trânsito na capital, crónicas de Natália Correia, Diana Andringa, António Vitorino de Almeida e Nuno Brederode Santos, e uma entrevista com Herman José. Na apresentação do jornal estiveram presentes o director de «O Corvo», o cabeça de lista, o mandatário e elementos da comissão executiva da coligação

Debate sobre agricultura

A Fenca (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção) e a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura do Sul propuseram à RTP, em carta dirigida ao respectivo director de programas, a realização de um debate sobre a agricultura portuguesa, com a participação do Governo e de estruturas representativas da lavoura.

Esta oportuna iniciativa decorre das conclusões da 12.ª Conferência da Reforma Agrária, realizada a 30 de Outubro e 1 de Setembro em Évora, e na qual foi aprovada uma proposta para o desenvolvimento da agricultura no sul do Ribatejo e no Alentejo — lembra o gabinete de imprensa da Fenca.

Interjovem e IJOVIP

O ministro-adjunto e da Juventude convocou para ontem, dia 18, uma reunião plenária do Conselho Consultivo da Juventude para analisar, entre outras questões, a revisão do regulamento do IJOVIP (programa do incentivo à inserção de jovens na vida profissional).

A Interjovem, organização autónoma da CGTP-IN, chamou a atenção da opinião pública, em comunicado emitido na véspera da reunião, para o facto de Couto dos Santos não ter dado a conhecer qualquer projecto de revisão daquele regulamento.

«Não obstante este facto, a Interjovem decidiu participar na reunião e nela reiterar as propostas que o seu Conselho Nacional aprovou em Março último e que foram entregues ao ministro da Ju-

ventude» — informa um comunicado da organização de jovens da Intersindical Nacional.

O documento relembra as linhas fundamentais das propostas, que «vão no sentido de serem aplicados a todos os jovens envolvidos no programa IJOVIP os direitos previstos na lei, designadamente o direito de o formando recusar prestar trabalho subordinado que não esteja no âmbito do projecto aprovado, o Regime Geral de Segurança Social e o Estatuto do Trabalhador-Estudiante».

Na reunião do CCJ a Interjovem iria ainda reclamar que os contratos celebrados com os jovens que acabam os estágios sejam de duração indeterminada e que se aplique o regime de subsídio de desemprego àqueles que, findo o estágio, não sejam admitidos nas empresas.

29 DE OUTUBRO, AMADORA

Juventude CDU encontra-se

A juventude da CDU tem o seu encontro nacional marcado para o próximo dia 29, domingo, no pavilhão da Aca-démica da Amadora. Promovida pela JCP, a iniciativa decorrerá em plenário e em secções, debatendo programas, campanha e comissões

juvenis de apoio à CDU.

No plenário de encerramento participará o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. Nessa sessão será apresentado um documento final do encontro, sob a forma de proclamação à juventude.

No encontro nacional da juventude CDU vão estar candidatos jovens e apoiantes da coligação PCP-PEV de todo o País, para quem o grupo Peacemakers dará um concerto.

Assembleia da República**A discutir na próxima semana**

Diploma do PCP defende aumentos das pensões e reformas

O plenário da Assembleia da República apreciará já na próxima semana um projecto-de-lei da iniciativa da bancada comunista que garante aos reformados e pensionistas o aumento significativo das suas reformas e pensões. Nele se prevê, nomeadamente, a actualização dos valores mínimos, a definição de uma nova e mais justa forma de cálculo e um aumento intercalar com efeitos desde Julho último.

Com a elaboração da presente iniciativa legislativa, dois objectivos centrais estão na mira dos parlamentares comunistas: dignificar as reformas e pensões, por um lado; repor minimamente o valor das pensões face ao aumento da inflação verificada, por outro.

Nesse sentido, de acordo com o seu articulado, o diploma estabelece em primeiro lugar para o próximo ano um aumento significativo para a generalidade das pensões e reformas, e um valor mínimo não inferior a 55 por cento do salário mínimo nacional.

Para ajuizar do alcance das medidas previstas no diploma basta lembrar que cerca de 68 por cento dos pensionistas recebe uma pensão de valor igual à mínima do regime geral (14 600\$00), mais de 500 mil reformados do sector agrícola vive com uma reforma de 10 700\$00, en-

quanto cerca de 300 mil pensionistas recebe apenas 9700\$00 mensais.

Ora é justamente este quadro em que vivem cerca de dois milhões de portugueses — com reformas perfeitamente incompatíveis com as necessidades mínimas de subsistência — que o presente diploma do Grupo Parlamentar do PCP pretende alterar, prevendo desde logo a já referida equiparação num valor não inferior a 55 por cento do salário mínimo nacional da reforma mínima da Segurança Social nos seus diversos regimes, conforme é aliás recomendado pela OIT.

O ajustamento das reformas acima da mínima de forma a que a diferença entre o seu montante e o novo valor se mantenha, a par da actualização e reformulação da base de cálculo visando melhorar o seu montante (o cálculo do salário médio a ser realizado

passa a ser em função dos três melhores dos últimos dez anos e a fazer-se de acordo com a inflação), constituem duas outras soluções preconizadas no diploma do PCP.

A atribuição de um montante de pensão de invalidez correspondente a 85 por cento do salário-base, como salvaguarda de situações de incapacidade total para o trabalho, em consequência de doença grave, surge como outra das medidas avançadas no presente projecto-de-lei, o qual determina, simultaneamente, a indexação das pensões e reformas ao salário mínimo nacional.

No seu capítulo segundo, o diploma fixa ainda a obrigação de um aumento intercalar das reformas e pensões no valor de 3500\$00 com efeitos retroactivos devidos ao aumento da inflação.

Esta medida, de acordo com a nota preambular do diploma, decorre da consideração de que aos erros de cálculo do Governo quanto às metas de inflação não devem ser as camadas sociais de menores recursos, como pensionistas e reformados, a suportar as consequências do malogro das perspectivas governamentais.



Repor o valor das pensões face ao aumento da inflação verificada constitui um dos objectivos do projecto de lei do PCP agendado para de hoje a uma semana

Bancada comunista elege nova direcção

Reunido terça-feira última, o Grupo Parlamentar do PCP indicou os seus candidatos à Mesa da Assembleia da República, elegeu a sua nova direcção, nomeou os seus representantes nas Comissões Parlamentares especializadas e respectivas presidências e ainda os deputados que irão representar o Grupo nalguns organismos internacionais dos quais faz parte a Assembleia da República.

Para a Mesa da Assembleia, cujo processo eleitoral decorreu na sessão de ontem, foram propostos José Manuel Maia (Vice-Presidente), Apolónia Teixeira (Secretária) e Júlio Antunes (Vice-Secretário).

Quanto ao novo Secretariado do Grupo Parlamentar ele continua a ser presidido

pelo camarada Carlos Brito, cabendo as vice-presidências aos camaradas Jerónimo de Sousa, João Amaral e Octávio Teixeira. Integram ainda a direcção da bancada comunista os camaradas António Filipe, António Mota, José Magalhães e Lino de Carvalho.

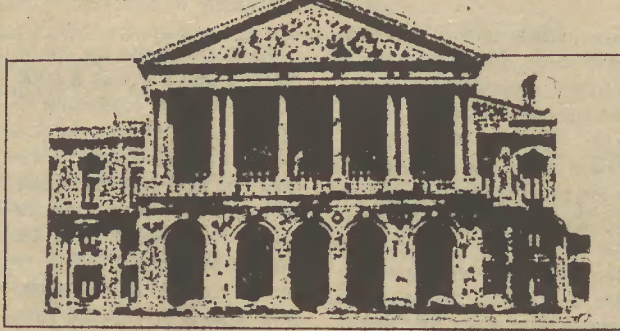
De acordo com as decisões tomadas na reunião foi também designado o deputado Rogério de Brito para Presidente da Comissão de Agricultura, Pescas e Alimentação e para representante do Grupo Parlamentar na Assembleia Parlamentar da UEO. O deputado João Amaral, por sua vez, foi designado para a União Inter Parlamentar.

Caso Cadilhe

PSD iliba ministro mas não convence

• Partidos da oposição votam contra o relatório

Os partidos da oposição refutaram as conclusões do relatório da Comissão de Inquérito ao caso que envolve a aquisição pelo ministro das Finanças de apartamentos no Lumiar e nas Amoreiras, conclusões aprovadas apenas pelos deputados do PSD e que ilibam Miguel Cadilhe de todas as acusações contra si formuladas.



Para os representantes dos partidos da oposição que integraram a Comissão, cujos trabalhos ficaram concluídos na passada semana, subsistem, no entanto, no fundamental, todas as dúvidas quanto às irregularidades que rodearam os negócios do ministro.

Octávio Teixeira e Odete Santos, deputados comunistas que durante cerca de três meses participaram nos trabalhos da referida Comissão, classificam mesmo o referido relatório como uma «deturpação consciente, voluntária e pedestre da matéria de facto e de direito provada na Comissão».

Omissões e falsidades

Sustentando esta sua posição num documento que configura um autêntico contra-relatório, os deputados do PCP afirmam que o relatório «omite matéria de facto (e de direito) decisiva para a cabal e séria apreciação da forma e dos métodos utilizados para que a Administração Fiscal fosse iludida e o Ministro das Finanças tivesse acesso a benefícios materiais excepcionais e ilegais».

Mas mais ainda do que as «omissões deturpadoras», acentuam aqueles parlamentares comunistas, o relatório do PSD «integra falsidades gritantes, cala falsas declarações prestadas pelo ministro à Comissão, e pretende estabelecer doutrina fiscal para ilibar o ministro, para o eximir da obrigação de pagar impostos que o cidadão comum, em igualdade de circunstâncias factuais, é obrigado a cumprir».

Outra coisa não seria aliás de esperar dos deputados da maioria governamental presente na Comissão de Inquérito se se atender a que a sua actuação foi desde o início pautada pela tentativa de a todo o custo ilibar Miguel Cadilhe.

Fortemente verberada pelos deputados comunistas, tal conduta, sublinham, constitui certamente «um bom serviço político ao ministro das

Finanças e ao Governo», mas não deixa de ser, simultaneamente, «um péssimo serviço às instituições democráticas» e um contributo voluntário para «denegrir a credibilidade e seriedade da Assembleia da República».

Com efeito, inversamente ao que deve ser o estrito dever de uma Comissão de Inquérito — promover a prova de facto e de direito para dela retirar as respectivas conclusões — os deputados do PSD, como assinalam Octávio Teixeira e Odete Santos, «estabeleceram aprioristicamente as conclusões que pretendiam tirar, daí partindo para a elaboração de um relatório que despuadoradamente lhes pudesse dar, ainda que de forma canhestra, alguma réstea de aparente suporte».

A própria metodologia seguida nos trabalhos da Comissão fora já anteriormente, objecto de forte oposição por parte dos deputados do PCP, (no que foram acompanhados pela totalidade dos restantes parlamentares dos partidos da oposição) porquanto a Comissão nunca chegou a realizar a discussão dos factos provados antes da elaboração do projecto-relatório. Ou seja, a Comissão ouviu pessoas e recolheu documentos que serviram directamente de base ao relatório elaborado pelo relator do PSD sem que os elementos que integravam a Comissão os discutissem prévia e conjuntamente entre si.

As culpas de Cadilhe

Fundamentando detalhadamente todas as suas afirmações ao longo de 27 páginas de texto, os deputados do PCP que integraram a Comissão concluem por fim, como aspectos mais relevantes a reter dos trabalhos da Comissão, que os parlamentares do PSD — os únicos, repita-se, a aprovarem o relatório final — escamotearam as passagens das audições e documentos que permitem concluir pela ilegalidade da concessão da isenção de sisa ao ministro, desprezaram igualmente muitos factos

que provam objectivamente que Miguel Cadilhe teve preços de favor e não atenderam aos factos que indiciam que efectivamente não houve nenhum contrato de permuta no caso das Amoreiras, isto é, que o ministro e os que com ele celebraram o negócio, «organizaram, executaram e procuraram dissimular a verdadeira natureza do negócio jurídico» que o tornou detentor de um andar naquele complexo.

Na opinião de Octávio Teixeira e de Odete Santos por outro lado, o Ministro utilizou «abusivamente o pessoal e viaturas da Guarda Fiscal, em condições que integram os elementos típicos do crime de peculato de uso», sustentando ainda os deputados do PCP que o ministro, tendo residência permanente em Lisboa (em casa própria) «beneficiou ilegalmente de subsídio de apoio para membros do Governo carecidos de alojamento na capital».

Beleza perde documentos

Entretanto, os trabalhos da Comissão de Inquérito parlamentar que investiga as ilegalidades e irregularidades cometidas pela equipa do Ministério da Saúde conheceram um novo desenvolvimento no final da semana finda com a afirmação produzida pela ministra da Saúde de que alguns papéis relativos ao processo de instalação do Hospital de S. Francisco Xavier haviam desaparecido do seu Ministério.

Ouvida no decorrer de uma audição solicitada pela Comissão de Inquérito, Leonor Beleza prestou esta declaração quando foi instada por um deputado a pronunciar-se sobre a existência ou não de um contrato entre o seu Ministério e a empresa, então administrada por Costa Freire, que assessorou o processo de instalação do Hospital S. Francisco Xavier.

«É evidente que há contrato e que houve um entendimento entre as duas partes — começou por dizer inicialmente a ministra — mas com certeza não está à espera que seja eu a saber se há ou não papel que o comprove».

Mais adiante, porém, a titular da Saúde acrescentou não saber responder hoje com segurança se há ou não um documento comprovativo do contrato, uma vez que, explicou, «Infelizmente, há documentação deste processo que desapareceu».

Depois de afirmar explicitamente que «há pessoas que tiraram papéis» do Ministério da Saúde, Leonor Beleza admitiu a possibilidade de vir a ser aberta uma investigação ao caso.

Parlamento Europeu

Deputados do PCP no PE prestam contas e criticam o Governo

É imperioso que o Governo informe com rigor os parceiros sociais e a opinião pública portuguesa dos caminhos e directivas e suas consequências, quer em relação ao Mercado Interno, quer em relação à União Económica e Monetária — afirmou Carlos Carvalhas, deputado do PCP no Parlamento Europeu, em conferência de Imprensa realizada sexta-feira em Lisboa.

No encontro com a comunicação social, onde mais uma vez a RTP primou pela ausência, Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura, prestaram contas do trabalho que têm desenvolvido no Parlamento Europeu, nestes primeiros três meses de mandato, e apresentaram a posição do PCP sobre a Carta Social Europeia e o Orçamento das Comunidades para 1990.

Carlos Carvalhas criticou o Governo, acusando-o de perder oportunidades e desbaratar recursos. Os exemplos, infelizmente, não faltam: «a não utilização das verbas do PEDIP», «o conformismo face à proibição da pesca do bacalhau aos armadores portugueses», «a passividade perante o atraso na aprovação do quadro comunitário de apoio ao Plano de Desenvolvimento Regional», «a substituição dos perigos em relação à peste equina, que tem como consequência o atraso dos apoios comunitários», entre muitos outros, testemunham «posições políticas que urge serem inflectidas».

Para Carlos Carvalhas, o «Governo tem comportamentos de verdadeiro alheamento e distanciamento em relação aos interesses dos trabalhadores e da sociedade em geral», sendo responsável «pelo atraso na necessária preparação do País para 1992», o que passa necessariamente por uma informação rigorosa das directivas e suas consequências tanto no respeitante ao Mercado Interno como à União Económica e Monetária.

Para o deputado comunista torna-se igualmente indispensável que o Governo assumira as suas responsabilidades junto das Comunidades, designadamente exigindo «que a dimensão social do crescimento económico e as medidas e apoios para o desenvolvimento dos países e regiões de economias mais débeis, como é o caso de Portugal, sejam considerados como condição prévia ao Mercado Único».

Comunistas contestam dimensão social subalternizada

O parlamentar comunista considera ainda fundamental que «com firmeza e dignida-

forço acrescido de meios e recursos», de modo a favorecer o desenvolvimento e a modernização das regiões mais débeis e vulneráveis da Comunidade.

Questões que, naturalmente, não podem ser desligadas do debate sobre a Carta Social Europeia, «parte integrante mas não única — como disse a propósito Barros Moura — do impulso político que se afigura indispensável a nível comunitário para garantir o que se tem designado por espaço social europeu».

Nas palavras daquele deputado, há que «impedir que o mercado interno de 1993 seja construído na base da desregulamentação social e à custa das conquistas sociais dos trabalhadores de cada país».

Para os comunistas, sa-

Orçamento comunitário

Fundamental para a concretização das políticas aprovadas é, evidentemente, o orçamento comunitário, bem como o debate que sobre ele anualmente se realiza.

Recordando que o Parlamento Europeu continua a ter a última palavra sobre as «despesas não obrigatórias», entre as quais se incluem os fundos estruturais de particular importância para Portugal, o deputado Joaquim Miranda salientou que tais despesas atingem 35 por cento do orçamento total, ou seja, cerca de três mil milhões de contos. Montante que justifica o importante número e o sentido das propostas de alteração ao projecto de orçamento



Carlos Carvalhas, Joaquim Miranda e Barros Moura prestam contas da sua actividade no Parlamento Europeu

de nacional» se defenda que «as medidas e o reforço dos meios tendentes a concretizar o princípio da coesão económica e social» não sejam encarados «como uma mera compensação ou moeda de troca desvalorizada às regiões menos desenvolvidas, pela realização do mercado interno».

Exige, por outro lado que «seja prosseguida a reforma dos fundos estruturais e que se estabeleça novo sistema de financiamento ou co-financiamento de modo a diminuir a pressão sobre o Orçamento do Estado Português e sobre a sua elevadíssima dívida pública».

Ainda neste contexto, Carlos Carvalhas defendeu a concretização de novas fórmulas que permitam um «re-

lientou, a Carta Social representa «um mínimo para assegurar uma autêntica dimensão social do crescimento económico; um mínimo para caminhar no sentido de dar aos aspectos sociais e políticos democráticos da integração a mesma importância e dignidade que aos objectivos puramente económicos; um mínimo para impedir o liberalismo selvagem».

Mas um mínimo que, nas presentes circunstâncias, importa defender e, sobretudo, dar carácter vinculativo, de forma a permitir aos trabalhadores fazer valer os seus direitos «através dos tribunais da própria CEE, em paralelo com os meios já ao dispor das empresas e dos Estados para tornar efectivas as normas dos Tratados tendentes à liberalização económica».

Barros Moura chamou a atenção, por outro lado, para a necessidade da Carta Social não se reduzir «à reprodução do menor denominador comum» das legislações nacionais referentes a direitos dos cidadãos, ou tão pouco limitar-se «à aceitação e reprodução acrítica de uma realidade económica e social marcada, a nível nacional e comunitário, pelo desemprego em massa, pela desregulamentação e pelas receitas neoliberais», devendo antes «constituir o impulso político para a superação no progresso social e no reforço dos aspectos democráticos da integração comunitária».

apresentadas pelos comunistas portugueses.

Segundo Joaquim Miranda, as referidas propostas «estão orientadas para as questões sociais, para a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, para as questões regionais, para diversos sectores de actividades», que em geral reflectem a preocupação de «salvaguardar os interesses» nacionais.

Do conjunto de propostas apresentadas pelos deputados do PCP — algumas das quais subscritas por deputados do grupo Coligação de Esquerda ou mesmo em nome deste — Joaquim Miranda destacou as que se referem a programas específicos de desenvolvimento para os Açores e a Madeira; a cooperação transfronteiriças; à luta contra a precarização e da redução do tempo de trabalho; a favor dos emigrantes, incluindo os emigrantes europeus com resistência fora da comunidade; infra-estruturas de transportes, etc., etc.

Como fez notar na conferência de Imprensa, um número significativo daquelas propostas mereceram já aprovação nas comissões parlamentares com competência para as matérias respectivas, o que, regra geral, «constitui uma garantia de aprovação pela Comissão dos Orçamentos e pelo plenário do Parlamento Europeu».

Programas ERASMUS

Os Programas ERASMUS, que visam promover a cooperação entre as universidades dos Estados-membros, pautam-se por critérios que nem sempre têm facilitado a mobilidade de estudantes dos países periféricos, como é o caso de Portugal.

Quem o afirma são os deputados comunistas Carlos Carvalhas e Joaquim Miranda, que em pergunta escrita à Comissão das Comunidades alertam para o problema e interrogam se aquele organismo pensa, na preparação do ERASMUS II «introduzir critérios que visem tornar as dificuldades dos países periféricos, como o da «distanciação geográfica» e o das diferenças de custo de vida entre os Estados-membros, ou ainda as que decorrem da falta ou insuficiência de instalações para acolhimento de estudantes por parte de algumas universidades».

Peste equina

O surto de peste equina que se regista em Portugal está a provocar consideráveis prejuízos tanto para os criadores de cavalos como para outras actividades ligadas ao sector.

Preocupado com esta situação, o deputado Joaquim Miranda interrogou a Comissão sobre quais as medidas previstas de apoio urgente a Portugal neste domínio, questionando ainda sobre os motivos «do manifesto atraso verificado na sua adopção».

Prestações a trabalhadores

A questão do pagamento das prestações familiares dos trabalhadores migrantes continua à espera de uma decisão do Conselho das Comunidades.

O facto levou o deputado comunista Barros Moura a interrogar o Conselho «sobre o estado actual do processo de decisão tendente a pôr termo às práticas discriminatórias seguidas por um Estado-membro, através de uma solução uniforme com base no princípio do país de emprego».

Na sua exposição, Barros Moura recorda que tal solução foi proposta pela Comissão com o parecer favorável do Parlamento Europeu, na sequência do «caso Pinna» e de outra jurisprudência do Tribunal de Justiça. Recorda-se que o italiano Pinna foi quem primeiro levou a tribunal a questão do pagamento das referidas prestações — em Itália, primeiro, a nível comunitário, depois — tendo conseguido uma decisão favorável às suas pretensões. O «caso Pinna», como ficou conhecido, abriu não só um precedente nesta matéria como forneceu a fundamentação à sua defesa.

Como a legislação sobre a matéria difere de país para país (em Portugal, por exemplo, tais prestações não são pagas), consideram os comunistas a necessidade de se encontrar uma solução uniforme favorável à defesa dos interesses dos trabalhadores migrantes. Na sua questão, Barros Moura pede ainda esclarecimentos ao Conselho sobre «os motivos de tão inaceitável atraso» numa decisão que é da sua responsabilidade.

Defesa do ambiente no Algarve

O mesmo deputado Barros Moura levou à Comissão a controvérsia sobre o impacto ambiental da Via do Infante, no Algarve.

Recordando as queixas apresentadas pela Comissão de Agricultores do Sotavento Algarvio (CASA), o deputado comunista pergunta que medidas adoptou a Comissão ou pensa adoptar «para garantir o cumprimento das normas comunitárias» relativamente ao traçado daquela via, a construir com fundos da CEE.

Barros Moura faz notar, a propósito, que o traçado foi «definido sem prévio estudo do impacto ambiental e que a consumir-se, segundo o projecto aprovado pelo Governo português, representaria uma grave agressão ao ambiente e à agricultura da região».

Lisboa candidata a capital da cultura

Os euro-deputados portugueses Coimbra Martins, Carlos Carvalhas, Maria Santos, João Cravinho, Pedro Canavarro, José Barros Moura, Cunha Oliveira, Maria Belo e Joaquim Miranda subscreveram uma proposta de resolução defendendo que «Lisboa tenha o mais cedo possível o seu ano de capital cultural da Europa».

A proposta conjunta dos representantes dos partidos portugueses no PE refere «o papel primordial de Lisboa na história e cultura de um dos mais antigos Estados da Europa e no vasto mundo da língua portuguesa», e salienta «a importância cultural de Lisboa enquanto ponta e porta da Europa, e plataforma de comunicação com os outros continentes e civilizações».

Os deputados avançam as datas de 1994 ou 1996 para Lisboa ser escolhida para capital cultural da Europa.

Coligação de Esquerda reúne em Atenas

O Grupo Coligação de Esquerda, em que se inserem os deputados comunistas eleitos para o Parlamento Europeu, está reunido desde ontem e até amanhã em Atenas, na Grécia.

Da agenda de trabalho consta o debate de questões relacionadas com a Carta Social Europeia/Espaço Social da Comunidade; o Direito de Estadia e Residência; os Trabalhadores Migrantes; o Racismo e a Xenofobia.

Na reunião participam os 3 deputados comunistas portugueses do Parlamento Europeu.

Parlamento Europeu

Se o Governo tomar a iniciativa

Têxteis portugueses podem receber ajuda da Comunidade Europeia

A Comissão das Comunidades considera que, de momento, «nada leva a pensar que, na sequência do Acordo Multifibras actualmente em vigor, a adaptação da indústria portuguesa de têxteis e vestuário, face à concorrência dos países terceiros, crie mais dificuldades do que nos últimos anos», embora reconheça que só uma «avaliação precisa da situação» poderá «definir a dimensão e as modalidades desejáveis do esforço de modernização e de reestruturação a levar a cabo».

A opinião consta da resposta a uma pergunta do deputado Carlos Carvalhas sobre as medidas de apoio previstas para a reestruturação do sector, tendo em conta que o mesmo representa cerca de 30 por cento do emprego na indústria transformadora e cerca de 30 por cento das exportações do País.

Na sua exposição, o deputado comunista referia a preocupação de que as negociações do GATT e a superação do acordo Multifibras (com a consequente liberalização a países terceiros), trouxesse dificuldades acrescidas à indústria têxtil portuguesa, pelo que se imporia a tomada de medidas de apoio, designadamente a abertura de linhas de crédito para a reestruturação.

A Comissão, não parecendo embora partilhar das preocupações do deputado comunista, não deixa de reconhecer que «na ausência de uma avaliação precisa da situação da indústria portuguesa de têxteis e vestuário que evi-

dencie os seus pontos fortes e fraços relativamente aos seus concorrentes nos mercados a que tem acesso, é difícil definir a dimensão e as modalidades desejáveis do esforço de modernização e de reestruturação a levar a cabo».

Para a Comissão, essa avaliação, «que pressupõe um inquérito pormenorizado que abranja o conjunto das empresas, poderia estar na base de uma eventual proposta de afectação de novos recursos comunitários com vista à reestruturação específica do sector dos têxteis e do vestuário».

Salientando que um tal estudo representaria um trabalho considerável e exigiria um orçamento relativamente importante da maior utilidade para a melhor utilização dos recursos públicos, a Comissão remete para o Governo Português a tomada da iniciativa.

Se as autoridades portuguesas decidirem tomar esta iniciativa — diz a res-

posta a Carlos Carvalhas — a Comunidade poderia encarregar-se do seu financiamento no âmbito de uma das acções financiadas pela Comunidade. A Comissão poderia igualmente, sublinha-se, prestar a sua colaboração à definição do objecto e dos métodos de estudo, bem como ao seu controlo.

Recorda-se, a propósito que «em 18 de Janeiro de 1988 a Comissão aprovou a concessão de uma participação financeira do FEDER à realização de um Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva num montante de 40 940 milhões de escudos. O principal instrumento deste Programa, que abrange o período de 1988-1991, é o sistema SIBR — Sistema de Incentivo de Base Regional, que tem por objectivo apoiar a modernização e a reestruturação das Pequenas e Médias Empresas industriais através da concessão de auxílios financeiros».

A resposta da Comissão não deixa de fazer notar que «embora nenhum sector industrial particular deva ser privilegiado em relação a outros, as PME's do sector têxtil beneficiaram particularmente deste regime de ajudas».

E pelos vistos poderão beneficiar mais, assim o Governo saiba e queira tomar a iniciativa na defesa dos interesses nacionais.

Portugueses querem Agência Europeia do Ambiente em Lisboa

Representantes de todos os partidos políticos portugueses no Parlamento Europeu subscreveram uma proposta de resolução defendendo a localização em Lisboa da Agência Europeia do Ambiente.

A proposta recorda que desde a sua origem a «construção da Comunidade tem repousado no policentrismo das suas instituições», o que é considerado «um factor importante de promoção do desenvolvimento regional e social».

Por outro lado, os eurodeputados portugueses consideram que «a concentração institucional tende a dificultar a superação dos desníveis de desenvolvimento regionais e a acentuar as malhas burocráticas», pelo que defendem a descentralização institucional «como princípio importante no quadro de uma política de coesão económica e social».

Referindo que a própria evolução da Comunidade



tende a criar novas instituições e agências, os subcritores da proposta exprimem a sua convicção de que «a flexibilidade e a descentralização devem ser elementos chave do funcionamento da Agência Europeia do Ambiente», cujos trabalhos, como fazem notar, «deverão estar abertos à participação de países terceiros, nomeadamente extra-europeus».

Neste contexto preconizam — em observância do poli-

centrismo — que a instalação de futuras sedes de serviços e órgãos institucionais tenha em conta os países com economias débeis, como é o caso de Portugal.

Assim, propõem que «para a localização da Agência Europeia do Ambiente e/ou de áreas de actuação da mesma sejam consideradas cidades abertas, de fácil encontro internacional, de países periféricos, como é o caso de Lisboa».

Internacional



Contra as ameaças do Batman Calvet (o representante do patrão da Peugeot), alarga-se a luta por melhores salários e condições de trabalho

FRANÇA

Amplia-se movimento reivindicativo

Um importante movimento grevístico cresce em sectores importantes da vida socioeconómica em França. Aos operários da Peugeot, que prosseguem a sua luta, juntam-se os trabalhadores das finanças, os guardas prisionais, e, de formas diferenciadas, o pessoal de enfermagem dos hospitais. São lutas que reflectem fundas exigências — tanto no que respeita a aumentos salariais, prementes num quadro de degradação das condições de vida; como no que se refere às condições de trabalho e à dignificação do próprio trabalho humano, que o capital se esforça sistematicamente por desvalorizar.

A amplitude do movimento grevístico, está a ter já significativos reflexos na economia francesa. A greve na Peugeot significa um carro a menos em cada minuto que passa. A greve dos 180 mil trabalhadores das Finanças, há vários meses num processo de luta e que agora recorrem à greve, acarretou entretanto perdas de uns 40 milhões de francos em impostos e receitas fiscais congeladas. Os fabricantes de jóias (o Estado deixou de marcar as peças de ouro, garante da sua qualidade), a construção civil, as empresas de importação e exportação — estão a ser particularmente atingidos.

O carácter urgente, e profundamente sentido, das reivindicações avançadas, traduz-se também numa ampla unidade sindical.

Isso é bem patente nas lutas da Peugeot, em que convergem as várias centrais sindicais, mesmo as que a seu tempo assinaram com Calvet acordos que a vida bem demonstrou serem altamente lesivos dos interesses dos trabalhadores.

A mesma realidade se regista no que aos trabalhadores das Finanças se refere. A unidade sindical contra as posições ministeriais é mesmo apontada como uma característica principal do conflito. Nas palavras de um dirigente do Sindicato nacional dos agentes da Direcção geral de impostos CGT, trata-se de uma unidade que «tira a sua força do carácter democrático do movimento». Concretamente «o debate foi aberto por todo o lado com o pessoal. Os cadernos reivindicativos foram preenchidos serviço por serviço. São portanto os desejos e aspirações profundas dos funcionários que constituíram o cimento da união».

Trata-se, em síntese, de movimentos em que vão de par unidade e profunda participação dos trabalhadores,

em todos os níveis e fases. E é essa a sua força.

Governo e capital respostas similares

«Entre o método de Calvet e o de Rocard, há uma convergência real. O governo não quer negociar seriamente com os assalariados da Função Pública e satisfazer as suas reivindicações. E Calvet, que representa o patronato, também não quer negociar. Eles apoiam-se mutuamente para recusar qualquer discussão que permita levar a soluções positivas que correspondam às reivindicações».

Isto foi dito por Georges Marchais, secretário-geral do PCF, em declarações à Antena 2 francesa.

Isso mesmo é confirmado na prática quotidiana.

Calvet, o representante do patronato da Peugeot, lança mão — contra os trabalhadores — de despedimentos selectivos, no esforço de desarticulação do movimento.

Da parte do governo, em confronto com os trabalhadores das Finanças, há a recusa em debater qualquer revalorização das remunerações. Recusa acompanhada de manobras através das quais se visa toroar os reais problemas. Por exemplo, é anunciado um aumento de 70 milhões de créditos para funcionamento, o que nem sequer corresponde às necessidades de máquinas de cálculo um pouco mais sofisticadas, necessárias nos vários centros de impostos e postos do Tesouro de França. Promete-se anular a supressão de cem postos de trabalho nos serviços aduaneiros, mas depois de se avançar com um projecto de anulação de 380. Prevê-se pequenas melhorias no sistema de carreira para 500 pessoas, o que corresponde a 0,28% dos efectivos.

Note-se que este corte de meios no sector das Finan-

ças, beneficia em particular o grande capital. Uma observação do secretário nacional do sindicato FO dos impostos é particularmente esclarecedora. Diz ele que «o controlo das multinacionais constitui um trabalho complexo e é claro que há falta de meios para impedir a fraude a este nível».

Esta política do governo socialista está a criar naturalmente problemas no seio do PS.

Em entrevista à RTP, o secretário-geral do PCF refere: «Há militantes e trabalhadores socialistas que exprimem o seu descontentamento. Como é que poderia ser de outra forma quando as dificuldades advêm da concretização de uma política de direita?».

A posição dos comunistas

A contar de 1 de Outubro de 1989, o salário mínimo é fixado em 6500 francos; a fim de garantir o poder de compra do salário mínimo, o seu montante será regularmente actualizado em função da evolução dos preços.

Este, em síntese, o artigo único da proposta de lei apresentada pelos comunistas franceses na primeira sessão de Outono da Assembleia nacional.

O grupo parlamentar comunista, na defesa das suas propostas, denunciou que, de há cinco anos para cá, «a situação dos assalariados se degradou enquanto o poder de compra já não acompanha o aumento de despesas incompressíveis como a renda de casa, a saúde, a escola das crianças».

Por outro lado, sublinham os comunistas franceses, «Certos patrões, como a Peugeot, recusam a legítima reivindicação de um aumento de 1500 francos do salário mensal. Entretanto o grupo Peugeot realizou lucros da ordem dos 8,8 mil milhões em 1988. Os salários não aumentaram mais que 1,2% em 1989. A CGT calcula entre 18 e 30% a perda de poder de compra em dez anos nesta empresa».

Para os comunistas franceses, o salário mínimo de 6500 francos, corresponde a «uma necessidade para os trabalhadores e para a economia, que encontrará aí um novo factor de crescimento e de criação de empregos».

Internacional

URSS, questões económicas em debate

O governo soviético deverá apresentar ao Soviete Supremo, até 1 de Novembro, um conjunto de propostas destinadas a controlar o equilíbrio entre as receitas monetárias e as despesas da população, no contexto de uma futura reforma de preços.

Os deputados discutiram dois textos sobre este tema fulcral. Um apresentado pela Comissão do Soviete da União para as questões de trabalho, preços e política social, que advoga a necessidade de congelamento dos preços dos principais produtos e artigos de primeira necessidade. O outro pelo próprio governo, que centra a questão no equilíbrio entre as receitas e os gastos da população.

O governo soviético propõe-se elaborar um conjunto de medidas para a estabilização do mercado de consumo, a contenção de aumentos injustificados das receitas monetárias e o controlo do aumento dos preços dos artigos de primeira necessidade.

Ao resumir os debates, o primeiro-ministro Nikolai Rijkov comentou: «se nos orientarmos exclusivamente pelas relações de oferta e procura, isso redundará numa inflação incontrolável e abalará as bases da reforma económica. Por outro lado, o chefe do governo sublinhou que nos primeiros nove meses deste ano as receitas da população aumentaram de 12,3% em relação a idêntico período do ano passado, enquanto o aumento de mercadorias no terceiro trimestre foi apenas de 1 por cento.

O governo foi também encarregado pelo Soviete Supremo, de apresentar legislação no sentido da «proibição das actividades especulativas das cooperativas» comerciais.

Por outro lado, a normalização do tráfego ferroviário na Transcaucásia está a ocorrer gradualmente. Recorde-se que a Arménia se encontrava praticamente paralisada desde o início de Setembro, quando uma organização nacionalista do Azerbaijão, a Frente Popular, decidiu um bloqueio de transportes ferroviários, como forma de pressão política relativa ao debate em torno do estatuto e do futuro de Nagorni-Karabak.

A situação na Transcaucásia esteve na origem directa de um decreto do Soviete Supremo sobre medidas urgentes no sector dos transportes, que envolveram a proibição parcial da realização de greves.

Líbano, o debate continua

Prosseguem as negociações entre os deputados libaneses sobre o futuro do país. Acordos já foram avançados em relação às reformas políticas a implementar no Líbano. Entretanto crescem as pressões por parte dos deputados ligados ao general cristão golpista Michel Aoun, para uma retirada imediata da Síria.

Neste quadro, a Frente Nacional Libanesa, organização que reúne diferentes movimentos e partidos laicos e islâmicos, elaborou um comunicado em que se afirma claramente: «Qualquer retirada, mesmo parcial, do exército árabe sírio antes da libertação (da ocupação israelita), da construção do exército e da adopção de

reformas políticas será um atentado à soberania» do Líbano.

Na reunião em que este comunicado foi elaborado estiveram presentes nomeadamente representantes dos partidos Socialistas e Comunista e do Movimento shiíta Amal.

Afeganistão, a vida tende a normalizar-se

O presidente afegão, Mohammad Najibullah, assinou o decreto que devolve plenos poderes ao parlamento, o Conselho Nacional.

Uma decisão que se dúvida reflecte uma tendência e um esforço para a normalização da vida socio-política do país, e em si se impõe como uma vitória sobre as forças que impedem a paz no país, e antecipadamente anunciaram mesmo a queda do governo de Najibullah, quando da retirada das tropas soviéticas.

Nestes dias, um comboio de ajuda finlandesa atravessou a fronteira da União Soviética com o Afeganistão, que os bandos apoiados no Paquistão e pelo EUA não conseguem manter fechada, trazendo camiões de farinha, construção pré-fabricados, ambulâncias e outras cargas.

A ajuda prevista, de diferentes países, ao Afeganistão, é de cerca de 900 milhões de dólares, sendo a União Soviética responsável por 600 milhões de dólares dessa ajuda.

Palestinianos contra propostas de Baker

A Direcção Unificada do Levantamento Palestino em Gaza e Cisjordânia rejeitou a proposta enviada pelo secretário de Estado norte-americano, James Baker, ao Egipto e a Israel.

Em comunicado clandestino, a direcção da Intifada rejeita também «todas as tentativas para reeditar os acordos de Camp David» e afirma que só o Comité Executivo da OLP «está habilitado a decidir a composição da delegação palestina».

Panamá decreta medidas económicas extraordinárias

O governo panamenho decidiu tomar uma série de medidas económicas extraordinárias com vista a fazer face à crise que se vive no país e ao bloqueio económico-financeiro declarado por Washington.

Entre as decisões anunciadas, com carácter temporário, figuram o congelamento dos salários dos funcionários públicos, cujo total, em número absolutos, ultrapassa as receitas da produção e da esfera de serviços.

Simultaneamente são congelados os preços dos produtos alimentares, artigos de primeira necessidade, tarifas de água, luz e telefone.

A propósito do 14.º Congresso do POSH

Entre 6 e 9 de Outubro reuniu em Budapeste o 14.º Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro que decidiu por larga maioria dos seus 1250 delegados (159 votos contra e 38 abstenções) a dissolução do POSH e a criação de um novo Partido, o Partido Socialista Húngaro.

A informação de que dispomos é ainda insuficiente para avaliar com segurança o real significado deste Congresso para o futuro do socialismo na Hungria. Mas é uma evidência que as suas decisões e declarações produzidas por alguns dos principais dirigentes estão a ser amplamente utilizadas no plano internacional (e no nosso país em particular) para alimentar a campanha sobre o «declínio irreversível do movimento comunista», o «fracasso do socialismo», a superioridade do capitalismo e da social-democracia.

O 14.º Congresso do POSH desenrolou-se em condições particularmente complexas, no contexto de uma profunda crise económica e financeira, de fortes tensões políticas e sociais, de abertas pressões de carácter externo e, sobretudo, no quadro de uma aguda crise na vida interna do Partido marcada por divisões profundas e uma intensa e pública luta de tendências, plataformas organizadas e personalidades pela liderança do Partido.

As notícias que nos chegam indicam que se produziram modificações substanciais na definição do carácter do Partido, nos seus princípios orgânicos, na composição da sua Direcção, na linha política e orientação ideológica, no projecto de sociedade, na orientação do relacionamento internacional.

Qual o conteúdo exacto de tais modificações?

Como definir de um ponto de vista de classe o novo Partido que o seu presidente, o camarada Rezso Nyers, considerou ser «o herdeiro das melhores tradições do POSH» mas cujo projecto de «socialismo democrático» Imre Poszgay, seu dirigente destacado, considera «mais próximo do socialismo europeu que do sistema comunista do passado»?

A adopção do cravo como símbolo do PSH e o desaparecimento da consigna «proletários de todos os países, uni-vos!» do cabeçalho do Nepszabadsag no dia imediato à criação do PSH tem ou não um significado de fundo?

E que tradução prática poderá ter o princípio estatutário segundo o qual «o PSH deseja manter estreitas relações simultaneamente com os partidos da esquerda reformadora da Europa Central e Oriental e com os partidos sociais-democratas, socialistas e comunistas reformadores do mundo?». Vai o PSH voltar-se para a social-democracia e para um relacionamento preferencial com a Internacional Socialista como defendem abertamente alguns dos seus principais dirigentes?

Estas e muitas outras são questões a que só o futuro dará resposta, tanto mais que estão muito longe de ser unívocas as interpretações de destacados protagonistas da dissolução do POSH e da criação do PSH dão das decisões do Congresso.

Entretanto uma questão central prendeu particularmente a nossa atenção e ela respeita ao lugar ocupado pelos quadros operários neste Congresso (apenas 3,3% dos delegados) e o papel atribuído à classe operária e aos seus ideais revolucionários no programa do PSH. Apesar de derrotada não deixa de ser inquietante que tenha surgido e sido calorosamente defendida uma proposta para que o PSH renunciasse a organizar-se nas empresas. Isto sucede no momento em que as forças da oposição anti-socialista se organizam, alargam o seu campo de intervenção, recebem crescente estímulo e apoio do estrangeiro, procuram explorar em seu proveito os graves problemas surgidos no processo de edifi-

cação socialista na Hungria, com os olhos postos nas eleições para deputados previstas para a Primavera de 1990, não escondendo o propósito de por essa via «desalojar os comunistas do poder». Preocupa que numa tal situação se ouçam altos responsáveis do novo Partido afirmar que na Hungria «o Partido Comunista deixou de existir».

É ao povo, aos trabalhadores, aos comunistas da Hungria que compete encontrar soluções para os problemas do seu país e escolher os rumos do seu desenvolvimento.

Trata-se de um princípio inquestionável que firmemente defendemos para Portugal e que respeitamos e exigimos que seja respeitado em relação a todos os países.

Além do mais os caminhos do progresso social e do socialismo são cada vez mais diversificados, e cada vez mais rica e variada a gama de soluções para problemas semelhantes; a cópia mecânica da experiência e a concepção de um «modelo único» de socialismo confirmou-se como profundamente prejudicial. A criatividade revolucionária assente no desenvolvimento objectivo dos processos e na real intervenção das massas, não empobrece, antes enriquece o património do movimento comunista internacional e o desenvolvimento (sempre criativo) do marxismo-leninismo. A «perestroika» na URSS e outros processos em países socialistas, na sua inevitável diversidade, correspondendo à procura de soluções para problemas reais surgidos no processo de edificação da nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, deverão conduzir ao reforço do socialismo como sistema social e ao relançamento dos ideais libertadores da classe operária em todo o mundo.

Por isso nos inquieta se as soluções para os problemas são procuradas não no desenvolvimento criativo do marxismo-leninismo, mas no seu abandono; não a partir de critérios e valores assentes na missão histórica da classe operária e do trabalho assalariado em geral, mas com a admissão de critérios e valores do capitalismo e da sua forma social-democrata em questões centrais como a propriedade, da organização do Estado, da democracia; não valorizando o papel determinante e generoso de gerações de comunistas, mas desvalorizando-o e mesmo dehegrindendo-o, dando assim à oposição interna e ao imperialismo poderosos argumentos na sua luta contra o socialismo.

No que respeita a algumas importantes interrogações suscitadas pelos resultados do 14.º Congresso do POSH, a nossa inquietação é filha da amizade e solidariedade que sempre ligou os comunistas portugueses com os comunistas húngaros e que desejamos prosseguir com o novo Partido Socialista Húngaro. É filha da posição de classe internacionalista que sempre foi a do PCP e da noção de que a eventual derrota do socialismo na Hungria ou em qualquer outro país não só seria prejudicial aos interesses dos povos respectivos, como teria uma repercussão profundamente negativa para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

A construção da nova sociedade é uma tarefa histórica de extrema complexidade que a vida mostrou e continua a mostrar não foi devidamente prevista e calculada. Mas num processo irregular, acidentado, marcado por avanços e recuos, vitórias e derrotas, o socialismo e não o capitalismo é o futuro dos povos.

RDA—Declaração do PSUA

A RDA vive actualmente «uma época de grandes transformações na sociedade e de actividade política intensa», disse Siegfried Lorenz, dirigente do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), responsável pela organização de Karl Marx Stadt, que sublinhou: «Os problemas que emergiram no nosso país terão de ser resolvidos por nós, através de um diálogo objectivo e da confiança mútua».

Palavras que são expressão de realidades e preocupações que hoje se impõem

na vida política da RDA.

No início da semana, dezenas de milhar de pessoas manifestaram-se em Leipzig, com palavras de ordem como «eleições livres», «liberdade de imprensa», entre outras. Manifestações que vêm na sequência de outras e que, de par com uma certa continuidade do fluxo de refugiados para a RFA, reflecte um complexo entrecruzar de problemas reais, na RDA, e de uma campanha que prossegue por parte da RFA.

Entretanto, e imediatamente após a passagem do 40.º

aniversário da RDA, o Bureau Político do CC do PSUA, divulgou uma declaração, em que nomeadamente se aborda a questão dos refugiados, referindo que «as causas para este seu passo poderão ser muito variadas. Nós temos de as procurar também aqui e fá-lo-emos, cada um no lugar que ocupa, todos nós em conjunto».

O documento critica a campanha desencadeada na RFA, e sublinha: «Contrariando o Direito Internacional a RFA ingere-se em assuntos internos da RDA, atribui-se a

si própria o «dever de tutela» em relação a cidadãos da RDA. Ao pôr em dúvida a ordem do pós-guerra a RFA renuncia à responsabilidade comum de tudo fazer para que do solo alemão jamais parta a guerra. Na nossa época tal constitui um facto altamente perturbador da paz».

Na perspectiva da realização do 12.º Congresso dos comunistas da RDA, a declaração da direcção do PSUA faz um apelo à participação de todos, à apresentação de ideias e propostas «sobre a forma como faremos progre-

dir o socialismo na nossa República nos anos 90».

Nessa perspectiva, sublinha-se no documento: «Queremos discutir em conjunto todas as questões fundamentais da nossa sociedade, que são para ser solucionadas hoje e amanhã. Em conjunto queremos encontrar resposta para a forma como poderemos corresponder aos não fáceis desafios da próxima década no sentido dos ideais humanistas do socialismo. Em conjunto queremos configurar a nossa pátria de forma a que as necessidades mate-

riais e culturais crescentes de cada um possam ser cada vez melhor satisfeitas em conformidade com o seu trabalho.

«Trata-se da continuação da unidade da política económica e social. Trata-se da capacidade económica e do seu aproveitamento para todos, de convívio democrático e colaboração empenhada, de uma boa oferta de mercadorias e de pagamento justo, de mass-media ligados à vida, de possibilidades de viagem e de um meio-ambiente saudável».

Internacional**Depois de 26 anos nas masmorras racistas****Oito presos políticos libertados na África do Sul**

Os oito presos políticos cuja libertação foi anunciada terça-feira da passada semana, por De Klerk, e entre os quais figura Walter Sisulu, o mais próximo companheiro de Nelson Mandela, saíram finalmente em liberdade do mingo último, depois de terem passado no total 185 anos na prisão. Entretanto, o ANC, que saudou esta decisão do governo sul-africano, referiu a urgência de outras medidas para a erradicação do sistema de *apartheid*, além da libertação, de Nelson Mandela, que permanece prisioneiro do regime.

Esta decisão de Pretória teve claramente como objectivo refrear o clima de tensão que se tem vindo a agravar no interior do país, por um lado, e convencer a comunidade internacional, por outro, a levantar as sanções que, apesar de nunca terem sido totais, causam danos consideráveis à economia sul-africana. Em particular, o governo de De Klerk teria em vista a próxima cimeira da Commonwealth, onde Margaret Thatcher, utilizando a sua in-

fluência poderia defender o fim dos embargos ao regime racista. Contudo, se assim foi, o tiro saiu-lhe pela culatra. A julgar pelas declarações feitas em Londres, a Grã-Bretanha não irá intervir a favor da África do Sul na cimeira da Comunidade Britânica. Apesar de, tanto ingleses como americanos, terem considerado a libertação dos presos políticos como «um passo importante», deixaram clara a esperança de que tenha sido apenas «um primeiro passo que conduza à libertação de Nelson Mandela e a negociações para uma transição pacífica para uma África do Sul democrática e não-racista».

Segundo declarações do próprio presidente da África do Sul, a presente amnistia terá sido «discutida com Nelson Mandela», o que constitui o primeiro reconhecimento do estatuto de Mandela como representante máximo da maioria negra, para além de significar um importante desvio na política de Pretória, que até aqui sempre apresentou o ANC como um gru-

po terrorista sem representatividade.

O encontro de De Klerk com dirigentes religiosos

É ainda significativo o facto de o anúncio desta iniciativa ter sido feito na véspera de um importante encontro entre De Klerk e três destacados dirigentes eclesiásticos com grande projecção política na África do Sul: o arcebispo Desmond Tutu, o dr. Alan Boesak e o reverendo Frank Chikane. De Klerk descreveu a reunião havida como «conversações sobre conversações», ou seja o prelúdio de negociações directas que o governo, mais tarde ou mais cedo, terá que iniciar com os líderes políticos negros.

Por seu turno, os três religiosos referindo-se ao encontro, lamentaram que o presidente pouco tivesse adiantado sobre as seis iniciativas que apresentaram como pré-condições para o início de qualquer processo negocial com a



Nelson Mandela — o líder do ANC continua na prisão

maioria negra. Essas condições, idênticas às apresentadas anteriormente pelo ANC e apoiadas por governos e outros países, prevêem designadamente o levantamento do estado de emergência, o fim das restrições aos direitos políticos, a libertação dos detidos sem julgamento e dos prisioneiros políticos, a legalização das organizações políticas e a comutação das sentenças dos condenados à morte.

Como resposta, o chefe de Pretória limitou-se a dizer que o seu governo iria analisar al-

gumas áreas em que o estado de emergência poderia ser levantado.

De Klerk continua a defender a fórmula ambígua de «uma África do Sul onde cada cidadão participe nas decisões que lhe digam respeito» e a recusar o princípio de «um homem, um voto», aliás uma posição própria de quem acredita na superioridade da raça branca e pretende apenas efectuar algumas operações de cosmética, de forma a salvar o regime da crise em que se encontra.

Paz em Angola**Mobutu promove novos contactos**

O conflito em Angola esteve este fim-de-semana mais uma vez em foco. Vários encontros diplomáticos com o objectivo de relançar o processo de paz angolano tiveram lugar em França, entre o presidente zairense Mobutu Sese Seko, e os intervenientes directos e indirectos no conflito.

Durante três dias Mobutu encontrou-se sucessivamente com o ministro dos negócios estrangeiros de Angola, Pedro de Castro Van-Dunem «Loy», com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, com o sub-secretário de estado norte-americano Herman Cohen, e com o ministro dos negócios estrangeiros sul-africano, Pik Botha.

Com estes encontros o presidente zairense terá pretendido reactivar o seu papel

mediador no conflito, e dar seguimento aos acordos alcançados a 22 de Junho passado em Gbadolite, onde, na cimeira que reuniu 18 chefes de Estado africanos, foi conseguido um cessar-fogo, que a UNITA jamais respeitou.

Como pretendia Mobutu, estes encontros foram rodeados de grande «discrição», pretensamente para que uma segunda oportunidade para se chegar a uma solução pa-

cífica em Angola não fracasasse.

De acordo com declarações prestadas pelo ministro angolano dos negócios estrangeiros à sua chegada a Luanda, Mobutu expressou os seus pontos de vista sobre o prosseguimento do processo iniciado em Gbadolite, cuja declaração final definia as modalidades de aplicação do plano de paz com vista à reconciliação nacional em Angola.

Nestes encontros de Nice, Savimbi, ter-se-á reconciliado com Mobutu, aceitando retomar as negociações. Até agora o dirigente da UNITA vinha acusando o presidente

do Zaire de favorecer o plano do governo angolano, nomeadamente no que se refere ao seu exílio. Anteriormente Savimbi afirmara-se disposto a aceitar um cessar-fogo imediato, desde que fosse supervisionado por uma comissão integrando membros da UNITA, do governo angolano, do Zaire, e de outros países africanos.

Saliente-se a propósito que Savimbi, com uma imagem cada vez mais deteriorada nos Estados Unidos, está a ser pressionado pela administração norte-americana para retomar lugar na mesa de negociações.

A administração de Geor-

ge Bush começa a ter dificuldades em manter o apoio à UNITA. O próprio Congresso começa a questionar o actual apoio financeiro, estimado em quarenta milhões de dólares, salientando que o chefe da UNITA está a sabotar os esforços de paz do governo angolano.

Segundo o ministro dos negócios estrangeiros de Angola, Van-Dunem «Loy», a opinião norte-americana tem estado a mudar. Na visita que recentemente fez aos Estados Unidos, Savimbi perdeu o estatuto de vedeta que tinha nos órgãos de comunicação, que começam a salientar o carácter belicista da UNITA.

Timor-Leste**Papa não condenou a ocupação**

O Papa João Paulo II efectuou na semana passada uma das mais controversas viagens pastorais. No âmbito de uma deslocação ao Sudeste asiático, que incluiu visitas à Coreia do Sul, à Indonésia e às Ilhas Maurícias, João Paulo II esteve em Timor-Leste, território de que Portugal é reconhecido internacionalmente como a potência administrante.

Esta visita, apesar das intenções expressas pelo Papa, suscitou críticas por parte das mais variadas organizações e personalidades, quer no que diz respeito às condições em que foi feita, proporcionando o aproveitamento político por parte da Indonésia, e quer ainda no que diz respeito à atitude do

Papa quando pisou solo de Timor, e às palavras que dirigiu aos milhares de católicos que o escutaram.

À chegada a Timor-Leste, apresentada pelas autoridades ocupantes como a 27.ª província da Indonésia, João Paulo II não beijou o solo, contrariamente ao que sempre faz ao pisar pela primeira vez um país. Na ausência do gesto muitos vêem o reconhecimento implícito da anexação de Timor-Leste por parte da Indonésia. No entanto, minimizou sempre a importância política dos seus gestos e das suas intervenções, salientando o carácter estritamente pastoral da sua deslocação ao território. Aliás na linha do que já vinha sendo feito pelo Vaticano no

período anterior à visita, com o argumento de que a Igreja não podia e não devia interferir. Caso para falar de dois pesos e duas medidas, se olharmos para outras terras, onde a Igreja tem e usa a sua influência.

Militares espancam timorenses

Ponto alto da visita a Timor-Leste foi a missa ao ar livre celebrada pelo Papa perante 100 mil pessoas, apelando ao perdão e à reconciliação. Aí, ao referir-se às violações dos direitos humanos, atribuiu-as a ódios e vinganças, baniu-as a território em que centenas de milhares de pessoas foram mortas pelas forças de ocupação, ao longo de já quase 14 anos.

Dezenas de jovens, no final da missa, destacaram-se da multidão denunciando a ocupação e as violações dos direitos humanos, e exigindo o respeito pelo inalienável direito dos timorenses à autodeterminação, exigindo liberdade e a independência do território.

Aí mesmo, ainda com o Papa presente, foram violentamente reprimidos, e espancados à bastonada por militares indonésios.

Destes confrontos resultaram vários feridos, e segundo o administrador apostólico da diocese de Díli, monsenhor Ximenes Belo, cerca de quarenta pessoas foram presas e torturadas pelas forças da Indonésia.

A Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) divulgou um comunicado em que afirma que a visita papal a Timor-Leste «ficou aquém das legítimas expectativas do povo maubere», que esperava palavras de encorajamento na luta pelos seus direitos e apenas ouviu difusas alusões à violação dos direitos humanos no passado, «como que a ignorar a sua persistência no presente».

Para a Fretilin ficaram confirmados os seus receios de que a visita papal seria «magnificamente explorada» pela Indonésia, que tudo fez para levar o Vaticano a reconhecer implicitamente a soberania indonésia sobre Timor-Leste.

«O nosso povo aprendeu duramente a identificar “corporativismo” e monopolismo como uma e a mesma coisa.

Ninguém poderá contestar que entre nós a chamada “institucionalização” do regime acompanha a par e passo a crescente monopolização da economia nacional.

Não é bem elucidativo que ao mesmo tempo que se criam as primeiras Corporações, o II Plano de Fomento estabeleça a “concentração de fábricas e oficinas em unidades fabris de maior rendimento económico e perfeição técnica” e a “expropriação de instalações excessivas” com o significativo corolário de que “terá que ser posta de parte a ideia de expropriar, com indemnização, as instalações excessivas”?

Não é verdade que há uma estreita relação entre uma e a outra coisa? Não é verdade que o Estado fascista se propõe, através das Corporações, completar a sua obra de liquidação das pequenas e médias empresas industriais, comerciais e agrícolas em proveito dos grandes monopólios?

Esta típica obra de liquidação monopolista não é uma “invenção da propaganda comunista”?

Só num curto espaço de 3 anos, de 1952 a 1955, em 19 das indústrias abrangidas nas que o II Plano de Fomento se propõe “reorganizar”, o número de fábricas e oficinas baixou de 4131 para 3882, enquanto o número de inactivas, incluídas nesses totais, subiu de 583 para 1206, ou seja, de 14 para 31%!

No mesmo período, o número de operários empregados nessas indústrias baixou de 137 161 para 115 564. Só na têxtil algodoeira desapareceram da produção 11 639 assalariados, na da cortiça 4887, na dos vidros 2538! (...) E a perspectiva é ainda **concentrar e concentrar**, como claramente a definiu o Secretário do Comércio na recepção aos industriais conserveiros do Algarve.

O que isto representará na vida das classes trabalhadoras pode desde já vislumbrar-se através do regime de subemprego em que vivem presentemente milhares de operários corticeiros, têxteis, conserveiros, metalúrgicos e outros que vêm a miséria invadir os seus lares.»

(«O Ministro das Corporações **falsifica a verdade**» — **Avante!**, VI série, n.º 282, 2.ª quinzena de 1959)



«Durante 40 anos de fascismo, o governo salazarista organizou ramo após ramo da economia nacional para os colocar sob o poder dos monopólios. Moagem, conservas, vidro, transportes, construções navais, têxtil, cimentos, cerveja, construções de máquinas, turismo, florescem sob a alçada das grandes companhias, sob o lema da concentração industrial.

A organização corporativa e a máquina do Estado foram criadas e aperfeiçoadas para servir os monopólios. Os dinheiros públicos passam do bolso do contribuinte para as mãos dos potentados capitalistas nacionais e estrangeiros. Sob a protecção do fascismo um só desses monopólios — a CUF — estende-se hoje por cerca de 40 empresas e bancos. O Banco Nacional Ultramarino aumentou em mais de 10 vezes o seu capital num curto período de 15 anos e alargou os seus interesses a mais de 30 companhias e bancos. No ramo da têxtil uma só companhia, a Empresa Fabril do Norte, ramifica-se por 16 outras empresas. No domínio dos transportes a CP tem hoje, nas suas mãos as linhas de caminho-de-ferro do Estado e recebe deste uma ajuda financeira escandalosa. (...).

(«40 anos de fascismo/40 anos de protecção aos monopólios» — **Avante!**, VI série, n.º 371, Outubro de 1966).

■ **Júlia Lima**

GONDOMAR COM O RIO ALI TÃO PERTO

De Gondomar diz o «slogan» que é Paraíso do Douro. São 30 km de margem em seis das suas doze freguesias, 160 mil habitantes, com o Rio ali tão perto. Belezas naturais, grandes potencialidades, e não só turísticas, num concelho que cresce a olhos vistos. Dormitório do Porto, não ainda floresta de cimento, mas correndo esse risco pela falta de regras em termos urbanísticos. Um concelho que permanece rural na sua grande parte, com forte densidade populacional em certas freguesias, o que o aproxima dos meios urbanos mais desenvolvidos. Desenvolvimento por que espera há muitos anos e que, por inoperância das sucessivas gestões do PSD e do PS, não surge. Propostas concretas, métodos e políticas diferentes, uma alternativa de gestão para Gondomar capaz de transformá-la num município moderno e dinâmico, é o projecto que anima a candidatura da Coligação Democrática Unitária/PCP-PEV. **Joaquim Viana**, candidato a Presidente da Câmara, **Armando Pimenta**, cabeça de lista para a Assembleia Municipal, e **António Luís Dias**, também candidato na lista da Câmara, em conversa com o «Avante!», avançam na análise dos problemas do concelho e adiantam alguns aspectos essenciais do programa com que a CDU se irá apresentar nas próximas eleições autárquicas. ■



CDU em Gondomar — uma equipa para vencer a batalha do desenvolvimento do concelho

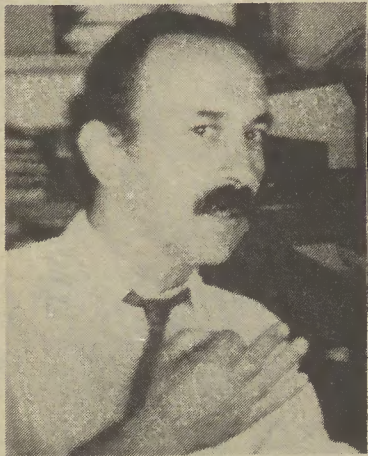


GONDOMAR

Um paraíso que urge desenvolver

O mote foi o Rio Douro. Das influências recíprocas — da população sobre o rio e deste sobre a população. Populações que o usufruem e o poluem. Rio que fornece, ou forneceu, um contributo importante ao distrito e ao concelho, pelo peixe, quando o havia, pela água, pelo meio de transporte. «Gondomar pode proporcionar aos seus residentes espaços de lazer, praias fluviais, um ritmo de vida diferente que um rio sempre proporciona, daí o “paraíso” de que se fala», começou por salientar Armando Pimenta.

«No entanto, uma coisa é aquilo que se tem, outra é o não aproveitamento das potencialidades, não só em termos turísticos, e daqui podemos saltar para toda a problemática do desenvolvimento do concelho,



Armando Pimenta

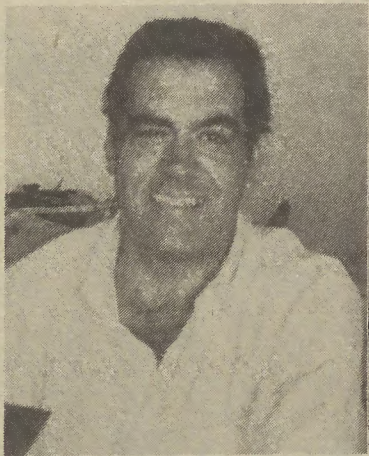
para o qual nenhum passo efectivo foi dado, desde a rede viária à habitação, da saúde ao ensino, do saneamento básico à cultura e ao desporto», avança Joaquim Viana.

Para a CDU o grande problema do concelho é que «a Câmara tem estado parada, fechada no diálogo com a população, com as Juntas de Freguesia, com as forças vivas do concelho, numa acção centralista e prepotente que não permite o aproveitamento dos recursos camarários, humanos e técnicos». Daí que Joaquim Viana saliente como primeira medida para a solução global dos problemas de Gondomar a necessidade de uma «gestão aberta, participativa e dinâmica».

Veja-se o caso concreto do saneamento básico, que cobre apenas 15% da população. Lembra Armando Pimenta, vereador da CMG que teve já a responsabilidade do Pelouro da Limpeza, que «não só não houve capacidade para a apresentação de projectos que apontassem para a resolução deste problema, como, apesar dos subsídios obtidos via FEDER, os poucos apresentados não se concretizaram por incapacidade da Câmara pôr as obras a concurso». Enquanto a CDU esteve à frente do Pelouro da Limpeza houve um avanço enorme na recolha das águas negras, questão que foi resolvida. «Porém», refere aquele vereador, «no plano da construção das ETAR's, que impedissem que estas águas fossem lançadas directamente no Douro sem o mínimo tratamento, não se avançou rigorosamente nada até ao momento».

Habitação — um problema adiado

«O concelho de Gondomar cumpre, dentro da Área Metropolitana do Porto, uma função, em muitos aspectos, de dormitório, já que podemos dizer que mais de metade da população activa trabalha no Porto e concelhos limítrofes», refere o vereador da CDU António Luís Dias, para lembrar que pouco ou nada se fez em termos de habitação.

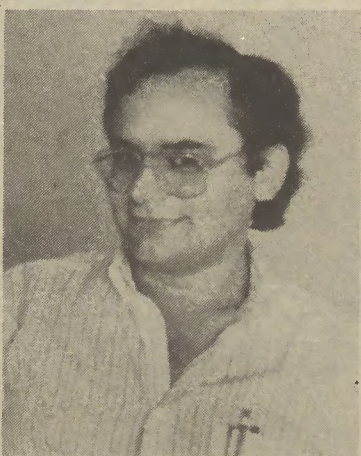


Joaquim Viana

«O que é grave na actuação da Câmara», avança a este propósito Joaquim Viana, «é que para além de não ter promovido a habitação social nem captado investimentos nesta área, não se apoiou numa realidade que existe no nosso concelho que são as cooperativas de habitação, com projectos dinâmicos e obras interessantes, mas que encontram no município não uma entidade que ajuda, antes pelo contrário, dificulta. As nossas propostas vão no sentido de uma alteração profunda destes métodos — a Câmara tem de ser o motor da resolu-

ção de problemas básicos, para que as cooperativas de habitação possam desenvolver a sua actividade, nomeadamente a criação de infra-estruturas e a ajuda na resolução de alguns problemas de ordem burocrática, humana e técnica com que se debatem. Outra linha que defendemos para a resolução do problema da habitação é a chamada autoconstrução, sobretudo no Alto Concelho, através da aquisição de terrenos, que após loteados e infra-estruturados deverão ser colocados à disposição da população».

Ligado a este problema surge um outro: a questão dos transportes e



António Luís Pimenta

da rede viária. António Luís Dias salienta que «para desenvolver Gondomar tem de ser equacionada a questão dos acessos viários tanto em relação ao Porto, como as ligações entre o Alto Concelho e o Baixo Concelho». A via fluvial, tão falada, poderia ser uma alternativa, no entanto, como referiu, «Gondo-

mar não tem qualquer cais e nem se sabe o que a nível central está previsto em relação a esta questão». A ligação ao Porto, via Freixo, é outro problema que não tem visto perspectivas de resolução, o que leva Joaquim Viana a referir que «a continuar esta situação Gondomar irá ficar completamente bloqueada, tanto a nível interno como na sua relação com outros concelhos limítrofes».

O desenvolvimento da indústria e a captação de investimentos nesta área, as medidas urgentes na área da saúde, que permitam a construção de hospital concelhio («de que há anos se fala e nem projecto se conhece»), e do ensino (num concelho em constante crescimento como é Gondomar há apenas seis escolas que têm ensino pré-primário, para dar apenas um exemplo), o incentivo e a iniciativa na área da cultura e desporto («o pelouro da Cultura pouco mais faz do que recepcionar documentos») são outras tantas propostas incluídas no programa da CDU que está a ser discutido com a população das várias freguesias do concelho, de forma a melhor corresponder às suas necessidades mais prementes.

«Tudo isto, na nossa opinião, tem de obedecer a um Plano Director, que Gondomar ainda não tem, um plano que defina com rigor o caminho do desenvolvimento do concelho», refere ainda Joaquim Viana. «Gondomar tem-se desenvolvido em termos urbanísticos sem qualquer regra, o que tem de ser impedido rapidamente», sob o risco de acontecer, como noutros concelhos do grande Porto, transformados, em muitas áreas, em autênticas florestas de cimento.

Uma alternativa para Gondomar

Pelo trabalho produzido, na Câmara (a CDU teve já a responsabilidade dos Pelouros da Limpeza e do Turismo onde desenvolveu actividades de grande mérito e por razões alheias à sua vontade foram-lhe retirados), nos Serviços Municipalizados, nas Juntas onde tem maioria e até nas juntas onde está em minoria, a Coligação Democrática Unitária apresenta-se em Gondomar como uma alternativa ao PS e ao PSD.

Os candidatos anunciados, quer pelo PS quer pelo PSD, ambos com responsabilidades em gestões anteriores, já provaram «serem ineficazes e os únicos culpados do autêntico subdesenvolvimento do concelho», lembra Joaquim Viana, «por outro lado, é num quadro de grandes divisões internas e de luta pelo poder que essas candidaturas surgem». O PS está dividido, o seu «ex-presidente da Câmara», Arlindo Neves, aparece a concorrer por outra força política, do próprio PSD surgem ataques ao seu candidato.

Neste quadro é com grande optimismo que a CDU encara os resultados das próximas eleições autárquicas. Há uma grande abertura e participação de gente sem partido nas listas, renovam-se os contactos com a população e as diferentes instituições, organizações representativas dos moradores e colectividades.

A CDU tem um real projecto de desenvolvimento com as características sociais, económicas e culturais adequadas às realidades do concelho. ■

LOMBA

Na altura em que a CDU assumiu o mandato e o compromisso de honra de, na Junta, transformar a freguesia da Lomba, havia quem não acreditasse, tais eram as carências com que se debatia, resultado de promessas nunca cumpridas durante anos a fio por gestões anteriores.

Hoje, volvidos apenas três anos e meio de mandato, a transformação operada, e visível, na freguesia constitui um incentivo para a população.

Quem o afirma, e com justo orgulho, é o camarada Joaquim Viana, presidente da Junta e de novo candidato ao cargo nas próximas eleições autárquicas, pela lista da Coligação Democrática Unitária/PCP-PEV. «O ‘milagre’ é este, sem segredo para ninguém: está-se a cumprir o prometido», diz-nos.

Cumpriu-se ao construir o Complexo Desportivo da Freguesia, que apesar de não estar totalmente concluído (falta a bancada e vedação exterior) é já amplamente utilizado pela população e as suas colectividades.

Cumpriu-se, em matéria de obras de pavimentação e alargamento de ruas. Um longo rol de nomes de caminhos e lugares, que dão imagem

Cumprir o prometido



Jornadas culturais — um êxito



Transformar o mato em jardim

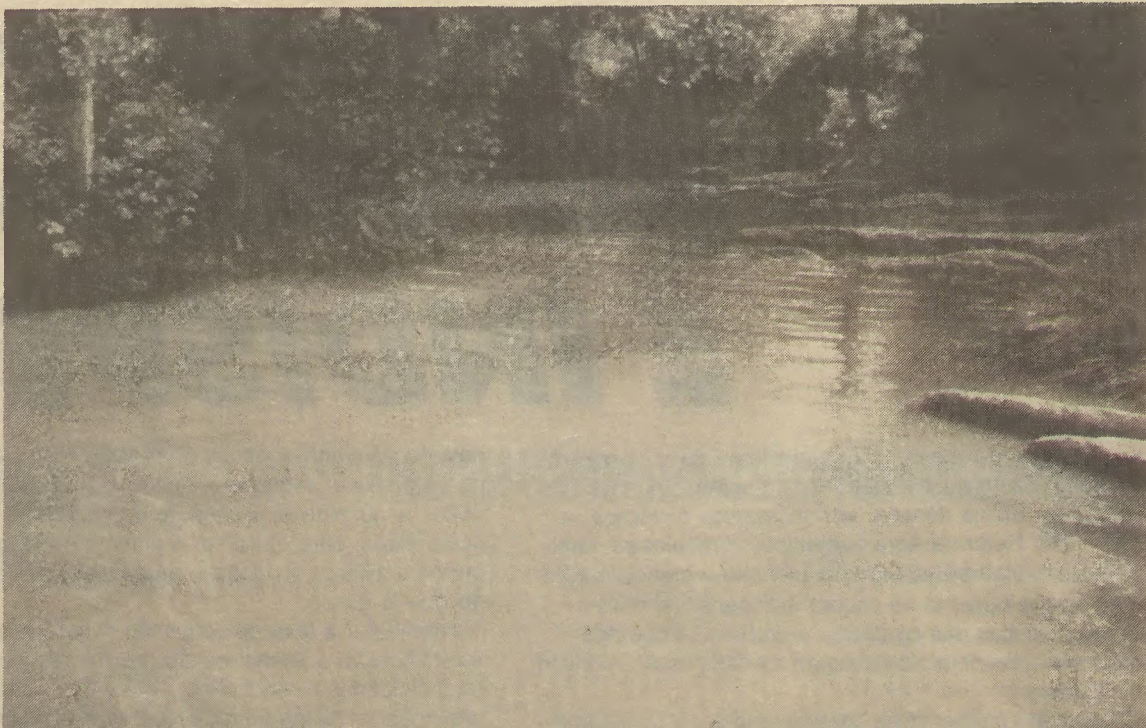
Pavimento até à prala

de uma freguesia geograficamente acidentada, cujas ligações foram profundamente melhoradas: Caminho do Outeiro, Caminho da Calçada, Caminho do Ribeirinho, Caminho da Poça, Barrão, Farrapa, Bouça, Pé de Moura, Labercos, Areja. O acesso à praia fluvial foi melhorado, bem como o arranjo urbanístico do Miradouro. Obras que já ultrapassaram os 100 000 contos e que, segundo nos contou Joaquim Viana, ainda continuam.

Outra grande batalha: a da água. Também se cumpriu. O chão foi rasgado, colocaram-se mais de 5000 m



Um museu vivo



Rio Ferreira — a ser destruído

SÃO PEDRO DA COVA

Uma jovem vila a pensar no futuro

São Pedro da Cova é Vila há pouco mais de três meses. Por proposta do Grupo Parlamentar do PCP, aprovada na Assembleia da República em 30 de Junho passado. E é a pensar no futuro que a Junta de Freguesia encara este acontecimento, de grande importância política, económica e social, que corresponde a uma legítima aspiração, já antiga, do povo desta freguesia mineira do concelho de Gondomar.

Ser Vila significa, para Constantino Loureiro, Presidente da Junta, continuar «a bater a todas as portas para conseguir a concretização de novas obras, a instalação de novos serviços, a melhoria das condições de vida da população».

Trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, já vai para sete anos, na Junta de maioria comunista, com obras significativas em vários sectores, mas que exige, particularmente da parte da Câmara Municipal de Gondomar e da Administração Central, um olhar mais atento e acções mais concretas.

A concretização da construção do Centro Cívico da Covilhã, a imple-

mentação da rede de saneamento básico, a construção de um Polivalente na zona da Gandra, a recolocação na Vila de cantoneiros de higiene e limpeza e meios materiais que permitam a manutenção da limpeza na rede viária, o desassoreamento do Ribeiro da Covilhã, o aproveitamento da zona da Ínsua como espaço de lazer com a consequente acção no sentido da depoluição do Rio Ferreira, a ligação dos postos de transformação desactivados e localizados na Vila, a construção de um novo Cemitério e de um novo edifício-sede da Junta de Freguesia, são algumas das medidas mais urgentes de que nos falou o camarada Constantino Loureiro.

Medidas que surgem como pontos importantes do programa de candidatura da CDU na freguesia, encabeçada por Constantino Loureiro, que tem recolhido generalizado apoio da parte de pessoas ligadas a diferentes áreas políticas.

A situação que se tem vivido na Câmara de Gondomar tem prejudicado bastante a freguesia. São obras que, porque o plano de actividades municipal só foi aprovado em Agosto, são transferidas de ano para ano, outras que não chegam a concretizar-se.

«Às vezes vêm tapar um buraco numa rua, depois da muita insistên-

cia da Junta, mas o outro à beira fica por tapar, porque o ofício não o referia», conta Constantino Loureiro, «é como tendo duas feridas numa perna, curar uma e deixar apodrecer porque ficou outra por curar». E com esta imagem muito simples que define as dificuldades e até obstrução criada pela Câmara à actividade da Junta.

No entanto, isso não tem impedido a iniciativa da Junta na resolução dos problemas da sua competência e até de outros que cabe a outras entidades resolver. É impossível contar sete anos de obras, de arruamentos, de dinamização da vida social, cultural e desportiva em São Pedro da Cova. A compra de um tractor para a limpeza das bermas ou a extensão da carreira de autocarro até Belói, a recuperação da Casa da Malta, com a instalação do Museu Mineiro, Centro de Dia e Biblioteca ou o conjunto de acções e manifestações (uma realizada no passado sábado) em defesa do Rio Ferreira, são quatro exemplos, apenas, desta imensa actividade desenvolvida pela CDU na Junta, reconhecida pela população e que leva os camaradas de S. Pedro da Cova a encarar com grande optimismo os resultados do próximo acto eleitoral — a maioria absoluta, que já têm, será reforçada. ■

Junta não tem deixado créditos por mãos alheias. Desde a substituição do mobiliário das escolas, que contava com mais de quarenta anos de uso, à promoção, pela primeira vez na história da freguesia, das Jornadas Culturais e Desportivas da Lomba, nos meses de Junho e Julho do corrente ano, iniciativa à qual aderiram muitas colectividades, algumas das quais com prestígio nacional; da realização de iniciativas com vista à ocupação dos tempos livres das crianças, à realização de exposições de fotografias, torneios desportivos, passeios de reformados, as actividades não têm parado.

Neste contexto, novas associações e colectividades foram criadas, a Comissão de Reformados, a Comissão de Jovens, a Associação da Lomba/Areja e até o Corpo Activo de Bombeiros, que antes nem sequer embrionariamente existiam. É que, e a propósito de bombeiros, a Junta conseguiu a cedência de uma ambulância dos Bombeiros de Melres para os fins-de-semana, estando já elaborado projecto para um quartel de bombeiros e desenvolveu trabalho junto dos emigrantes para que oferecessem uma ambulância própria à freguesia, objectivo conseguido em Agosto passado.

«A freguesia da Lomba tem muita vida», diz Joaquim Viana, «e nisso conta com o natural empenhamento da Junta. A adesão da população é uma realidade, pois agora acredita que é possível, com o novo rumo traçado, com a CDU, aproveitar e desenvolver as potencialidades da sua terra» ■

de conduta, construíram-se reservatórios e a central de tratamento e bombagem, que breve entrará em funcionamento, bem como a espera da ligação de água ao domicílio.

A preservação do património e a defesa do ambiente tem sido outra preocupação da Junta, que tem desenvolvido acção meritória na criação de espaços verdes e jardins, a par com o aproveitamento turístico das reais potencialidades naturais e humanas da zona, lançando as bases do projecto de instalação de um Parque de Campismo junto à praia.

Também nas áreas do Ensino, Cultura, Desporto e Tempos Livres a



A inauguração da Casa da Malta

São os factos que o comprovam:

REFORMA AGRÁRIA É INDISPENSÁVEL AO PAÍS

A pesar de debilitada por força de uma guerra sem quartel que lhe tem sido movida na última década, por sucessivos governos, a Reforma Agrária continua a revelar-se como uma transformação plena de potencialidades cujo aproveitamento se afigura indispensável para resolver muitas das carências e problemas que nos mais variados domínios atingem os campos do Alentejo e Ribatejo.

O balanço recentemente apresentado à XII Conferência da Reforma Agrária — um trabalho sério e rigoroso baseado na análise aos inquéritos realizados a 183 UCPs/Cooperativas que exploram 89 por cento da área total das terras da Reforma Agrária — é disso mesmo a mais recente e eloquente prova.

Mas mais ainda do que o potencial de energias claramente evidenciado nos últimos 14 anos por esta nova forma de exploração agrícola, o que a vida tem vindo a mostrar e o balanço agora efectuado veio de novo comprovar é que a Reforma Agrária no Sul do País constitui cada vez mais uma peça chave sem a qual não é possível falar em desenvolvimento da agricultura.

E tal como não é possível escamotear este papel decisivo que a Reforma Agrária assume para o

desenvolvimento agrícola, do mesmo modo, também não é possível esquecer — há que sublinhá-lo — o seu papel insubstituível, no quadro da integração comunitária, para enfrentar o embate do Mercado Único onde pontificam economias muito mais desenvolvidas do que a nossa.

Ao aumentar a taxa de ocupação cultural e o nível de diversificação e intensificação cultural, ao incrementar produtividades e rendimentos físicos, ao iniciar a alteração do sistema produtivo com o alargamento e a modificação dos sistemas culturais tradicionalmente assentes no sequeiro, ao promoverem o desenvolvimento da agricultura e da região, ao aumentarem o emprego e as condições de vida, em suma, ao realizarem um conjunto vasto de investimentos de ordem económica e social, como bem salienta a nota introdutória do balanço apresentado aos dois mil delegados que se deslocaram a Évora vai para quinze dias, «os trabalhos rurais do Alentejo e do Ribatejo são credores do respeito, da admiração e do apoio do País».

Uma ainda que breve leitura desse balanço, do qual respigámos significativos excertos que a seguir deixamos ao cuidado do leitor, testemunha a justeza desta asserção.



ASPECTOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

A situação económico-financeira do conjunto das UCP's/Cooperativas em 1988 é analisada de seguida, de forma resumida, com base nos elementos contabilísticos de uma amostra de 101 unidades de produção, que cobriam praticamente 50% da área total da Reforma Agrária. A dimensão da amostra e a distribuição geográfica e características das unidades que a compõem garantem a validade estatística da informação obtida — o que, aliás, é confirmado pela grande consistência destes elementos com os divulgados nas Conferências anteriores.

Uma primeira leitura dos números apurados permite pôr, desde logo, em relevo que, apesar das condições em que tem trabalhado e da dimensão a que está reduzida, a Reforma Agrária continuou a movimentar importâncias de elevado montante. Refiram-se nomeadamente:

- as vendas de produtos, de va-

lor superior a 11,4 milhões de contos;

- as aquisições de bens e serviços (sem considerar propriamente investimentos) da ordem de 5,8 milhões de contos;

- as despesas com salários (e respectivos encargos) de 5,4 milhões de contos;

- as existências (gados, produtos, culturas em curso, etc.) com o valor contabilístico líquido de 7,9 milhões de contos.

- a rentabilidade global dos factores em 1988 traduziu-se por um valor muito próximo da unidade, ou seja, uma situação de equilíbrio

entre o valor bruto da produção e o respectivo custo total (o que em qualquer caso seria razoável face às condições muito desfavoráveis do ano agrícola);

- a produtividade monetária da terra (valor bruto da produção por unidade de área) ultrapassou 42 contos por hectare, portanto, em termos de valor real, ao nível dos últimos anos;

- o valor acrescentado bruto (contributo para o Produto Nacional Bruto) das UCP's/Cooperativas em 1988 foi de 7,2 milhões de contos, o que corresponde a 25,3 contos por hectare da área total; em termos de valor real, representa uma melhoria efectiva em relação aos anos anteriores.

- a estrutura do VAB (repartição pelos grandes grupos de rubricas que o compõem) pode exprimir-se por:

Salários	%
Autofinanciamento	75
Juros e rendas	23
	2
	100

A elevada proporção da quota-parte correspondente à força de trabalho (aliás, superior até às dos últimos anos) e um peso ainda significativo do autofinanciamento continuam a ser características das UCP's/Cooperativas;

- os indicadores de estrutura financeira também registaram valores dentro da ordem de grandeza e/ou da linha de tendência dos últimos anos.

Do conjunto de bens e valores patrimoniais que constituíam o activo das UCP's em 1988, as existências e imobilizações líquidas ascendiam a 78%. A «origem de fundos» baseava-se numa proporção de capitais próprios da ordem de 74%, o que, em grande parte, é devido à falta de investimentos e ao não acesso ao crédito.

Justificam-se, pois, os valores apurados para o índice de liquidez (ou capacidade de fazer face a compromissos imediatos e a curto prazo) de 1,18 e para o índice de solvência de 3,86, este último a significar que no fim de 1988 o património da Reforma Agrária tinha um valor superior em quase 4 vezes ao montante das suas responsabilidades.

Este parque de máquinas é uma realização da Reforma Agrária, pois o que resta do tempo dos agrários pode considerar-se irrelevante: de facto, apurou-se que, por exemplo, 85% dos tractores e 91% das ceifeiras foram adquiridos pelas UCP's/Cooperativas.

É de assinalar, pois, que além dos custos em infra-estruturas e equipamentos atrás referidos, as UCP's têm investido avultadas importâncias no estabelecimento e renovação do seu parque de máquinas. De referir ainda que, mesmo nos últimos anos, este esforço tem prosseguido — 20% dos tractores e ceifeiras existentes foram adquiridos desde 1985 — o que mais uma vez demonstra a vontade e determinação dos trabalhadores de levar à prática uma política de modernização da agricultura na Reforma Agrária.

Ao parque de máquinas das UCP's/Cooperativas no fim de 1988 correspondiam índices de mecanização de 6,5 tractores e 3,8 ceifeiras por cada 1000 hectares em poder dos trabalhadores, valores um pouco superiores aos registados nos últimos anos.

FORÇA DE TRABALHO

Uma das consequências mais gravosas da ofensiva contra a Reforma Agrária diz respeito, sem dúvida, ao sector do trabalho, designadamente no que se refere ao número de postos de trabalho, à garantia e estabilidade de emprego, às regalias sociais conquistadas, em suma, à qualidade de vida dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo — aspectos que ano após ano têm vindo a sofrer uma sistemática degradação.

Dos elementos apurados quanto à força de trabalho nas UCP's/Co-

operativas no fim de 1988, referem-se os seguintes:

	n.º	%	/1000 ha
Postos de trabalho permanente			
Homens	6390		
Mulheres	1090	8 080	28,4
Postos de trabalho eventuais			
Homens	650		
Mulheres	4390	5 040	17,6
Total de postos de trabalho			
	13 120	46,0	

SANHA DESTRUIDORA

Em 31 de Julho de 1989, a Reforma Agrária podia caracterizar-se, muito sinteticamente, pela existência de 225 UCP's/Cooperativas, com 236 000 hectares e de que dependem directamente cerca de 12 500 trabalhadores.

Esta situação resulta de uma ofensiva conduzida desde 1976, através de ilegalidades de toda a ordem, de acções repressivas, das mais diversas formas de asfixia económico-financeira, da maior discriminação em relação às outras empresas agrícolas, sempre com o objectivo de destruir a Reforma

Agrária e reconstituir nos campos do Sul as velhas formas de exploração latifundiária e capitalista.

Tais acções têm-se traduzido, nomeadamente, por redução das áreas e destruição de UCP's/Cooperativas e a inevitável perda de postos de trabalho. Prosseguindo as séries de dados divulgados nos Balanços das Conferências anteriores, com os que foram apurados para os anos de 1987, 1988 e 1989 (até 31 Julho) — destruição de 77 UCP's, roubo de 124 000 ha, liquidação de 4310 postos de trabalho desde a 11.ª Conferência — apresenta-se,

a seguir, um quadro resumo da evolução destes aspectos da ofensiva:

Em síntese, pode dizer-se que foram destruídas até 31 de Julho de 1989, 59% das UCP's/Cooperativas inicialmente criadas, foram roubados 79% dos 1 130 000 ha ocupados pelos trabalhadores, foram liquidados 83% dos 71 900 postos de trabalho de 1975 — o que é suficientemente esclarecedor da sanha destruidora desencadeada contra a Reforma Agrária.

Contudo, uma avaliação mais correcta desta ofensiva não poderá deixar de ser feita ainda a dois níveis: o económico-financeiro e o social.

Desde fins de 1986 (dados da 11.ª Conferência) a Dezembro de 1988, o valor dos roubos às UCP's/Cooperativas em investimentos, produtos entregues (e não pagos) e frutos pendentes, é estimado em 4,1 milhões de contos. Adicionando a esta importância os apuramentos respeitantes aos anos anteriores, encontra-se um valor total dos roubos praticados contra a Reforma Agrária superior a 21,7 milhões de contos, a preços correntes.

Se tivermos presente o longo período a que se referem estas dividas e considerarmos, à semelhança da análise feita nos Balanços anteriores, os juros respectivos, então o valor estimado para o total da dívida será acrescido de 24 milhões de

PRODUÇÃO

Produção agrícola

A redução da área em poder dos trabalhadores não pôde deixar de reflectir-se nas superfícies cultivadas pelas UCP's/Cooperativas, que totalizavam 76 830 ha no ano agrícola de 1987/88 e desceram ainda para 70 870 ha em 1988/89. De notar, porém, que estas áreas se referem apenas às culturas arvenses e não incluem as superfícies dedicadas às culturas arbóreas e arbustivas, que em 1988 representavam mais de 5950 ha.

Relacionando aquelas áreas com a superfície total da Reforma Agrária em 1987 e 1988, obtêm-se taxas de ocupação cultural de 23% e 25%, respectivamente. Estes valores, sendo ainda 3 vezes superiores aos que se registavam quando os trabalhadores ocuparam as terras, ficam no entanto bastante aquém das taxas que foi possível atingir em 1979 e 1980, da ordem de 34% e 36%.

As reduções verificadas nos últimos anos foram mais acentuadas nas áreas de sequeiro e, dentro destas, nas dos cereais praganosos; contudo, continua a registar-se uma tendência nítidamente crescente da área de oleaginosas (girassol). No total, as superfícies de sequeiro atingiram 69 300 ha e 64 610 ha em 1987 e 1988, respectivamente.

As áreas de regadio nos últimos anos têm acusado de forma menos sensível os efeitos da ofensiva con-

contos. Deste modo, a valorização em termos estritamente monetários da ofensiva contra a Reforma Agrária atinga no fim de 1988 um montante da ordem de 45,7 milhões de contos.

Para além dos números impressionantes que acabam de se apontar, importa salientar os reflexos desta ofensiva na economia agrícola do País. De facto, a análise das estatísticas relativas à evolução das produções e do emprego na área da ZIRA demonstra que a devolução sistemática das terras da Reforma Agrária aos «antigos senhores», nem contribuiu para o aumento da produção agrícola, nem se traduziu, muito pelo contrário, por qualquer melhoria dos índices do emprego.

É sabido que a nível social a Reforma Agrária conseguiu realizar importantes objectivos que se propunha, nomeadamente os de garantir emprego estável, permitir aos trabalhadores agrícolas auferir direitos e regalias já conquistados em outros sectores, melhorar o nível de vida, quer material, quer cultural, dos trabalhadores e das suas famílias. Ora a experiência vivida nestes anos tem demonstrado que, à medida que avança a destruição da Reforma Agrária e se reconstituem as antigas formas de exploração da terra, se assiste a uma continuada degradação da situação dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo.

Produção pecuária

Uma das linhas de produção em que mais se tem evidenciado as potencialidades da Reforma Agrária é, sem dúvida, a da pecuária.

Apesar do roubo de terras, da redução de áreas, da asfixia financeira e demais acções da ofensiva, o esforço de intensificação cultural levado a efeito tem permitido que os decréscimos dos efectivos pecuários sejam menos acentuados do que em outros sectores da actividade produtiva. Assim, no fim de 1988 o efectivo total correspondia a um encabeçamento, expresso em cabeças normais, de 16 CN por 100 ha, ou seja, um nível superior ao dos últimos anos e que representa mais do dobro do que se verificava antes da ocupação das terras.

Por espécies, apuraram-se os seguintes números:

Recorda-se que todas estas áreas não podem analisar-se sem ter presentes as constantes descidas da superfície da Reforma Agrária, resultado directo da ofensiva que esta tem sofrido: assim, os 227 ha de sequeiro e os 22 ha de regadio cultivados em 1988 por cada 1000 ha de superfície total das UCP's são números que se enquadram perfeitamente nos valores dos últimos 6 anos.

A estrutura da produção (distribuição percentual da área cultivada por grupos de cultura) em 1987/1988 e 1988/89 não se afasta da verificada nos últimos anos e exprime-se pelo seguintes números:

Espécie	Cabeças n.º	Encabeçamento n.º/100
Cereais	58	
Forragens de sequeiro	22	
Outras culturas de sequeiro	10	
Regadio	10	
	100	

As menores produções obtidas nas UCP's/Cooperativas em 1988 são uma consequência, não só do prosseguimento da ofensiva contra a Reforma Agrária, mas também das condições climáticas muito desfavoráveis que, aliás, afectaram a agricultura do País, em geral.

Contudo, com base nas estimativas do Instituto Nacional de Estatística e nos inquéritos anuais às UCP's/Cooperativas, verifica-se que em 1988 continuava a caber ainda à Reforma Agrária apreciável quota-parte das principais produções do País, nomeadamente, de trigo (8,1%), cevada (12,4%), aveia (11,5%), arroz (12,8%) e tabaco (21%).

É evidente que estes números ganhariam outra expressão se a comparação fosse feita não com o conjunto do País, mas com a região Sul, fortemente marcada pelo latifúndio e onde mais directamente se insere a Reforma Agrária.

Apesar das condições altamente desfavoráveis, e mesmo hostis, em que as UCP's/Cooperativas desenvolvem a sua actividade, o potencial produtivo que a Reforma Agrária representa deve também avaliar-se através dos rendimentos unitários das principais culturas. A este respeito, o que se verifica é que em 1988 os rendimentos médios conseguidos na Reforma Agrária foram ainda, em regra, superiores aos apurados para o País (Boletins do INE):

CULTURA	PAÍS Kg/ha	RA Kg/ha
Trigo	1 370	1 420
Cevada	623	670
Aveia	434	516
Girassol	672 (a)	710
Arroz	4 650	5 020
Milho regadio	(b)	6 196
Tomate	28 031	22 200
Tabaco	1 847	1 963

(a) Ano de 1987 (INE)
(b) A Estatística Agrícola considera o milho de regadio em conjunto com o de sequeiro

EFFECTIVO PECUÁRIO EM 1988

Espécie	Cabeças n.º	Encabeçamento n.º/100
Bovinos	28 500	10
Ovinos	148 900	52
Caprinos	9 600	3
Suínos	24 400	9

As produções geradas por este efectivo tem inevitavelmente continuado a descer. Contudo, em 1988 ainda se atingiram as seguintes produções:

— Em cabeças de gado	
Bovinos	12 760
Ovinos e Caprinos	89 070
Suínos	76 990
— Em outros produtos	
Leite (1000 litros)	6 540
Queijo (unidades)	13 000
Lã (arrobos)	36 600

Valor Bruto de Produção

O valor Bruto da Produção gerada nas UCP's/Cooperativas em 1988 foi cerca de 13 milhões de contos, o que corresponde, portanto, a 46 contos por hectare em poder dos trabalhadores.

A estrutura deste produto mantém-se, no essencial, semelhante à dos últimos anos, com uma distribuição por sectores da seguinte ordem:

	%
Produção pecuária	28,8
Produção florestal	23,2
Culturas arvenses de sequeiro	24,2
Culturas arbóreas e arbustivas	4,4
Culturas arvenses de regadio	19,4
	100,0

De notar que uma componente importante do produto gerado nas UCP's, relativa ao sector florestal, não reverte, de facto, a favor dos trabalhadores: dos 2,4 milhões de contos em que foi avaliada a cortiça extraída na Reforma Agrária, apenas 7% veio a ser recebida pelas UCP's/Cooperativas. ■

INVESTIMENTO

Os custos dos melhoramentos fundiários e construções realizados pelas UCP's/Cooperativas em 1988 correspondem a um investimento superior a 305 000 contos, com a seguinte distribuição:

Captações de água — 25 construções e 1 obra de reparação, em que se dispenderam 13 100 contos;

Desbravamentos, despedregas e enlutos — em 53 UCP's beneficiados 6600 ha, com um custo de 65 900 contos;

Instalações para gados — 13 construções e 11 reparações, cujo custo foi de 27 600 contos;

Instalações para máquinas — 11 construções e 2 reparações, com um dispêndio de 69 200 contos;

Armazéns — 10 construções e 3 reparações, em que foram gastos 51 100 contos;

Oficinas, instalações tecnológicas e electrificações — 13 construções e 1 reparação, com um custo de 61 600 contos;

Equipamentos sociais — 14 construções e 8 grandes reparações, em que se investiram 17 100 contos.

Considerando os valores apresentados nos Balanços das Confe-

rências anteriores, pode concluir-se que os investimentos em infra-estruturas e equipamentos sociais levados a efeito pelas UCP's/Cooperativas desde o início da Reforma Agrária totalizam cerca de 4,5 milhões de contos, a preços correntes. A actualização desta importância, com base na tabela de coeficientes da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, conduz a um valor de 21,3 milhões de contos.

Parque de máquinas

No fim de 1988, o parque de máquinas das UCP's/Cooperativas era constituído por (em número de unidades):

Tractores	1840
Máquinas de colheita	1090
Reboques	1070
Camións	250
Motores	1190
Alfaís e máquinas diversas	6220

De acordo com o levantamento a que se procedeu, a quase totalidade

Conferência internacional: Marinha Grande e Coima em foco

O vidro tem história

A Conferência Internacional Sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro, que teve lugar em Lisboa, no Barreiro e na Marinha Grande, de 17 a 23 de Setembro, incluiu a realização de diversas visitas guiadas e a apresentação de 19 comunicações. É provável que a publicação das actas contenha 21 textos de diversos especialistas europeus e um americano. A última sessão de trabalhos decorreu no Teatro Stephens, na Marinha Grande, onde foram apresentadas as conclusões da iniciativa, que justamente lamentou o silêncio e a inércia das entidades oficiais face à concretização do Museu do Vidro.

Durante as visitas guiadas, observaram-se diversos exemplos do património industrial português, destacando-se particularmente duas estações arqueológicas (Coima e Pedreanes) de primordial importância e várias empresas vidreiras que importa aqui destacar: Covina, Fábrica-Escola Irmãos Stephens, Manuel Pereira Roldão e Filhos, Ivima, Santos Barosa — Vidros S.A., Crisal Automática, Dâmaso Luís dos Santos & Herd., Crisal Atlantis de Alcobaca, Vidreira do Mondego, Centro Vidreiro do Norte de Portugal, Barbosa e Almeida. Durante estas visitas, os congressistas tiveram oportunidade de ver a situação da indústria vidreira no nosso país, de conhecer a sua evolução histórica e apreciar as possibilidades que se oferecem no futuro às empresas nacionais.

Estudaram-se também casos de salvaguarda e recuperação do património industrial, em especial no campo da arqueologia, dos bens móveis e de alguns aspectos das estruturas físicas construídas.

Durante as comunicações, foram analisados diversos aspectos da história do vidro na Alta Normandia, na Boémia, nas Astúrias e na Marinha Grande.

Abordaram-se os últimos resultados das escavações de Coima, verificando-se que eles constituem uma fonte fundamental de referência para o estudo da história vidreira portuguesa. Estes resultados foram corroborados pela observação das estruturas já escavadas e da exposição patente no Barreiro.

da América e Saxónia. Verificou-se que era fundamental estudar com mais precisão os problemas do combustível mineral, assim como as suas relações com a mineração.

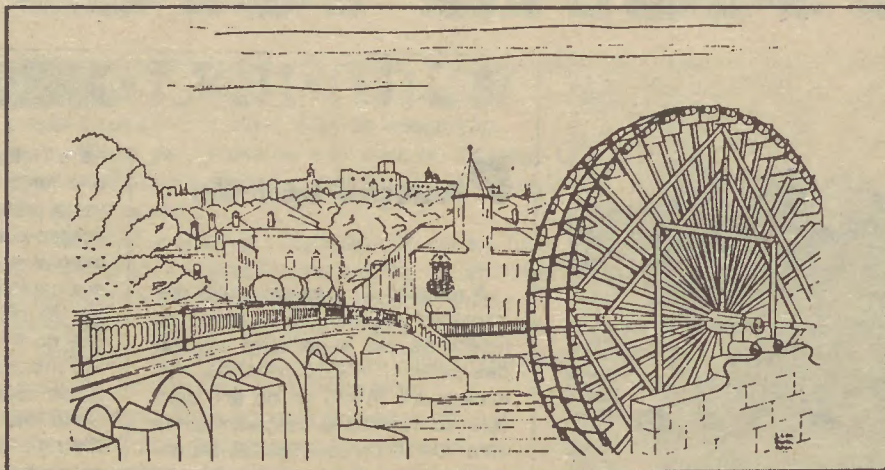
Estudaram-se também problemas da investigação, conservação e restauro do vidro, tendo ocorrido uma comunicação que abordou especificamente o vidro arqueológico em Tomar, outra a colecção de vidros do Museu da Cidade de Lisboa e outra ainda a colecção da fábrica de vidros de Thouvenin.

Verificou-se também a necessidade de se proceder ao estudo das genealogias dos mestres vidreiros, devendo salvaguardar-se sistematicamente as genealogias escritas, as listas e os ficheiros dos operários, a memória oral, os registos epigráficos, que deverão ser confrontados com os registos paroquiais e notariais.

Analisaram-se problemas referentes à cultura profissional dos vidreiros, à comunicação entre eles, ao ambiente social do processo industrial. O objectivo insere-se na defesa do «savoir faire» que é a base essencial da transmissão das técnicas.

Verificou-se que os órgãos públicos deverão ter cuidado na manutenção do «status» da cultura técnica dos actuais oficiais vidreiros, de modo a perpetuar a arte e a técnica que lhes está subjacente, como sublinham as conclusões apresentadas no Teatro Stephens.

Finalmente, caminhou-se para o estudo monográfico de algumas empresas, sobretudo da Marinha Grande, entre as quais se deve referir a Santos Barosa — Vidros S.A. e a Manuel Pereira Roldão & Filhos.



Arte Antiga, as Câmaras Municipais do Barreiro e da Marinha Grande, a Fábrica-Escola Irmãos Stephens e a comissão local da Conferência, levaram a cabo três exposições patentes ao público e cujo impacto foi bastante positivo entre os participantes e os visitantes.

O secretariado coordenador — ainda segundo as conclusões — pensa que se impõe promover os estudos sobre história, tecnologia e arqueologia industrial do vidro, não só em Portugal como no resto do mundo, pelo que procurará efectuar contactos com os representantes nacionais do TICCIIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) com museus do vidro e com especialistas, no sentido de promover o estudo do vidro a nível mundial. Os estudos da história do vidro deverão também desenvolver-se com maior celeridade no nosso país, devendo contar com apoios financeiros e técnicos.

Pensa ainda o secretariado coordenador (Jorge Custódio, Luísa Santos) que os estudos desta matéria no estrangeiro carecem de maior conhecimento das realidades portuguesas e peninsulares, sendo necessário por isso que os trabalhos de investigação tenham em conta as aquisições científicas dos países periféricos.

Considera-se também que as empresas vidreiras deverão ter maior cuidado na preservação das suas memórias (técnica, histórica, social, dos produtos), pois só essa memória é meio eficaz para a sua inserção cultural e desenvolvimento das suas capacidades no futuro.

Verificou-se ainda que a forma de ligação entre a cultura técnica ligada ao vidro e a realidade social e económica deverá ser feita preferencialmente tendo em conta o apoio das empresas vidreiras e das estruturas sindicais, congratulando-se esta Conferência e a APAI por ter, entre os presentes, representantes das empresas e dos sindicatos.

Turismo cultural

Tendo em conta que o desenvolvimento da indústria é um facto conjuntural e que a cultura é um facto perene, o secretariado coordenador

Transferência tecnológica

O ponto alto das discussões científicas deu-se na análise dos problemas de transferência tecnológica, tecnologias, organização do trabalho e problemas do combustível em regiões como o Norte da França, Ravenhead, Noruega, Estados Unidos

Três exposições

Durante os trabalhos da Conferência, a APAI-Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e o secretariado organizador, em colaboração com o Museu Nacional de



Marinha Grande: o vidreiro presente: no passado, no presente e no futuro



O operário vidreiro, uma arte e uma técnica com um percurso histórico e uma memória que urge defender e valorizar. Na foto: um vidreiro em acção na Festa do Avante!, no mês passado, em Loures

O alheamento do Governo...

Apesar do seu valor e interesse de âmbito cultural e científico, a Conferência Internacional sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro não mereceu das entidades oficiais o apoio que lhe era devido.

A iniciativa, com participação de diversos especialistas nacionais e estrangeiros, acabou por avançar apenas com os patrocínios e apoios de empresas e autarquias, com a Secretaria de Estado da Cultura e respectivos departamentos a alhearem-se escandalosamente da Conferência. Para onde caminha a «política cultural» do Governo cavaquista?

solicita a criação de um projecto de turismo cultural que envolva circuitos do vidro na Marinha Grande e noutras regiões do país.

Não tendo sido recebida qualquer comunicação oficial sobre o problema da criação do Museu da Indústria Vidreira, o secretariado coordenador deplora tal facto perante as condições objectivas e subjectivas que estão criadas para a institucionalização do referido museu. Solicita às empresas vidreiras, aos sindicatos e à Câmara Municipal da Marinha Grande que encontrem uma so-

lução alternativa para a concretização do referido museu de modo a preservar, investigar e divulgar, a nível nacional e internacional, as técnicas e os produtos da indústria vidreira nacional. Solicita também à Câmara Municipal do Barreiro que tome medidas eficazes para a protecção, conservação e valorização do campo arqueológico de Coima, onde se encerram vestígios de grande significado internacional, como já foi reconhecido pelos congressistas, nomeadamente pela equipa do Ministério da Cultura francês. ■

Pólos de desenvolvimento económico, existem várias empresas vidreiras da Marinha Grande que constituem, como alertou a Conferência Internacional de Setembro, valiosos elementos do património, com inegável importância histórica, cultural e estética



CIVE

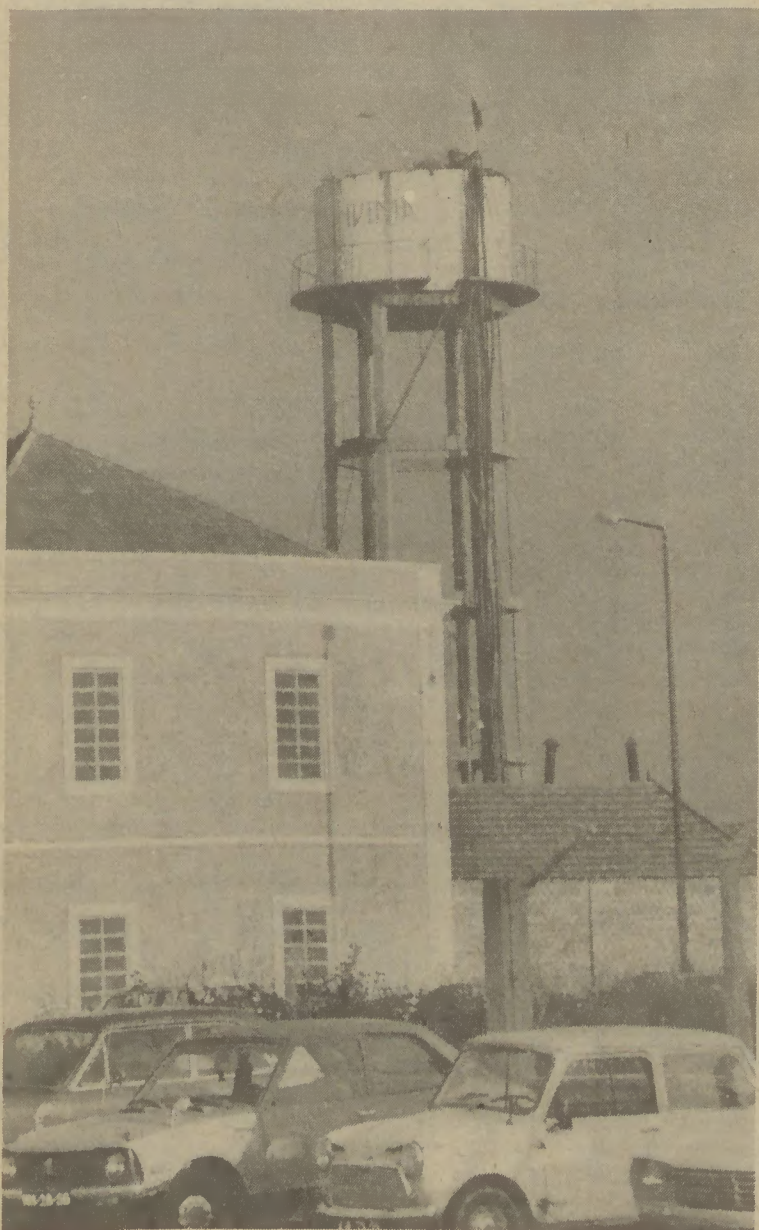


Crisal (Alcobaça)



FEIS

Áustria, Bélgica, Canadá, RFA, Finlândia, França, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Inglaterra e Estados Unidos da América foram os países representados na Conferência Internacional sobre História, Tecnologia e Arqueologia Industrial do Vidro, realizada no nosso país entre 17 e 23 de Setembro. Do vasto e diversificado programa fez parte uma reunião das delegações da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e da Asociación de Arqueología Industrial y de la Obra Pública de España, com vista à organização das 1.ª Jornadas Ibéricas do Património Industrial a realizar em Sevilha, em Junho de 1990, entre outras iniciativas



Ivima

Propostas objectivas

• APAI entrega Roteiro das Fábricas de Vidro da Marinha Grande

1. Para que a Câmara Municipal da Marinha Grande preserve nas melhores condições físicas e de acessibilidade o Arquivo Municipal, em especial o arquivo de obras, fundamental para o conhecimento das instalações vidreiras da Marinha Grande.

2. Para que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal da Marinha Grande aprovem a atribuição do nome de John Beare a uma das ruas ou praças da cidade.

3. Resolveu-se ainda solicitar à Câmara Municipal e às empresas vidreiras para que encetem um conjunto de reuniões com o objectivo de materializarem acordos eficazes para a preservação, recuperação e reutilização museológica do espaço da antiga Fábrica Lusitana (conhecida por «Angolana»). O secretariado coordenador da Conferência entende que aquele espaço, após restaurado, poderá constituir um dos pólos fundamentais para a recolha, conservação e estudo do vidro em Portugal. Aconselham-se as seguintes medidas cautelares transitórias:

- Continuação da limpeza e outras áreas ainda não tratadas da antiga fábrica;
- Estudo arqueológico do conjunto fabril;
- Salvaguarda das estruturas mais ameaçadas;

• Transferência dos serviços de inventário e conservação de peças que laboram nos estaleiros da Câmara para aquele local, com o objectivo de dar uma utilização ao espaço.

4. A APAI — Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial — procederá à entrega formal do Roteiro das Fábricas de Vidro da Marinha Grande, avançando desde já que entre o roteiro e a realidade se deverá estabelecer uma correspondência própria em que a autarquia deverá ter um

papel fundamental pela defesa dos valores culturais e técnicos que estão subjacentes àquele roteiro, sendo necessário para o efeito que haja uma identificação cultural entre a comunidade e os bens culturais (imóveis, móveis, salvaguardados ou a salvaguardar), de modo a tornar viável um projecto de visitas turístico-culturais à sede do concelho. Estão entre estes bens a arquitectura de certas fábricas, as antigas habitações sociais, casas de proprietários e dos operários.

5. Entende o secretariado coordenador que se impõe desde já a defesa do conjunto monumental da Ivima, sem no entanto querer isto significar que se ponham entraves à solução dos seus problemas. Para tal, os futuros compradores deverão ter em atenção as possibilidades de aproveitamento e reutilização do conjunto monumental sem afectar a sua imagem estética que é um valor cultural de grande significado na estrutura urbana da Marinha Grande.

6. Verificou-se também que deverá haver cuidado no tratamento estético das próprias unidades fabris, pois funcionalidade não é contrária a estética, valorizando-se assim as próprias empresas e os cidadãos que usufruem a paisagem.

7. Considerando que sob a actual Fábrica-Escola Irmãos Stephens jazem as ruínas da velha fábrica do irlandês John Beare propõe-se que seja delimitado, mediante observações a realizar, o referido espaço arqueológico; por outro lado, uma vez que ainda são visíveis paredes e restos de edifícios dessa época, propõe-se que, para qualquer reparação ou construção nessas áreas, a administração da fábrica submeta sempre os projectos à apreciação prévia de entidades como o IPPC e a APAI, para que não resultem danos irreparáveis no referido núcleo arqueológico da velha Fábrica de Beare, que urge delimitar. ■

Uma beleza

Desde que Beleza entrou para o Ministério que as pessoas se queixam. Queixam-se de que a saúde lhes desaparece. Que os hospitais desaparecem. Que as maternidades desaparecem. Que lhes desaparece o dinheiro dos bolsos quando compram medicamentos ou quando têm de pagar taxa. Que desaparecerem mesmo alguns edifícios. Os médicos também se têm queixado de alguns desaparecimentos. São as perspectivas de carreiras que se somem, são as condições de trabalho que em vez de começarem a aparecer levam sumiço. Depois vieram os inquéritos. E a própria Beleza, durante alguns meses, desapareceu da televisão onde botava sentenças diariamente. Mas como os escândalos persistiam e, afinal, a maioria não conseguiu fazer desaparecer o inquérito nem apagar os escândalos, lá veio de novo Beleza para a ribalta.

Ninguém se espantou, quando, no outro dia, ela disse à Comissão Parlamentar, que lhe tinham desaparecido uns papéis justificativos da sua bela gerência. É que tudo tem tendência a desaparecer, com esta ministra.

Vampirismo?

Já dizia o cantor que eles vinham e comiam tudo. Durante uns tempos, com a Revolução, os vampiros de antes ficaram a dieta, tiveram de comer o que toda a gente come e alguns provaram mesmo o pão que o diabo amassou. Mas voltaram. Às gerências, aos ministérios, aos latifúndios. E a algumas autarquias. Coitados de alguns — eles não se perdoam uns aos outros e não mordem apenas na febra do trabalhador — são esfacelados pelos parceiros de ontem. É o caso de Abecasis. Até o Freitas — o da dentuça feroz

Pontos Cardeais

— agora o abandona e o fere. Quanto mais o PSD, e o PPM, desejosos de se verem livres da imagem vampíresca aos olhos do povo. Não é de admirar que, assim ferido, Abecasis tenha usado de uma linguagem dracônica ao comentar há dias: «Tenham cuidado comigo. Primeiro que tudo certifiquem-se de que o caixão de defunto em que pretendem enfiar-me já foi soldado. Senão, tenham cuidado comigo»... E mais disse (agitando uma negra capa?): «Nunca até agora alguém foi capaz de adivinhar por onde vou sair»... Oxalá ele se engane. E venha cá para fora num dia de sol.

A disputa da sucessão

A provar que o entendimento — qualquer que seja — de democratas provoca sempre grandes aflições a quem se situa do lado direito da política, o doutor Lucas Pires desceu da Europa do seu contentamento e encheu uma página semanária espantando-se porque «curiosamente, é em tempos de estabilidade e alguma despolitização que as eleições locais parecem assumir maior dimensão de luta política nacional». E acrescenta, para que fique mais claro o motivo das suas preocupações: «Sobretudo, em Lisboa». Pois... Pelo tom óbvio que dá a afirmações que não estão lá muito de acordo com o que se vai passando no País, vê-se que, atento a outras questões, o doutor Lucas não tem passado muito cartucho à coisa nacional.

Se não fosse assim, como se poderia entender que, nesta altura do campeonato, viesse o doutor — aquele senhor das barbas que estava no cartaz da festa de Carnaval, lambram-se, por altura das eleições de Junho, as tais em que o CDS só perdeu um deputado — afirmar, preto no branco e com as letras todas, que Jorge Sampaio e Marcelo Rebelo de Sousa «querem honrar a sucessão do homem que esteve à frente dos destinos da capital durante a última década» — Nuno Abecasis, claro?! Pelo que veio a público, até o patrão lá do partido, o professor Freitas, entrou nesta disputa da sucessão. E de tal forma o fez, que o engenheiro parece que ainda tem uma dor no sítio onde levou o pontapé.

O primeiro cão

Hoje em dia todas as desculpas são boas para falar de gente célebre. Também não é nada de admirar, com tanta informação que anda para aí, sobre tudo e mais alguma coisa, se não aproveitam os pretextos todos para falar dessas pessoas famosas elas ainda deixam de o ser. Nos Estados Unidos, pelo que contam e pelo que nos mostram, a coisa é mesmo a valer. A revista do «Correio da Manhã» — que, por muito que se esforce, não pode sobreviver só com as celebridades cá do burgo — achou que seria interessante informar os portugueses que a lêem (ou vêem...) do seguinte: «Primeira dama dos EUA e o seu cão «Millie» visitaram reformados». Isto era em título. Depois vinham os pormenores: «A primeira dama norte-americana Barbara Bush e o seu cão Millie visitaram recentemente o «Circle Manor Nursing Home» em Kensington, Maryland, tendo cumprimentado os seus residentes e juntado a um grupo de canto coral». Deve ter sido uma coisa nunca vista!

Gazetilha

por Ignotus Sum

Leilão

GRANDE LEILÃO
QUASE DE GRAÇA!

É a Nação
que vai à praça
a quem mais dê
nesta emergência.
Naco a naco
TRATA NA AGÊNCIA
PSD
PREGOEIRO CAVACO.

A dúvida...

Empresários privados
dizem como é:
vão ser beneficiados
com os fundos da CEE...

As dúvidas, a esmo,
já saltam dos armários:
são os empresários mesmo
ou são... dinossáurios?...

Quer melhor imagem!

Sim, senhor.
É preciso coragem.
Cadilhe quer melhor
a sua imagem...

Não sei o que em si traz
que tanto a alma lhe pica.
Quanto mais ele faz
pior fica...

Tragicomédia

Seja o que for o que um ministro faça
(e dia a dia a peste é mais daninha)
seja a pior desgraça
Cavaco acha tudo uma gracinha...

Por isso ele ao falar
por uma estranha mágica
tem sempre o ar
de uma anedota trágica...

A ilegalidade...

Continuamente
em várias ocasiões
salta da toca do antigamente
muita gente
a exigir indemnizações...

Dizem que afinal
o 25 de Abril foi ilegal...

Pois foi. E desse jeito
vestidos de burel, e de chinelo
devia o povo sim e com respeito,
ter pedido a assinatura do Marcelo...

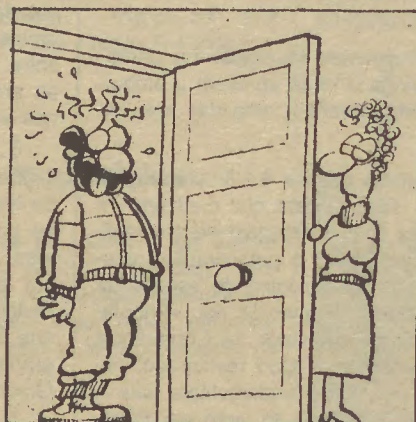
Mas este povo, por mais que se escreva,
de legalidades não percebe peva...

Os verbos

Chegou agora
chegou depressa
chegou a hora
das promessas sem pés nem cabeça...

Governo naufragou
perdeu o pé
agora até
promete... o que tirou.

A hora chegou
de conjugar os versos mais correntes.
Diz o governo — Eu dou...
Diz o povo: Tu mentes...



Agenda

Avante!

Ano 59 — Série VII
N.º 825

19 de Outubro e 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Encontros Concelhios da CDU

para apresentação de listas
e discussão de programas
e intervenção na campanha eleitoral

- **ELVAS** — sábado às 15 horas na Biblioteca Municipal
- **SINTRA** — domingo às 15 horas nos Bombeiros do Cacém
- **LOURES** — domingo às 15 horas na coop. «A Sacavenense»

Quinta 19

• SINTRA

Plenário de militantes do Partido da freguesia de **Pero Pinheiro** — às 21 horas, no Centro de Trabalho de Fação.

Reunião de candidatos da lista PCP-PEV à freguesia de **Rio de Mouro** — às 21 horas no CT do PCP.

• V. FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes da freguesia de **Alverca do Ribatejo**, células da **MAGUE** e da **OGMA** sobre as próximas eleições, com apresentação da lista PCP-PEV à Assembleia de Freguesia — às 21.30, na Casa da Juventude e da Cultura de Alverca, com a participação do camarada **José Casanova**.

Sexta 20

• BARREIRO

Sessão de esclarecimento com o camarada **Álvaro Cunhal** sobre as eleições autárquicas e a situação política e social. Às 21.30, nos Penicheiros.

apresentação de linhas programáticas e listas aos órgãos autárquicos de todo o concelho, sob o lema «O Progresso de Sintra é possível/CDU é o futuro». A partir das 15 horas, nos Bombeiros Voluntários do Cacém, com a participação dos camaradas **Lino Paulo**, candidato à presidência da Câmara, e **José Casanova**.

• SEIXAL

Almoço promovido pela CDU com a participação dos cabeças de lista concorrentes aos órgãos autárquicos do concelho e de empresários da região. No Hotel Orion, em Fernão Ferro.

• CASCAIS

Sessão pública da CDU em **Alcabideche** para apresentação dos candidatos à Assembleia de Freguesia — às 15 horas, no Salão dos

Bombeiros, com a participação de **Vitor Silva**, candidato à presidência Municipal de Cascais.

• LOURES

Encontro concehio de activistas e apoiantes da CDU para apresentação de listas e linhas programáticas e propostas de intervenção na campanha eleitoral — a partir das 15 horas na cooperativa «A Sacavenense».

De manhã, para participantes e jornalistas, visita ao concelho.

Quarta 25

• LISBOA

A **Lisboa que trabalha** — encontro promovido pela USL sobre condições de trabalho e qualidade

de vida na cidade, com a participação das direcções dos trabalhadores em em-

presa, com o objectivo de aprofundar os pontos de vista do movimento sindical

unitário sobre a política a defender ou a reclamar da Câmara a eleger em De-

zembro. Na Casa do Alentejo, a partir das 10 horas.

Sessões
de esclarecimento
com
Álvaro Cunhal

«O PCP E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS»

- **BARREIRO** — Sexta às 21.30 nos Penicheiros
- **LISBOA** — Sábado às 17 horas na Esc. Prim. 187 (Chelas)

ANTOLOGIA



MARTIN, José Luís, Espanha in «No estás em forma, QUICO» — Edições Planeta — Barcelona 1984

• ALCOCHETE

Reunião da CDU com colectividades de Cultura, Desporto e Recreio para elaboração do programa eleitoral nessas áreas. Às 21 horas na sala da Junta de Freguesia.

• LOURES

Plenário de militantes de **Unhos**, às 21 horas, na delegação da Junta de Freguesia de Catujal.

Plenário de activistas da CDU da freguesia de **Sacavém** — no Centro de Trabalho do PCP, às 21.30.

Sábado 21

• LOURES

Plenário de militantes de **Camarate** — às 15 horas no Centro de Trabalho do PCP.

• OEIRAS

Reunião pública da CDU da freguesia de **Porto Salvo** — às 21.30 na Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo.

• ELVAS

Encontro concehio da CDU sobre as próximas eleições autárquicas — na Biblioteca Municipal a partir das 15 horas.

• LISBOA

Sessão de esclarecimento com o camarada **Álvaro Cunhal** — às 17 horas, na Escola Primária n.º 187 — Zona I / Chelas (na R. Tomás Alcaide, junto às Finanças). Às 16 horas espectáculo com o conjunto de MPP «Terra Viva».

• MONTIJO

Sessão pública para apresentação dos candidatos da CDU — às 15 horas, no antigo quartel dos bombeiros.

Domingo 22

• SINTRA

Encontro concehio da CDU para



«Por Lisboa» visita no sábado bairros de Lisboa

- Campo de Ourique — visita ao Mercado — 10h
- Sta. Engrácia — porta-a-porta no Bairro das Comendadeiras — 15h
- Penha de França — porta-a-porta no Alto da Eira e Quinta dos Peixinhos — 15h
- Marvila — Quinta do Marquês de Abrantes e Quinta da Montanha — 10h
- Beato — Quinta do Ourives e Vila Dias — 9.30h
- Prazeres — 9.30h
- Ajuda — 9h
- Alcântara — 10h

TV O Programa

Quinta

RTP1

9.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Amor com Amor se Paga (59.º epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Um Anjo na Terra (15.º epis.)
14.15 - Chuva na Areia (47.º e 48.º epis.)
15.15 - A Descoberta da Vida Selvagem (6.º e últ. prog.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - O Hospital Central (24.º epis.)
17.25 - Brinca Brincando
18.20 - Guilherme Tell (24.º e últ. epis.)
18.50 - Jogo de Cartas (concurso, 19.ª sessão)
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Sassaricando (151.º epis.)
21.20 - Miss Macau 1989
23.00 - 24 Horas
23.30 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas (326.º epis.)
15.25 - Agora Escolha (McCloud e Perry Mason)
16.55 - O Rapaz do Campo (2.º epis.)
17.20 - Trinta Minutos Com... Dr. Francisco Figueira
17.50 - Pacto de Sangue (3.º epis.)



18.25 - Anna (1.º epis.)
19.20 - O Reverso da Medalha (16.º epis.)
20.20 - Magazine Musical
20.45 - Obras-Primas da Pintura
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Maude
21.55 - Sinais do Tempo
23.00 - Hitchcock Apresenta...
23.25 - Especial Desporto: Campeonato do mundo de ginástica artística (em diferido)

Sexta

RTP1

9.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Amor com Amor se Paga

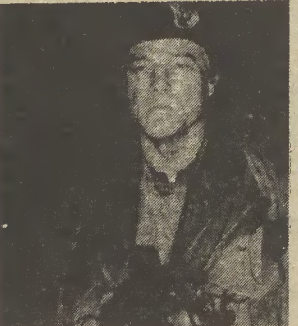
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Gloss (19.º epis.)
14.15 - Chuva na Areia
15.00 - Com Edmund Hillary nos Himalaias (1.º prog.)
15.45 - Ponto por Ponto
16.40 - O Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.20 - Face a Face
18.50 - Os Espectaculares Recordes Guinness
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Sassaricando
21.05 - Missão Impossível (5.º epis.)
22.05 - Telemundo
22.35 - Chefe, mas pouco (14.º epis.)
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate



23.45 - Pela Noite Dentro «A Morte do Melhor Amigo», real. Karen Arthur (EUA/1987, 92 min.)

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora Escolha (Devlin Connection e Vingadores)
16.55 - 3, 2, 1 Contact (4.º epis.)
17.25 - Trinta Minutos Com...
17.50 - Pacto de Sangue
18.25 - Haja Música
19.30 - O Reverso da Medalha
20.25 - As Cidades e as Terras
20.45 - Obras-Primas da Pintura
21.00 - Jornal das Nove



21.30 - À Beira do Fim (2.º epis.)
22.20 - Acerto de Contas
22.50 - A Era Nuclear (5.º epis.)
23.50 - Rotações

Sábado

RTP1

9.00 - Juventude e Família
12.00 - Histórias de Ópera (1.º prog.)
13.00 - Notícias

13.10 - Oito e Basta
14.05 - Parlamento
14.30 - Crime, Disse Ela
15.15 - Cousteau - A Redescoberta do Planeta



16.20 - Sessão da Tarde «Dinheiro para os Bons», real. Bill Persky (EUA/1983, 91 min)

18.00 - Vivamúsica
18.45 - O Ser e o Não Ser
19.10 - Sete Folhas
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.15 - Boletim Meteorológico



21.30 - Fados («Luísa e os Outros», real. Alfredo Tropa)
22.55 - Pisca, Pisca
23.30 - Cinema da Meia-Noite: «Nova Iorque 1997», real. John Carpenter (EUA/1981, 98 min)

RTP2

9.00 - Especial Desporto
10.00 - TV 101
10.50 - A Aventura do Impossível
12.00 - Compacto «Amor com Amor se Paga»
16.00 - Estádio
19.30 - Music Box Especial (Prince - Night Flight)
20.25 - O Incrível Mr. Pye (1.º epis.)
21.15 - Estádio

Domingo

RTP1

9.00 - Juventude e Família
9.45 - Os 900 Anos da Catedral de Braga
11.00 - 70x7

11.30 - TV Rural
12.00 - Juventude e Família
13.00 - Notícias
13.10 - The Last Sailors (1.º epis.)
14.05 - Primeira Matiné: «O Sexto Homem» (real. John Sturges, EUA/1956, 81 min)
15.40 - «As Noivas do Papá» (real. Vincent Minnelli, EUA/1962, 114 min)
17.40 - Ricardina e Marta
18.50 - McGyver (2.º epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Dear John
21.10 - Depois da Guerra
22.10 - Domingo Desportivo

RTP2

9.00 - Music Box Especial
10.00 - Troféu
13.00 - Caminhos
13.30 - Novos Horizontes
14.00 - Veterinário de Província
15.00 - Troféu
17.00 - Sobrevivência
17.55 - Quem Sai aos Seus
18.20 - Imagem e Imagens
18.45 - Café Central
19.45 - Os Trintões
20.40 - Artes e Letras: Arthur Miller



21.55 - Cineclube «Atrás do Espelho», real. Nicholas Ray (EUA/1956, 92 min.)

Segunda

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Amor com Amor se Paga
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - A Rota de Howard
14.15 - Chuva na Areia
15.10 - Com Edmund Hillary nos Himalaias
15.45 - Ponto por Ponto
16.45 - O Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Bairros Populares de Lisboa - Madragoa
18.50 - Jogo de Cartas (concurso)
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Sassaricando
21.05 - Ladrões na Noite (série, 1.º epis.)
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora Escolha
16.55 - Os Cinco
17.25 - Trinta Minutos Com...



18.00 - Pacto de Sangue
19.00 - A Jangada da Aventura
19.30 - O Reverso da Medalha
20.30 - A Ilha do Tesouro
20.45 - Obras Primas da Pintura
21.00 - Jornal da Nove
21.30 - Ópera - «Andrea Chenier», de Puggelli. Coro e orquestra do Teatro La Scala, cantores solistas José Carreras e Eva Marton, entre outros.

Terça

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Amor com Amor se Paga



Filmes

«Hitchcock Apresenta», 5.ª, 23.00 RTP-2
«A Morte do Melhor Amigo» 6.ª, 23.45, RTP-1
«Dinheiro para os Bons» sáb., 16.20, RTP-1
«Luísa e os Outros», sáb., 21.30, RTP-1
«Nova Iorque 1997» sáb., 23.50, RTP-1
«O Sexto Homem», dom., 14.05, RTP-1
«As Noivas do Papá» dom., 15.40, RTP-1
«Atrás do Espelho» dom., 21.30, RTP-2
«Paradigma» 3.ª, 21.30, RTP-2
«Fanny» 4.ª, 21.20, RTP-1

Música

Quinta
20.20, RTP-2: Magazine Musical
Sexta
18.25, RTP-2: Haja música
Sábado
12.00, RTP-1 Histórias da Ópera
18.00, RTP-1: Vivamúsica
19.30, RTP-2: Music Box Especial: Prince
Domingo
09.00, RTP-2: Music Box Especial
Terça
19.00, RTP-2 Music Box «Via Rápida»
Quarta
22.05, RTP-2: Música na América

Ópera

Segunda
21.30, RTP-2: «Andrea Chenier», de Puggelli, coro e orquestra do Teatro La Scala

Desporto

Remate - RTP-1, 5.ª (23.30), 6.ª (23.35), 2.ª (23.35), 3.ª (23.35) e 4.ª (23.40).
Especial Campeonato do Mundo de Ginástica Artística - RTP-2, 5.ª, 23.25
Rotações - RTP-2, 6.ª, 23.50
Especial - RTP-2, sáb., 09.00
Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.15
Troféu - RTP-2, dom. 10.00 e 15.00
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.10

13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Dallas
14.15 - Chuva na Areia
15.15 - Com Edmund Hillary nos Himalaias
15.45 - Ponto por Ponto
16.45 - O Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Bairros Populares de Lisboa - Amoreiras
18.50 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Sassaricando
21.05 - Primeira Página
22.05 - Crónica do Crime
23.05 - 24 Horas
23.35 - Remate

RTP2

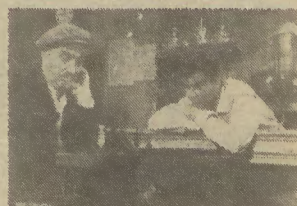
15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora Escolha
16.55 - Os Filhos dos Flistones
17.30 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Pacto de Sangue
19.00 - Music Box «Via rápida»
19.30 - O Reverso da Medalha
20.30 - Magazine Cinema
21.00 - Jornal da Nove
21.30 - Cinema
Dols «Paradigma», real. K. Zanussi (Polónia)

Quarta

RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - Amor com Amor se Paga
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Colt em Acção
14.15 - Chuva na Areia
15.15 - Com Edmund Hillary nos Himalaias
15.45 - Ponto por Ponto

16.45 - O Hospital Central
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Bairros Populares de Lisboa
19.00 - Jogo de Cartas
19.30 - Telejornal
20.05 - Boletim Meteorológico
20.15 - Sassaricando
21.05 - Vamos Jogar no Totobola



21.30 - Lotação Esgotada: «Fanny», real. Joshua Logan (EUA/1960)
23.10 - 24 Horas
23.40 - Remate

RTP2

15.00 - Filhos e Filhas
15.25 - Agora Escolha
16.55 - Os Campbells
17.30 - Trinta Minutos Com...
18.00 - Pacto de Sangue
19.00 - A Aventura da Vida
19.30 - O Reverso da Medalha
20.30 - Lusitânia Expresso
21.00 - Jornal da Nove



21.30 - Dona Beija
22.05 - Música n'América

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom., às 22.00. **What Happened to Madalena Iglesias?**, de Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala 1 - De 3.ª a dom., às 21.30. **Como É Diferente o Amor em Portugal**, de Fernando Gomes a partir de Júlio Dantas. **Calé-Teatro**, 6.ª e sáb. às 23.30. **Festival da Otilite**, de Carlos Paulo.

Instituto Franco-Português - Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 h. **Boulevard Boulevard**, de Georges Feydeau, enc. Carlos Quevedo.

Palco Oriental - Teatro do Beato - Cç. Duque de Lafões, 78. 6.ª, sáb. e dom. às

22.00. **Navalha na Carne**, de Plínio Marcos, pelo Teatro Os Patolas.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo de Oliveira.

Teatro Aberto, Pç. de Espanha. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Happy end**, textos de Dorothy Lane/Bertold Brecht, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raül Casals, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Céu de Papel**, montagem de textos de Pirandello e Beckett, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O Filho do Ar**, pelo Grupo de Teatro Hoje. Até dia 29.

Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B (Casa dos tabuenses). De 5.ª a sáb. às 21.30. **Um Demónio na Vitrine**, de Fialho de Almeida, enc. Silvína Pereira.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Números Novos**, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, Rua Conde Ferreira, 6.ª e sáb. às 21.00, dom. às

16.00. **Marco Milhão**, de Eugene O'Neill, enc. Joaquim Benite.

• PORTO

Teatro Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 108. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **O Leitião do Néné**, de Alfonso Paso, adapt. H. Santana, enc. F. Nicholson (até 30/9).

Para Crianças

• LISBOA

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e encenação de Carlos Correia.

Teatro Maizum, Casa dos Tabuenses (S. Bento). Sáb e dom. às 16.00. **A Linguagem dos Animais**, de António Boto.

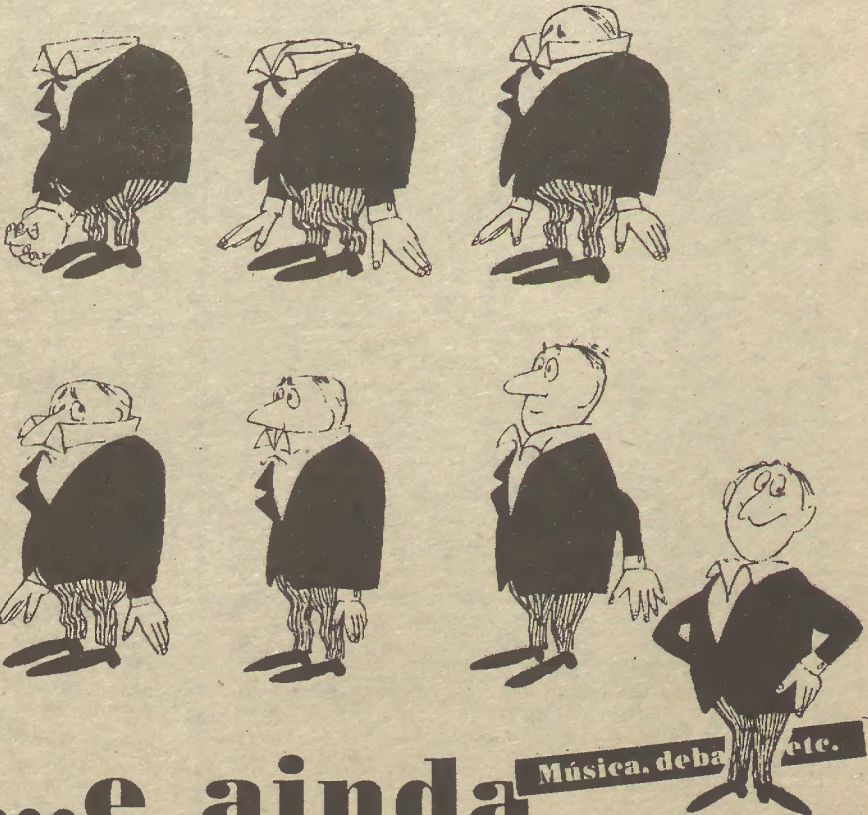
Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Pedro o Louco	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
B	Indiana Jones e a Grande Cruzada	★★★	★★★	★★★	★★★★★
C	Fuga Sem Fim	★★★★★	★★★	—	★★★
D	Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos	★★★	★★★★★	★★★	★★★
E	Não Dês Bronca	★★★★★	—	—	★★★★★
F	Batman	★★★	★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A— Real. Jean Luc Godard — **Quarteto/1** (15.00, 17.00, 19.00, 22.00, 24.00; 6.ª e sáb. às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00 e 24.00) — **Lisboa**.
B— Real. Steven Spielberg — **Alfa/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — **Amoreiras/1** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Berna** (15.15, 18.00, 21.30), **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **Las Vegas** (de 2.ª a 6.ª: 15.15, 18.30, 21.30), (sáb. e dom.: 14.00, 16.15, 18.45, 21.30), **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **Plaza/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.45), **S. Jorge/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). **Lisboa**.
C— Real. Sydney Lumet — **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — **Lisboa**.
D— Real. Pedro Almodovar **Estúdio** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Quarteto/2** (14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00), **Lisboa**.
E— Real. Spike Lee — **Amoreiras/7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Lisboa**.
F— Real. Tim Burton **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras** (14.00, 16.30, 19.00, 24.00), **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Las Vegas** (de 2.ª a 6.ª: 14.00, 16.15, 18.45, 21.30; sáb. e dom: 14.00, 16.15, 18.45, 21.30), **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Mundial** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Nimas** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Plaza** (14.00, 16.30, 18.45, 21.45, 23.45), **S. Jorge** (15.15, 18.15, 21.15), **Sétima Arte** (14.45, 17.00, 19.00, 21.45) **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Lisboa**.



...e ainda

Música, deba... etc.

Teatro do Porto em Lisboa
Desde hoje e até 5 de Novembro o TEAR,

a Seiva Trupe e Os Comediantes mostram em Lisboa o teatro que se faz no Porto. O local onde se vão apresentar é o Teatro

da Trindade, com espectáculo à quinta e sexta-feiras, às 22 horas, e ao sábado e domingo (16 e 22 horas). De 19 a 22 (esta se-

mana) o TEAR leva à cena «O paraíso não está à vista», de R. W. Fassbinder. Seguem-se «Gota d'Água», de Chico Buarque e Paulo Pontes, pela Seiva Trupe (de 26 a 29), e «A Dança de Roda», de Arthur Schnitzler, pel' «Os Comediantes» (de 2 a 5).

Exposições

LISBOA

Amália Rodrigues — 50 Anos — A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 30/12).

Ana Clérigo — pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª, das 14 às 20, sáb. das 15 às 19. Até 27/10.

Antão Almada — Pintura. Galeria Ícaro, rua Presidente Armada, 70. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19 (até 4/11).

Armada Duarte — Pintura. Galeria Monumental/Bertrand, Rua Anchieta, 23. De 2.ª a 6.ª, das 10 às 18, sáb. das 10 às 23.

Artefactos Melanésios — Reflexões Pós-Modernistas — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira. Das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até Dezembro).

Bernard Faucon (oto) e Madalena Coelho (serigrafia e gravura) — Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2.ª a sáb. das 16 às 20. Até fim de Outubro.

Colectiva de pintura (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto). Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª, das 10 às 19, sáb. até às 13.

Colectiva de pintura (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

De Manet a Chagall — Pintura (Braque, Bonnard, Cezanne, Chagall, Degas, Dufuy, Modigliani, Lachaise, Manet, Matisse, Monet, Picasso,

Seurat, Soutine, Utrillo, Van Gogh, entre outros). Fundação Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 17.30 (até 29/10).

David de Almeida — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 4/11).

Eleutério Sanches — Pintura. Hotel Meridien, das 10 às 23, até 23/10.

Esplaga Pinto — «Pequenas esculturas 1958-1989». Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13. Até 21/10.

Eugénia Verdial — Fotografia. Foto Galeria 12-A, Costa do Castelo, 12-A. De 2.ª a sáb. das 9.30 às 13.30 e das 15.30 às 19, sáb. das 10 às 13. Até 21/10.

Fernando Alvim — Pintura. Gal. Novo Século, Rua de O Século, 23-A/B. De 3.ª a sáb. das 14 às 20 (até 27/10).

Goya — Gravuras (das séries «Caprichos», «Desastres da Guerra», «Tauromaquia», «Disparates», «Provérbios»). Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda. Das 10 às 19 (4.ª e sáb.) ou das 10 às 17 (3.ª, 5.ª, 6.ª e dom.). Até 29/10.

Heinz Langer — Caricatura. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 37. De 2.ª a 6.ª, das 9 às 13 e das 14 às 18. Até 20/10.

Helena Delgado Rufino — Pintura. Mãe d'Água, praça das Amoreiras, 10. De 2.ª a 6.ª das 16 às 22, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 16 às 22.

José Luís Tinoco — Pintura. Gal. Triângulo 48, Rua D. Vasco da Gama, 48-A.

Júlio Resende — Pintura. Gal. Nasoni, Av. Col. Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30. Até 23/10.

Luísa Costa Dias — Fotografia. Biblioteca Nacional (Campo Grande, 83). De 2.ª a sáb. das 10 às

19. Até dia 20 (encerra dom.).

Luísa Ferreira — «Fotografia de Teatro» — Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. Até 21/10.

Manuel Vicente — Arquitectura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho. De 2.ª a 6.ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19. Até 21/10.

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Martinez — Pintura. Galeria Palma, Calçada Palma de Baixo, 69. De 2.ª a sáb. das 14 às 20. Até 25/10.

Nuno Santiago — Pintura. Galeria A Janela Verde (Rua do Olival, 9). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20.

Pedro Proença — Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. (fecha no feriado) das 15 às 20.

Rosa Carvalho — Pintura. Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20. Até 28/10.

Tapeçarias do Séc. XVI. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Travessia sobre a época de Fernando Pessoa — Museu do Traje, Parque do Monteiro Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Yousuf Karsh — Fotografia. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 19.30.

OUTRAS LOCALIDADES

Escultura Contemporânea Maglar. Das 14 às 20, Palácio Anjos, ALGÉS.

Graciete Rosa Rosa — tapeçaria e escultura. De 3.ª a dom., das 14 às 17.30, na Galeria dos Patudos, ALPIARÇA.

Artur Bual — Pintura. Nova Galeria, Rua Alfredo Figueiras, 1. De 2.ª a sáb.

das 16 às 20. Até 31/10. BARREIRO.

Eugénio Silva — Pintura. Até 29/10, na Biblioteca Municipal do BARREIRO.

Salão de Arte 89 — Pintura, cerâmica, escultura, fotografia e tapeçarias de Artur Bual, Augusto Cabrita (filho), Chico Beja, Guita de Carvalho, Isabel Seruca, João Hogan, João Nabais, José Viana, Kira, Pedro Silva, Aline da Silva, Zita e outros. Até 29/10, de 3.ª a dom., das 16 às 22, na Galeria de Arte da Paiva (antiga comissão de moradores do Bairro 7), Rua Calouste Gulbenkian, 8-A, BARREIRO.

Colectiva de pintura (portuguesa) de homenagem a Jean Cocteau. Galeria de arte Chris-Shop, C. C. Girassolium. Das 10.30 às 22.30, COIMBRA.

Rui Anahory e outros (pintura, desenho e escultura) e **Teixeira Bernardes** («O Bambino», pintura). De 3.ª a dom. das 14.30 às 20, na Galeria Múltiplo, C. C. Solmar, ESPINHO.

Thomaz de Mello/Tom — Pintura. Das 15 às 24, na Galeria do Casino do ESTORIL. Até 22/10.

Azulejos do Concelho de Loures (Sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 LOURES.

Arqueologia Industrial — A Indústria Conservadora e a industrialização do concelho de Matosinhos. Cave dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 15 às 18 MATOSINHOS.

Maria Gabriel — Gravura. Clube Lago MONTE ESTORIL.

Arquitectura de Chicago e desenhos de **Bernardo Marques** — Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977. Das 14 às 20, até 5/11. PORTO.

Arte Portuguesa Contemporânea — Pintura, escultura e desenho de Ângelo de Sousa, António Cruz, Cargaleiro, Fernando Lanhãs, João Cutileiro, José Guimarães, Júlio Pomar, Júlio Resende, Luís Dourdil e Nadir Afonso. Gal. Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777, Loja 8, PORTO.

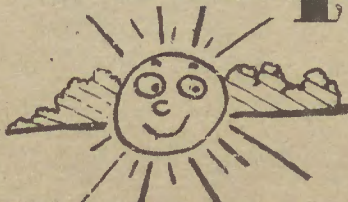


Braque na Gulbenkian

Júlio Dinis — Biblioteca Municipal, Rua D. João IV. Das 14.30 às 19.30, até 26/11. PORTO.

Pintura Portuguesa Contemporânea

Tempo Fim de Semana



Céu geralmente muito nublado, vento fraco a moderado de sudoeste, períodos de chuva fraca, em especial nas regiões litorais do Norte e Centro.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)



Goya na Ajuda

— 200 obras do espólio do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Até 31/3, de 4.ª a 2.ª, das 10 às 13 e das 14 às 17, Gal. de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de QUELUZ.

3.º Salão Nacional de Caricatura — Até dia 29, em PORTO DE MÓS.

Colectiva de Fotografia (Alvaro Rosendo, Celina Morais, Hervé Dangla, Helder Lage, Victor Ferreira). De 2.ª a 6.ª das 10 às 19 e das 20.30 às 23, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 20.30 às

23. Centro Cultural Emmerico Nunes. SINES.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Petra R. Gruehn — Pintura. Das 10 às 13 e das 15 às 19, Posto de Turismo de VIANA DO ALENTEJO.

João Duarte — Escultura. De amanhã (19.00) até 15/11, das 15 às 22 (encerra 2.ª), na Galeria Municipal de Exposições (Av. Pedro Vitor, 88), VILA FRANCA DE XIRA.

Bailado

O Teatro Nacional de São Carlos leva à cena «Giselle». Além da Companhia Nacional de Bailado, actuam os artistas convidados Nina Ananiachvili e Alexei Fadeietchev, do Teatro Bolshoi de Moscovo. Espectáculos nos dias 20, 25 e 27 de Outubro, às 21 horas, e nos dias 21 e 28 (sábado), às 16 horas.

Rybakov

O escritor soviético Anatoli Rybakov, autor do romance «Os Filhos da Rua Arbat», faz duas conferências em Portugal sobre a génese daquela obra e a actual literatura da URSS: **terça-feira**, 24, às 21.30, no auditório 2 da Gulbenkian, em Lisboa, e **quinta-feira**, 26, às 21.30, no Ateneu Comercial do Porto.

aTV

O que diriam eles...

Era uma terça-feira, dia onze deste mês e deste ano de (des)graça de 1989.

Uma gripe temporária prendera-me no leito. Pouco ou nenhuma vontade de trabalhar ou de ler — que os viruzinhos da gripe, como os viruzões do fisco, quando atacam, atacam a valer...

Nas notícias de hora a hora lá iam aparecendo referências ao Governo salpicadas de imagens a provar que não se tratava de uma emissão radiofónica. Curiosamente, a febre subia depois desses noticiários, demonstrando-se assim que os vírus andam todos ligados...

Resolvi então passar a ver e a anotar os principais boletins de notícias: o **Jornal da tarde**, o **Telejornal**, o **Jornal das 9** e o **24 horas**, com passagem pelo **Ponto por Ponto**.

Então, diante dos meus olhos se estupefactos (coitados dos ingênuos dos meus olhos que ainda se estupefactam com estas coisas...) foram passando as caretas dos membros do Governo, a propósito de tudo e de nada. Um cortejo interminável de que lhes dou aqui o rol sumário:

Silva Penada, Oliveira Martins, Bagão Félix (entrevistado em Ponto por Ponto, a propósito da família como instituição. Aquilo parecia um programa humorístico!), Mira Amaral, Dantas (secretário de Estado de Quer Coisa), Carlos Costa (idem, idem), Cavaco Silva, Oliveira Costa, Silva Penada, Cadilhe, Valente de Oliveira, Isabel Mota, Bagão Félix (na 1.ª Páginat), Silva Penada, Cadilhe, Valente de Oliveira, Isabel Mota, Silva Penada, Cadilhe, Dias Loureiro, Isabel Mota, Cadilhe (entrevistado), Mira Amaral, Bagão Félix...

Uff! Isto, pasmem, aconteceu num só dia. Precisamente no dia em que o correspondente do Telejornal em Espanha dava conta do descontentamento que lavra naquele país a propósito do ambiente governamentalizado que se vive na TVE, ambiente classificado de «kafkiano».

O que eles diriam se vissem a televisão portuguesa...

Já é preciso ter olho!

Ao abrir a última edição de Parlamento, o seu moderador pôs a seguinte questão: usar a maioria para fazer obliquo os inquéritos num determinado sentido, não será descrédito para a imagem do Parlamento, com todos os inconvenientes para a democracia que daí resultam? Veja-se o caso Cadilhe, o caso Beleza, o caso Fundo Social Europeu, etc., etc., e achar-se-á como a questão é pertinente.

Estavam presentes no debate, pelo PCP, Jerónimo de Sousa; pelo PSD, Pacheco Pereira, que, além de deputado e outras coisas ainda, é o candidato daquele partido à presidência da Câmara de Loures.

Discutia-se o inquérito às Câmaras de Loures e Seixal sobre hipotéticos auxílios que aquelas câmaras teriam prestado, uma à Festa do «Avante!», outra à compra do terreno pelo PCP para organização das futuras festas em casa própria.

Jerónimo de Sousa mostrou como é defeituosa a visão pura e simplesmente economicista e política da Festa do «Avante!». Mostrou como não é possível dissociar a grandeza cultural, artística, social, internacional. Ficou bem claro que, se fosse o PSD a organizar uma festa semelhante, a Câmara de Loures dar-lhe-ia exactamente a mesma assistência.

Poder-se-á, enfim, duvidar desta afirmação. Mas o PSD tem na sua mão a possibilidade de tirar a prova. Venha lá a festa do PSD — com a sua majestosa Bienal, com as suas comemorações dos Descobrimentos, com a presença dos grandes nomes da literatura, da arte em geral, do teatro, do cinema, sem discriminação de cor política ou ideológica, com a sua colossal propaganda desportiva (que conta sempre com a presença de grandes nomes mundiais nas mais diversas modalidades, desde a ginástica ao xadrez), arranque o PSD com essa festa e eu, embora não estando mandatado para isso, lhe garanto que neste próprio jornal lhe não serão negados elogios: por mim, colaborarei nela com o maior gosto. E sendo eu assim, que fará Severiano Falcão, homem de uma grandeza moral que se mantém intacta desde a juventude?

Mas voltemos à questão inicial. Pacheco Pereira acha que a maioria age em função dos dados factuais e não do mero preconceito político. Assim, o PS, o PCP, o PRD e o CDS estão errados. Só o PSD vê bem. Já é preciso ter olho!

No entanto, e regressando ao inquérito às câmaras, Pacheco Pereira diz textualmente: «Para o ano já os senhores não vão poder contar com as viaturas das câmaras na Festa do «Avante!»...»

Quer dizer: o inquérito ainda nem começou e já se anunciam os resultados...

Por aqui se vê como era correcta a questão posta de início. Por aqui se vê como os hipócritas, falando de mais, se desmascaram a si próprios.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Cinzentos...

O Governo atira foguetes e tenta fazer festas, com inaugurações em segunda mão. Ainda há mais algumas caras que se querem mostrar contentes... Mas isto está mesmo cinzento, pelo menos a julgar pelo que vem nos jornais.

O tempo

«Acabou de vez o tempo de praia, mesmo para os mais retardatários: a chuva instalou-se e vai continuar nos próximos dias, essencialmente a Sul, prejudicando comícios e «derbies» futebolísticos. Depois de uma sexta-feira, 13, com fortes chuvadas, vírus informáticos e más notícias de Timor, as perspectivas são pouco animadoras. Prevêem-se trovoadas.»

Ordens pretas na Bolsa

«O dia das ordens pretas», assim se pode qualificar o que se passou ontem na Bolsa de Valores de Lisboa, à semelhança do que ocorreu nas suas congéneres da Europa.

Dia das ordens pretas porque os corretores praticamente só tinham ordens de venda (em glória bolsista ordens pretas significa ordens de venda), tendo recebido um número incontável de pedidos a cancelar as ordens de compra que haviam sido dadas no final da semana passada.

A confusão instalou-se logo no início da manhã, com os corretores assoberbados com uma avalanche de ordens de venda ou melhor, que apressaram o movimento descendente.

A dimensão da descida é dada pelo número de subidas registado ontem: apenas (3) três títulos subiram, enquanto 85 terminaram em baixa (com 53 títulos sem transacção).

A pressão de venda atingiu níveis tais que os operadores solicitaram ao presidente da Bolsa de Lisboa, João Veiga Anjos, a interrupção da sessão, tal como veio a acontecer nas bolsas de Madrid e Paris (entre outras).

Veiga Anjos acabou por recusar a pretensão dos operadores, dando indicações para que as negociações prosseguissem normalmente, tanto em Lisboa como no Porto.

A recusa de Veiga Anjos causou algum mal-estar entre os corretores, que prometeram levar a questão à reunião

de ontem da Comissão Nacional das Bolsas de Valores.»

(«Correio da Manhã», 17 de Outubro)

Os inquéritos

«A ubiquidade faz milagres. Um relator em viagem pelos Estados Unidos elaborou um relatório-fantasma em que Miguel Cadilhe lhe é posto nos píncaros da Lua. A oposição respondeu com um documento em que desmistifica a tese de ilibação do ministro das Fi-

(«Diário de Notícias», 16 de Outubro)



nanças no célebre caso da compra de um andar, nas Amoreiras. Mas contra as maiorias absolutas não há argumentos que cheguem. E agora a saída é dar à luz todas as peças do processo sob a forma de «Livro Branco». Pode estar à vista um precioso «best-seller» ou mesmo um manual muito proveitoso para consulta dos cidadãos. No

ra, Beleza vai ser confrontada com a estratégia de passa-culpas de que Costa Freire está a ser acusado.»

(«O Jornal», 13 de Outubro)

Mas... há eleições

«Os salários reais vão ter um crescimento positivo, mas sem excessos. Os impostos diminuem. A inflação diminuirá para um intervalo entre 9,5 e 10,5 por cento. Estas algumas das «linhas de força» da proposta de Orçamento do Estado para 1990 que o Governo apresentou no gabinete do presidente da Assembleia da República respeitando o prazo legal.

Em conferência de imprensa, muito concorrida, na qual esteve presente toda a equipa do Ministério das Finanças (incluindo directores-gerais), Miguel Cadilhe apresentou ontem, durante meia hora, o Orçamento que corresponde ao «quinto ano de progresso consecutivo de Portugal». Depois, durante mais hora e meia, Miguel Cadilhe e os secretários de Estado do seu Ministério sujeitaram-se (parece que gostosamente, diga-se de passagem...) a intenso «interrogatório» dos numerosos jor-

32 páginas
Conteúdo: 60500
Modelo: 75500
Agora: 80500

MAIS 2300 CASOS, SÓ EM BRAGA, NO SECTOR TÊXTIL

SALÁRIOS EM ATRASO REGRESSAM EM FORÇA

(«o diário», 16 de Outubro)

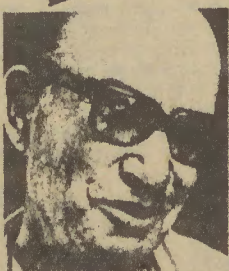
caso do inquérito ao ministério de Leonor Beleza a pressa com que o PSD o quer terminado tem menos a ver com o apuramento de eventuais responsabilidades do que com a urgência em limpar a memória das pessoas quando se aproximam as eleições autárquicas. Mas ainda hoje, sexta-fei-

reforçando a Educação e a Saúde). Aposta na modernização do País (investindo em infra-estruturas públicas e reforçando a Justiça e a Segurança Interna). Aposta na reforma da Função Pública (através do novo sistema retributivo).»

(«Diário Popular», 17 de Outubro)

CONCORDA COM O AUMENTO DAS RENDAS DE CASA ?

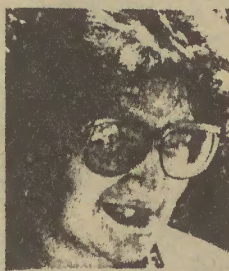
Para o ano, as rendas de casa vão sofrer um aumento de 10 por cento e já muita gente vê o seu sofrimento acrescido. O Governo decretou, as centrais sindicais protestaram e os proprietários também, considerando a medida insuficiente. Os inquilinos, esses, «pagam e não bufam». Nós fomos à rua saber quem é afectado, como e porquê.



João Saralva, 70 anos, reformado da Siderurgia

ACHO QUE É LÓGICO

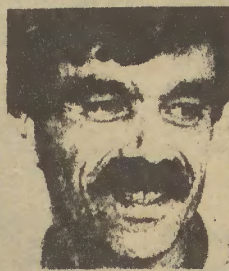
Acho que é uma coisa lógica. Pois se o custo de vida está sempre a aumentar... Todos têm que pagar, não é? A mim não me afecta, porque vivo numa barraca, mas é justo para alguns proprietários que estão quase a morrer de fome.



Maria Alice Cadete, 32 anos, empregada de limpeza de escritório

É MAU. NÃO CONCORDO

Sabe o que penso? Que é muito mau, pelo menos para quem já paga rendas muito altas, como eu. Já acho que estão demasiado caras, quanto mais um aumento. Olhe, no prédio onde moro, está tudo velho, tudo a cair. Aumentar as rendas? Claro que não concordo.



Artur Ferreira da Silva, 42 anos, técnico de electrónica

SÓ AS RENDAS MUITO BAIXAS

Penso que vai afectar sobretudo os que já têm rendas de casa muito elevadas e, por isso, não concordo. Estaria de acordo se a medida fosse aplicada só às rendas muito baixas, de mil ou dois mil escudos. E se fosse proprietários, pensava da mesma maneira.



Julieta Gabriel da Costa, 52 anos, empregada de limpeza de bar

O DINHEIRO É POUCO

Só sei que pago 35 contos e que vou passar a pagar quase 40. Farto-me de trabalhar, de manhã à noite, para poder pagar a renda de casa e, se o dinheiro já é pouco, agora, nem sei como será depois.

(«Diário Popular», 12 de Outubro)

Xadrez

CCXXIV — 19 de Outubro de 1989

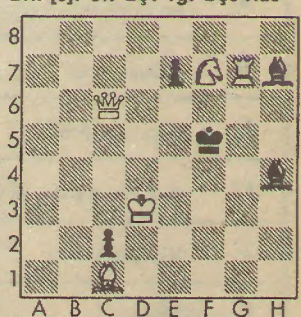
Proposição N.º 224/A

Por: Jan Hartong

3.º Prémio «Probleemblad», 1951

Pr.: [5]: Ps c2, e7-Bs. h4, h7 — Rf5

Br.: [5]: Cf7-Bc1-Tg7-Dc6-Rd3



Mate em 2 lances

Proposição N.º 224/B

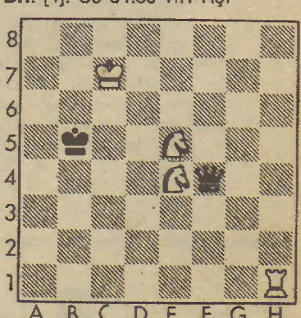
Por: Henri Rinck

1.º Prémio «La Nau»

(Barcelona, 1929)

Pr.: [2]: Df4-Rb5

Br.: [4]: Cs e4.e5-Th1-Rc7



Brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CCXXIV

N.º 224/A (J.H.): Chave: 1. Dh6!

1. ..., e6; 2. Df4 ++

1. ..., e5; 2. Cd6 ++

1. ..., Bf6; 2. Dh3 ++

1. ..., Bc1; 2. Tg5 ++

1. ..., Bg8; 2. Dg6 ++

N.º 224/B (H.R.): 1. Cc3 +, Rc5; 2.

Th5, Df1; 3. Th4, Df4, Df4, Df7 +;

4. Cd7 ++

A. de M. M.

Damas

CCXXIV — 19 de Outubro de 1989

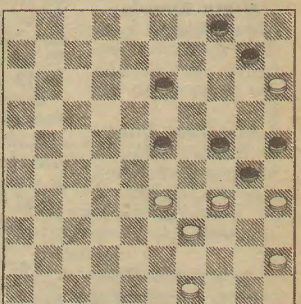
Proposição N.º 224

Por: G. L. Gortmans

In: «1001 Miniaturem», [1939]

Pr.: [7]: 4-10-13-23-24-25-30

Br.: [7]: 15-33-34-35-39-45-49



Brancas jogam e ganham

◊◆◊

Golpe N.º 224

Por: Dr. K. Venema

In: «300 Coups Pratiques» [s/d]

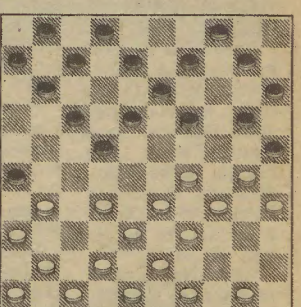
Pr.: [18]: 1-2-4-6-7-8-9-10-11-13-

15-17-18-19-20-22-25-26

Br.: [18]: 29-30-31-32-33-34-35-

36-38-39-41-42-43-46-47-48-49-

50



Brancas jogam e ganham

◊◆◊

Solução do N.º CCXXIV

Miniatura N.º 224 (G. L. G.):

33-29 (24x44); 49x40 (30x39);

35-30 (25x34); 40x9 (4x13);

15x4-D e 4-10 e 10-15 e 15-38

(30-35) [Se: (30-44); 45-40 e 38-

-29+]; 38-16 e 16-11+

Golpe N.º 224 (K. V.): [últimos

lances precedendo o diagrama:

12. 37-32, (21-26)?! Sol.: 13.

30-24 (24x28); 14. 30-30 (25x23)

15. 33-29 (19x30) [Se: 15. ...

(23x34); 16. 39x30 (20x29); 17.

38-33 ...+]; 16. 35x24 (23x34); 17.

39x30 (20x29); 18. 38-33 e 19.

43x5=D+

A. de M. M.